

ALIANÇA
DEMOCRÁTICA



MUDANÇA SEGURA

PROGRAMA
ELEITORAL

AD 20
24



PARTE I
**PROGRAMA SOCIAL
E DE GOVERNAÇÃO
DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA**

PARTE II
**PROGRAMA
ECONÓMICO
DA ALIANÇA
DEMOCRÁTICA**

PROGRAMA SOCIAL E DE GOVERNAÇÃO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

O CAMINHO
Políticas de Futuro

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
COM AMBIÇÃO	10
QUALIFICAÇÃO	10
Educação e Formação	10
1. Porque é preciso mudar	10
2. Metas	11
3. Medidas	11
Ciência e Ensino Superior	15
1. Porque é preciso mudar	15
2. Metas	15
3. Medidas	16
Cultura	20
1. Porque é preciso mudar	20
2. Metas	20
3. Medidas	21
SUSTENTABILIDADE	23
Ambiente, Água, Ação Climática e Proteção Animal	23
1. Porque é preciso mudar	23
2. Metas	25
3. Medidas	25
Agricultura, Florestas e Alimentação	28
1. Porque é preciso mudar	28
2. Metas	29
3. Medidas	30

Mar e Pescas	36
1. Porque é preciso mudar	36
2. Metas	37
3. Medidas	37
Cidades, Comunidades e Coesão Territorial	39
1. Porque é preciso mudar	39
2. Metas	41
3. Medidas	41
COM SENSIBILIDADE SOCIAL	43
Saúde	43
1. Porque é preciso mudar	43
2. Metas	45
3. Medidas	46
Desporto e Atividade Física	50
1. Porque é preciso mudar	50
2. Metas	51
3. Medidas	51
Políticas Sociais, Trabalho e Segurança Social	52
1. Porque é preciso mudar	52
2. Metas	54
3. Medidas	54
Migrações	56
1. Porque é preciso mudar	56
2. Metas	57
3. Medidas	57
Natalidade, Longevidade e Bem-estar	58
1. Porque é preciso mudar	58
2. Metas	60
3. Medidas	60

Diversidade, Inclusão e Igualdade de Género	63
1. Porque é preciso mudar	63
2. Metas	64
3. Medidas	64
COM SENTIDO DE ESTADO	67
Transparência e Combate à Corrupção	67
1. Porque é preciso mudar	67
2. Metas	68
3. Medidas	68
Sistema Político e Eleitoral	72
1. Porque é preciso mudar	72
2. Metas	74
3. Medidas	74
Comunicação Social e Combate à Desinformação	75
1. Porque é preciso mudar	75
2. Metas	76
3. Medidas	76
Defesa do Consumidor	77
1. Porque é preciso mudar	77
2. Metas	77
3. Medidas	78
Justiça	78
1. Porque é preciso mudar	78
2. Metas	79
3. Medidas	80
Segurança e Proteção Civil	83
1. Porque é preciso mudar	83
2. Metas	84
3. Medidas	85

Defesa Nacional	87
1. Porque é preciso mudar	87
2. Metas	88
3. Medidas	88
Política Externa, Comunidades e Assuntos Europeus	90
1. Porque é preciso mudar	90
2. Metas	91
3. Medidas	92
CENÁRIO ORÇAMENTAL	95

Sumário Executivo

Em 2024, teremos uma oportunidade única de escolher o rumo do nosso país para os próximos anos. Uma oportunidade de renovar a esperança, a confiança e a ambição de construir um Portugal mais justo, mais próspero e mais sustentável. Uma oportunidade de afirmar a nossa identidade, a nossa cultura e os nossos valores no mundo. Uma oportunidade de unir os portugueses em torno de um projeto comum, que respeite a diversidade, a liberdade e a democracia.

É por isso que apresentamos este Programa eleitoral, fruto de um amplo debate e de uma coligação ambiciosa entre partidos que partilham uma visão reformista, moderna e humanista para o nosso país. Um Programa assente em pilares fundamentais: a educação, a ciência e a cultura; a sustentabilidade, a agricultura e o mar; a coesão territorial e a descentralização; e a saúde, o desporto e o bem-estar; e uma economia competitiva, próspera e equilibrada que sirva as pessoas, não deixando ninguém para trás.

Acreditamos que a educação, a ciência e a cultura são os motores do desenvolvimento humano, da inovação e da competitividade. Queremos uma educação de qualidade para todos, que promova a igualdade de oportunidades, a exigência e a autonomia. Queremos uma ciência de excelência, que estimule a investigação, a transferência de conhecimento e a cooperação internacional. Queremos uma cultura viva, que valorize a nossa história, a nossa língua e a nossa criatividade.

Acreditamos que a sustentabilidade, a agricultura e o mar são os eixos da transição energética, da segurança alimentar e da valorização dos recursos naturais. Queremos um ambiente saudável, que proteja a biodiversidade, a qualidade da água e do ar, e que combata as alterações climáticas. Queremos uma agricultura moderna e competitiva, que garanta a produção de alimentos de qualidade, a valorização do mundo rural, a preservação das florestas e a proteção animal. Queremos um mar rico, que potencie as atividades marítimas, a economia azul e a soberania nacional.

Acreditamos que a coesão territorial e a descentralização são as bases da coesão social, da dinamização económica e da participação cívica. Queremos um território equilibrado, que reduza as assimetrias regionais, que promova a mobilidade e a acessibilidade, e que reforce a solidariedade entre o litoral e o interior. Queremos uma descentralização

efetiva, que aproxime os cidadãos dos centros de decisão, que fortaleça o poder local e regional, e que garanta a subsidiariedade e a autonomia.

Acreditamos que a saúde, o desporto e o bem-estar são os pilares da qualidade de vida, da prevenção e da inclusão. Queremos uma saúde universal, que assegure o acesso a cuidados de saúde de qualidade, que melhore a gestão e a eficiência do Serviço Nacional de Saúde, e que aposte na inovação e na digitalização. Queremos um desporto para todos, que incentive a prática e a atividade física, e que fomente os valores do fair-play e da ética. Queremos um bem-estar integral, que abranja as dimensões física, mental, emocional e social, que promova a felicidade e a resiliência, e que combata a pobreza e a exclusão.

Mas o eixo mais relevante são as políticas sociais e a promoção do bem-estar das populações. Queremos uma sociedade mais justa, mais solidária e mais humana, que respeite a dignidade da pessoa humana, que proteja os mais vulneráveis, que valorize o trabalho e o mérito, e que estimule a responsabilidade e a cidadania. Queremos uma sociedade mais aberta, mais diversa e mais inclusiva, que promova uma imigração regulada e acolha os migrantes, que incentive a natalidade, que promova a longevidade com qualidade de vida, que combata todas as formas de discriminação e de violência, e que celebre a pluralidade e a tolerância. Queremos uma sociedade mais transparente, mais ética e mais democrática, que combata a corrupção, que reforme a justiça, que defenda a segurança e a ordem pública, e que reforce a soberania nacional e a integração europeia, a visão atlantista e a lusofonia.

Queremos mais equidade intergeracional, com as preocupações prioritárias de gerar oportunidades para os jovens se fixarem em Portugal e se emanciparem, e de garantir aos mais velhos a segurança física e económica, o acesso à saúde em tempo e de qualidade, e a participação ativa na vida em sociedade.

Este é o nosso Programa, este é o nosso compromisso, este é o nosso desafio. Convidamos todos os portugueses e portuguesas a juntarem-se a nós nesta missão de construir um futuro melhor para Portugal. Um futuro que honre o nosso passado, que aproveite o nosso presente, e que realize o nosso potencial. Um futuro que seja de todos e para todos. Um futuro que seja nosso.

COM AMBIÇÃO

QUALIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

1. Porque é preciso mudar

Há uma geração de alunos a ficar para trás e que precisa de uma educação que lhe dê futuro. Os resultados dos últimos 8 anos na Educação são preocupantes, sobretudo pela degradação da aprendizagem, pelo conflito social nas escolas e pela escassez de professores.

Os governos socialistas foram incapazes de dar resposta às justas reivindicações dos professores, que se distinguem internacionalmente como o corpo docente mais envelhecido da UE e o que reporta maiores índices de stress profissional. A frustração promoveu instabilidade e a falta de soluções reformistas contribuiu para que a escassez de professores prejudicasse o funcionamento das escolas e a aprendizagem dos alunos.

Desde 2016, os desempenhos dos alunos portugueses caíram consistentemente nas várias avaliações internacionais de referência. No PISA 2022, observou-se uma queda sem precedentes, superior à queda média da OCDE, afastando-nos dos bons resultados do PISA 2015 e realçando o peso das políticas erradas dos últimos anos. Falhou a recuperação da aprendizagem, falhou o rumo dado às alterações curriculares, falhou a avaliação, falhou a transformação digital e falhou o modelo de provas de aferição instituído em 2016.

Num contexto de tão rápidas mudanças sociais, tecnológicas e culturais, a Educação precisa de um rumo firme que, perante um futuro tão imprevisível, se concentre nos pilares do desenvolvimento humano: o conhecimento, a cultura e os valores de cidadania. É preciso mudar. E a mudança que defendemos começa aqui: devolver à educação e à Escola Pública o rigor, a serenidade, o diálogo e a prospeção de que necessitam.

2. Metas

- Recolocar os alunos portugueses com níveis de desempenho acima da média da OCDE nas avaliações do PISA 2028;
- Reconhecer a importância dos professores: recuperar integralmente o tempo de serviço congelado, de forma faseada nos próximos 5 anos (à razão de 20% ao ano), e atrair novos professores para, até 2028, superar estruturalmente a escassez de professores;
- Apostar nos mais novos: universalizar o acesso ao pré-escolar a partir dos 3 anos de idade;
- Elevar exigência sem deixar alunos para trás: aplicar, a partir do ano letivo 2024-2025, provas de aferição no 4º e no 6º anos de escolaridade, publicar resultados e apoiar os alunos em risco de insucesso escolar.

3. Medidas

APRENDER MAIS: RECUPERAR A APRENDIZAGEM E NÃO DEIXAR ALUNOS PARA TRÁS

- Implementar o A+A, "Aprender Mais Agora", um plano de recuperação da aprendizagem que realmente permita aos alunos construir um caminho de sucesso escolar. O A+A incluirá recursos adequados para o apoio aos alunos, a capacitação de docentes para implementar um sistema de tutorias, assim como o reforço de créditos horários;
- Avaliar a possibilidade de majorar o financiamento das escolas TEIP, para fomentar projetos de maior integração e igualdade de oportunidades.

MODERNIZAR O SISTEMA EDUCATIVO

- Redefinir o papel do Ministério da Educação, atribuindo responsabilidades de regulador e não de decisor sobre o funcionamento de todas as escolas públicas;
- Reestruturar os ciclos do ensino básico, integrando os 1º e 2º ciclos, de forma a alinhar com a tendência internacional e garantir uma maior continuidade nas abordagens e um desenvolvimento integral dos alunos;
- Criar uma plataforma integrada de todos os serviços do Ministério da Educação;
- Investir em recursos digitais que simplifiquem os processos administrativos.

COMEÇAR CEDO: A EDUCAÇÃO DOS 0 AOS 6 ANOS DE IDADE

- Integrar a faixa etária dos 0 aos 3 anos no sistema educativo tutelado pelo Ministério da Educação;
- Acesso universal e gratuito: alargar a oferta pública e sem custos para as famílias de creche e de pré-escolar, seja aumentando a capacidade da oferta existente no Estado, seja contratualizando com o sector social, particular e cooperativo;
- Produzir orientações para o período 0-6 anos e proporcionar às instituições o acesso a materiais educativos adequados ao desenvolvimento nas áreas das linguagens (oral, escrita, artísticas e digitais), da matemática, das ciências e da motricidade;
- Reforçar a formação inicial e contínua de Educadores que trabalhem com crianças de 0-3 anos, assim como a formação de Auxiliares de Ação Educativa.

UM CURRÍCULO EXIGENTE E FLEXÍVEL PARA DESAFIOS IMPREVISÍVEIS

- Desenvolver um currículo centrado no conhecimento científico e cultural, revendo as “Aprendizagens Essenciais” e os documentos orientadores do ensino, elevando as expectativas em relação à aprendizagem dos alunos;
- Flexibilizar as cargas letivas obrigatórias nos vários níveis de escolaridade;
- Promover a inclusão do ensino do inglês desde o 1.º ano de escolaridade;
- Reforçar o ensino experimental das Ciências;
- Redefinir os percursos científico-humanísticos do ensino secundário, no sentido de alargar as disciplinas que os alunos podem livremente escolher frequentar.

CONFIAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS: MAIS AUTONOMIA PARA ENSINAR

- Melhorar o sistema de transferência de competências para as Autarquias, articuladamente com as escolas;
- Construir, em diálogo com os diretores e professores, um novo modelo de autonomia e gestão das escolas, que robusteça a autonomia financeira, pedagógica e de gestão de recursos humanos das escolas;
- Atualizar o financiamento e rever a regulamentação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- Redefinir os parâmetros técnicos de construção e reabilitação dos edifícios escolares.

MONITORIZAR A APRENDIZAGEM: UMA AVALIAÇÃO RIGOROSA

- Implementar provas de aferição a Português, Matemática e uma disciplina rotativa (a cada 3 anos) nos 4.º e 6.º anos (anos de final de ciclo), de aplicação universal e obrigatória;
- Publicar os resultados das provas de aferição, a nível nacional e de agrupamento, para fins de prestação de contas e valorização das provas;
- Rever a aplicação do atual modelo de avaliação das aprendizagens (vulgo aplicação do projeto MAIA).

UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARA TODOS

- Avaliar o impacto do atual Regime Jurídico da Educação Inclusiva;
- Melhorar a inclusão de pais e encarregados de educação dos alunos com necessidades educativas especiais nos processos de decisão e escolha do percurso escolar dos seus educandos;
- Reforçar os meios para o ensino do «Português Língua Não Materna», considerando o aumento do número de estudantes estrangeiros em Portugal.

COMBATER AS DESIGUALDADES SOCIAIS

- Avaliar o aumento da dotação para a Ação Social Escolar;
- Avaliar o aumento dos valores de comparticipação do Material Escolar e do Valor Máximo atribuído para as Visitas de Estudo;
- Melhorar o sistema de apoio às famílias carenciadas que frequentam o ensino particular e cooperativo;
- Combater a segregação social entre escolas, avaliando as regras de prioridade nas matrículas, impondo transparência no processo de alocação dos alunos e publicando as áreas de influência geográfica das escolas da rede pública.

DIVERSIDADE E LIBERDADE PARA APRENDER

- Promover uma rede de escolas de ensino artístico especializado de música, dança e teatro;
- Melhorar o modelo de Contrato de Patrocínio, destinado a financiar os estabelecimentos de Ensino Artístico Especializado;
- Implementar um programa de sensibilização para o valor do ensino profissional;

- Otimizar a rede de oferta de ensino profissional e melhorar o seu modelo de financiamento.

RECONHECER A IMPORTÂNCIA DOS PROFESSORES

- Iniciar a recuperação integral do tempo de serviço perdido dos professores, a ser implementada ao longo da Legislatura, à razão de 20% ao ano;
- Criar uma dedução em sede de IRS das despesas de alojamento dos professores que se encontrem deslocados a mais de 70 km da sua área de residência;
- Criar incentivos para a fixação de docentes em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores, como acontece atualmente na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve;
- Desburocratizar o trabalho dos professores, dando-lhes autonomia, autoridade e melhores condições para ensinar e apoiar os alunos;
- Adequar a formação contínua às necessidades de professores e escolas, valorizando a autonomia das escolas na elaboração dos seus planos de formação;
- Construir um referencial para a Avaliação do Desempenho Docente;
- Alterar o modelo de colocação de docentes, de modo a ter em consideração outros fatores, como a residência e avaliação, garantindo equidade, adaptabilidade, eficiência e eficácia;
- Criar um modelo especial de remuneração e de avaliação dos Diretores das Escolas.

UM PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA ATRAIR NOVOS PROFESSORES

- Desenvolver uma campanha nacional de sensibilização para a importância dos professores, para incentivar mais jovens a escolher esta profissão;
- Analisar a possibilidade de horas extra dos professores, de forma temporária e facultativa;
- Promover o regresso ao ensino dos professores que tenham saído da profissão, através de mecanismos de bonificação de reposicionamento na carreira;
- Rever o salário em início de carreira docente e rever os restantes índices e escalões, no sentido de simplificar o sistema remuneratório;
- Adequar a formação inicial de professores, em linha com as necessidades do sistema educativo.

CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR

1. Porque é preciso mudar

O conhecimento, as competências, a capacidade de fazer diferente e melhor, são o que hoje distingue as sociedades mais prósperas e evoluídas. A Ciência e o Ensino Superior são dois eixos fundamentais para o futuro do país, mas a sua missão só será concretizada invertendo a trajetória de desinvestimento, combatendo a desvalorização das carreiras e revertendo a degradação das infraestruturas.

As instituições de Ensino Superior (IES) e o sistema educativo, em geral, são fonte de conhecimento e formação dos cidadãos, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento económico, científico, tecnológico e ambiental. Além dos níveis de educação formal evidenciarem uma correlação direta com o crescimento económico e o bem-estar material, constituem também o instrumento privilegiado de promoção da justiça social, quando orientados pelos princípios da integração, da igualdade de oportunidades.

Os princípios orientadores relativamente ao ensino superior deverão ser: Efetividade e equidade no acesso; Liberdade e desenvolvimento pessoal; Formação ao longo da vida.

No que concerne à Ciência, a excelência tem de ser encarada como o pilar fundamental para impulsionar a inovação, reforçar a propriedade intelectual, aumentar a competitividade da economia portuguesa e a qualidade de vida no nosso país. Em 2022, a despesa em I&D cifrou-se nos 1,73% do PIB, um valor muito inferior aos 2,23% da média da UE. Neste ecossistema são atores as universidades, os institutos politécnicos e os centros de investigação, mas também as empresas, desde pequenas empresas inovadoras até às diferentes fileiras industriais e associações sectoriais. No seu conjunto, geram conhecimento, inovação e contribuem para a formação e captação de profissionais altamente qualificados.

2. Metas

- Aproximar, até 2030, o valor de 3% do PIB de investimento (público e privado) em Ciência e Inovação;
- Aproximar a percentagem de adultos entre os 25-34 anos com diploma de ensino superior, que deverá ser superior a 50% até 2030;
- A percentagem de estudantes e recém-diplomados a beneficiar da exposição à aprendizagem em contexto laboral deverá atingir os 65% até 2030;

- No prazo da legislatura, em articulação com o privado, a duplicação da oferta de camas de residências estudantis.

3. Medidas

- Generalizar o acesso às formações superiores:
 - Alargar e diversificar a base de captação de candidatos;
 - Garantir a cobertura nacional do ensino superior, através do alargamento da abrangência social e da extensão territorial.
- Promover a qualidade e adaptação aos novos desafios:
 - Encorajar as Instituições do Ensino Superior a desenvolverem uma cultura de mérito em todas as suas atividades de educação, investigação e inovação;
 - Estimular a atratividade das instituições de ensino superior para os alunos internacionais, criando-se melhores condições de acesso às instituições de ensino superior portuguesas por estudantes estrangeiros, em especial os oriundos das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa;
 - Estimular a atratividade dos currícula nas áreas CTEAM (Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática).
- Promover o sucesso escolar e a qualidade de vida do estudante.

ESTUDANTES E ALOJAMENTO

- Aumentar o investimento direto na criação e requalificação de alojamento para os estudantes do Ensino Superior, através da construção de novas residências (utilizando o Plano de Recuperação e Resiliência e o PT 2030), bem como realocando e recuperando para esta função edifícios devolutos do Estado. Adicionalmente, contratualizar com autarquias locais, instituições sociais e investidores privados a construção de residências estudantis e com residências estudantis privadas;
- Estimular e alargar as redes de apoio a idosos que recebem estudantes deslocados nas suas casas, mediante avaliações prévias feitas pelas IES.

ESTUDANTES: APOIOS SOCIAIS E BEM-ESTAR

- Adequar e reforçar os programas de bolsas de estudo e apoios financeiros à real situação socioeconómica dos estudantes;

- Reforçar a capacidade de resposta, em todas as instituições de Ensino Superior, de serviços de apoio psicológico e de saúde mental;
- Criar, melhorar e protocolar com privados, centros de saúde e creches integrados nas instituições de ensino superior;
- Estabelecer políticas de inclusão e de respeito pela diversidade;
- Oferecer apoio adicional aos estudantes que mostrem dificuldades no acompanhamento das propostas de estudo.
- Adequar a Oferta Curricular e Promover a Coesão Social e Territorial:
 - Preservar e aprofundar uma sólida oferta de Ensino Superior, distribuída por instituições públicas, instituições particulares e cooperativas, bem como entre os subsistemas universitário e politécnico. Articular os dois subsistemas de acordo com princípios de complementaridade e não de concorrência;
 - Organizar a rede de instituições de Ensino Superior para garantir cobertura nacional;
 - Estimular a inscrição de estudantes nas instituições situadas em regiões com menor densidade populacional, através da majoração do financiamento unitário;
 - Recuperar e reforçar o programa ERASMUS+ INTERIOR, com o objetivo de fomentar a mobilidade de estudantes do litoral para o interior.
- Estimular a ligação entre as Instituições de Ensino Superior e as Empresas:
 - Incentivar a cooperação e parcerias entre as Instituições do Ensino Superior, empresas, instituições sociais e autarquias;
 - Incentivar a contratação de doutorados pelas empresas;
 - Reforçar o investimento em investigação nas escolas politécnicas, reforçando os programas de doutoramento em ambiente politécnico como instrumento de aproximação das instituições do ensino superior ao tecido empresarial;
 - Instituir modelos organizacionais inspirados nas "KICs- Knowledge and Innovation Communities", do EIT- European Institute of Innovation and Technology, da UE;
 - Introduzir a cultura de empreendedorismo a partir da academia;
 - Encorajar a participação de representantes do setor empresarial nos conselhos consultivos das instituições de Ensino Superior;

- Avaliar o reforço dos incentivos fiscais para empresas que investem em programas de I&D em parceria com instituições de Ensino Superior;
- Potenciar o regime de mecenato às instituições de ensino superior públicas;
- Fomentar a criação de cátedras de índole empresarial que promovam uma forte ligação entre a Instituição de Ensino Superior e as empresas, tanto no ensino como na investigação científica.
- Reforçar a internacionalização do Ensino Superior:
 - Alavancar as iniciativas definidas no Espaço Europeu de Ensino Superior (Bologna) e na Estratégia Europeia para as Universidades;
 - Expandir a iniciativa do cartão europeu de estudante;
 - Promover a internacionalização do Ensino Superior através de políticas que incentivem a participação em redes globais, atraíam estudantes internacionais, reforcem acordos com países da CPLP, América Latina, América do Norte e Ásia, e eliminem barreiras regulamentares à participação;
 - Fomentar a atratividade das instituições de ensino superior para os estudantes internacionais e estudantes em mobilidade de curta duração.
- Criar condições de bom desempenho para os Docentes do Ensino Superior:
 - Desenvolver estímulos à contratação transparente e sustentável de docentes e investigadores por parte das instituições públicas;
 - Reforçar as condições de bom desempenho de toda a comunidade que desempenha funções nas Instituições de Ensino Superior.
- Avaliar a legislação e o financiamento:
 - Avaliar e rever os instrumentos legislativos fundamentais do Ensino Superior, incluindo a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES);
 - Fortalecer a autonomia das instituições de Ensino Superior;
 - Desburocratizar as relações institucionais entre o Ministério da tutela, a DGES, a FCT, a A3ES e outras;
 - Rever os critérios e fórmulas de financiamento com contratualização plurianual e incentivo à captação de financiamentos externos.

A CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

- Assegurar a sustentabilidade do sistema científico:
 - Reforçar a sinergia entre o Ensino Superior, a Investigação e a Inovação, garantindo um sistema mais coeso;
 - Reorganizar as agências de financiamento como organismos independentes do Governo, visando a autonomia da C&I;
 - Melhorar a performance e transparência de processos da FCT;
 - Apostar na manutenção e modernização das infraestruturas de C&I.
- Promover a excelência:
 - Promover a política de "Ciência Aberta", apostando na cultura científica e na disseminação do método científico;
 - Fortalecer as políticas de internacionalização, pela participação em redes internacionais de ensino, investigação e inovação, com especial atenção às redes europeias.
- Criar condições de bom desempenho de todos os investigadores:
 - Melhorar o estímulo à inserção de doutorados no tecido social, em particular nas empresas;
 - Desenvolver estímulos conducentes à contratação transparente e sustentável de docentes e investigadores por parte das instituições públicas;
 - Criar condições para a circulação de investigadores entre o sector académico e empresarial, e para a sua mobilidade geográfica;
 - Criar condições para o regresso de investigadores nacionais radicados no estrangeiro.
- Fortalecer o ecossistema de inovação;
- Promover a colaboração entre entidades do SC&T e as empresas de modo a valorizar o conhecimento gerado e o maior alinhamento entre investigação e necessidades das empresas:
 - Desenvolver um programa que estimule a contratação de doutorados pelas empresas;
 - Encorajar a investigação científica e a inovação no e com o setor empresarial, adotando um programa de estímulos;

- Revisitar a missão dos Laboratórios de Estado, dos Laboratórios Associados e Colaborativos visando clarificar a sua missão;
- Dinamizar um programa de apoio ao registo de patentes e de outra propriedade intelectual das empresas portuguesas a nível internacional – Europa, EUA, Ásia.

CULTURA

1. Porque é preciso mudar

A identidade de Portugal caracteriza-se pela sua história e pela cultura que sempre soubemos construir e preservar. A cultura forma e define o cidadão. Dá-lhe identidade, valoriza-o e completa-o. A cultura é um bem inestimável, com valor intrínseco. O setor cultural em Portugal defronta-se com problemas de um subfinanciamento enraizado, de uma visão centralista e de baixas taxas de participação cultural. É necessário agir sobre estes fatores, capacitar o setor e democratizar o acesso à cultura, bem como potenciar o recurso à inovação e promover a internacionalização da cultura portuguesa.

O Governo do Partido Socialista não cuidou do património cultural e dos museus como elementos essenciais para a preservação e divulgação da cultura, da história e da identidade de Portugal, na sua diversidade. Não promoveu políticas que promovessem um acesso amplo e inclusivo.

Exige-se uma mudança no paradigma da Criação Artística, numa ação mobilizadora, independente e dotada dos recursos técnicos e financeiros necessários para mitigar os défices crónicos do setor e que promova a efetiva descentralização das artes, valorize a relevância dos criadores e dos diferentes atores culturais, apoie a dignificação das estruturas de programação e dos artistas independentes e defenda o princípio da livre criação artística.

Assistimos a uma ausência de uma efetiva ação de promoção da língua portuguesa, que acaba por ignorar a nossa identidade coletiva e a singular presença de Portugal à escala global.

2. Metas

- Aumentar em 50% o valor atribuído à cultura no Orçamento de Estado, ao longo dos próximos 4 anos;

- Alargar a oferta do ensino da dança, teatro, música, cinema e artes plásticas aos primeiros anos do ensino, de forma a aumentar a acessibilidade os públicos da cultura, em particular os mais jovens;
- Reforçar o regime legal do Mecenato Cultural, criando um regime atrativo e mobilizador, que permita melhorar o apoio ao setor da cultura;
- Promover a salvaguarda, a conservação e a reabilitação do património cultural.

3. Medidas

- Estimular o acesso à cultura e ao património por parte das crianças e dos jovens em idade escolar;
- Implementar uma estratégia nacional para a criação artística nas artes performativas e visuais, na música, nas artes de rua e nos cruzamentos disciplinares e na sua relação com as indústrias criativas;
- Fomentar a ida regular de crianças e jovens a Monumentos, Museus e Teatros e, em sentido inverso, a ida de artistas à escola, aproximando a comunidade artística e a comunidade escolar;
- Proporcionar o contacto da comunidade escolar com escritores nacionais, incentivando nos jovens um maior gosto pela leitura e pela escrita;
- Alargar as opções de enriquecimento curricular na área artística, aos jovens a partir do segundo ciclo, nas áreas da música, teatro, artes plásticas e dança;
- Promover a diversificação e a inclusão dos públicos, garantindo que as atividades culturais chegam a todos os segmentos da população, especialmente aos mais vulneráveis e desfavorecidos, e que respeitam a pluralidade de expressões e valores culturais;
- Apoiar a implementação das estratégias culturais de desenvolvimento a nível local e sub-regional, promotoras de coesão social e territorial;
- Criar um programa nacional de apoio a estruturas de programação, residência, incubação e de criação artística independentes;
- Reforçar as medidas de salvaguarda do património, como a inventariação, a classificação, a monitorização, a reabilitação, o restauro e a prevenção de danos ou destruição, envolvendo os museus, as comunidades locais, as organizações da sociedade civil, as empresas e as instituições internacionais;

- Elaborar um plano específico de inventariação e reabilitação dos edifícios com maior valor cultural;
- Proceder à digitalização do património cultural;
- Estimular a formação contínua e a qualificação dos profissionais que trabalham no setor cultural, valorizando as suas competências;
- Rever a atual legislação, criando um regime jurídico específico, atrativo e atual para o mecenato cultural;
- Avaliar o reforço do financiamento e o apoio às instituições culturais que desenvolvem projetos de criação de públicos, mediação cultural e serviços educativos;
- Rever o regime de apoio às orquestras regionais;
- Assumir a língua portuguesa como um património de valor identitário e global, no contexto de uma estratégia nacional e internacional para a sua promoção;
- Ajustar os direitos autorais às novas realidades digitais, nomeadamente, no que diz respeito à inteligência artificial;
- Desenvolver e implementar um Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual;
- Preparar e consensualizar, com a devida antecedência, os programas de celebração de datas com elevado significado histórico nacional. Em particular, a celebração, durante a legislatura, dos 900 anos da batalha de São Mamede (1128), uma das datas fundadoras da nacionalidade.

SUSTENTABILIDADE

AMBIENTE, ÁGUA, AÇÃO CLIMÁTICA E PROTEÇÃO ANIMAL E DOS ECOSISTEMAS

1. Porque é preciso mudar

Portugal tem de aproveitar as possibilidades criadas pelo Pacto Ecológico Europeu e por uma nova ambição europeia de transição para uma economia mais sustentável, e uma sociedade justa e próspera, com uma economia moderna, mais eficiente na utilização de recursos e competitiva, tendo como objetivo atingir a neutralidade carbónica em 2050.

Para um País com escassez de capital, como Portugal, os objetivos do Pacto Ecológico Europeu carecem de estratégias colaborativas entre a Administração e Economia para que sustentabilidade seja motor de emprego e diversificação de atividades e não apenas uma imposição cega. E a estratégia europeia consagrada naquele Pacto envolve um conjunto de três instrumentos que Portugal deve aproveitar: i) a taxonomia europeia, cujo sistema de classificação implica mudanças estruturais nos processos produtivos e de decisão das empresas, ii) as obrigações de reporte e iii) os instrumentos financeiros de suporte.

Para que se cumpram as obrigações e aproveitem as oportunidades não bastam os anúncios bem intencionados, metas e objetivos sem uma efetiva concretização de medidas, e sem canalizar os fluxos de capitais que financiem a transição.

Portugal precisa de uma nova ambição e capacidade de concretização das políticas ambientais baseada no princípio da sustentabilidade ambiental, económica e social. Os desafios globais do combate às alterações climáticas através de medidas de mitigação e adaptação e da proteção da biodiversidade devem articular-se com a valorização dos serviços dos ecossistemas, a realização dos investimentos, melhorias e modernização dos sistemas de abastecimento de água, saneamento e recolha e tratamento de resíduos, a melhoria da gestão e das capacidades de reserva dos recursos hídricos, e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais do País, em terra e no mar.

Ao longo do ciclo de governação socialista, verificou-se uma estagnação em vários domínios, escasseando soluções para uma gestão mais sustentável dos recursos hídricos, dos resíduos, do litoral ou da biodiversidade. São também marcas da governação o insucesso das políticas de resíduos, a desistência de aperfeiçoar a organização, economia e

operação dos sistemas de águas, a desvalorização da aposta na eficiência de recursos e valorização dos ecossistemas, e a falta de uma aposta transparente e racional nos instrumentos económicos de proteção ambiental, sejam de mercado, sejam de fiscalidade verde.

É fundamental enfrentar as dificuldades hídricas do País, designadamente relativamente aos efeitos das alterações climáticas, à distribuição muito assimétrica dos recursos hídricos no território nacional, às necessidades dos sistemas de abastecimento e tratamento de águas para consumo humano e para aproveitamento agrícola.

É necessário reverter o ciclo de maus desempenhos, inércia de incumprimento generalizado de metas no sector dos resíduos em Portugal. Estamos num momento de esgotamento de infraestruturas quer para Resíduos Sólidos Urbanos, quer para Resíduos Industriais. O cumprimento das obrigações europeias em matéria de aterros coloca pressão adicional ao exigir que a matéria orgânica e o plástico deles sejam desviados e são muito poucas as infra-estruturas além dos aterros. Precisamos com urgência de soluções para ambos.

A “economia circular” não se limita à temática dos resíduos, mas alarga o seu espectro à inovação, à sociedade de partilha, a plataformas colaborativas, a modelos de negócio e produção, à arquitetura, urbanismo e reabilitação sustentáveis.

Neste contexto, é necessário remunerar os serviços dos ecossistemas através de um sistema transparente de créditos de biodiversidade e alargar as contas públicas ao capital natural, premiando os municípios que mais contribuem para a biodiversidade e preservação de sumidouros de carbono no seu território (solo, florestas e mar). É, também, importante neste domínio a concretização efetiva do Mercado Voluntário de Carbono, considerando metodologias adaptadas ao combate à desertificação do território.

A proteção animal é uma preocupação a que continuaremos a corresponder com medidas concretas que penalizem os maus-tratos e o abandono de animais de companhia, assegurando respostas efetivas para os atuais problemas. Temos assumido posições equilibradas e progressistas ao longo dos anos, não entendendo a causa animal como arma de arremesso político ou de confrontação entre grupos sociais, sendo de evitar os extremismos e os populismos em seu redor. Independentemente das responsabilidades e das lacunas da administração central, importa colocar um maior foco nas políticas de proximidade no apoio ao bem-estar animal, assegurando condições para que a administração local e outras entidades possam ter uma ação mais eficaz, dispondo dos recursos adequados.

2. Metas

- Concretizar uma estratégia de aplicação do Pacto Ecológico Europeu que crie oportunidades e emprego no sector do ambiente, estimulando as mudanças de produção exigidas pela União Europeia, mas protegendo os sectores que geram por cá emprego e sustentabilidade;
- Assegurar o acesso, com eficiência económica e hídrica e coesão territorial, ao abastecimento de água para consumo humano e aproveitamento agrícola e eliminar substancialmente as perdas reais de água nos sistemas públicos de abastecimento até 2030;
- Cumprir as metas de Portugal relativamente aos resíduos, designadamente com a redução significativa das taxas de deposição em aterro e desenvolvimento das soluções infraestruturais alternativas;
- Combater a desertificação do território procurando através de adaptações no sector agrícola e da efetiva remuneração dos serviços da biodiversidade, com suporte na estruturação de um mercado voluntario de carbono.

3. Medidas

RESÍDUOS E A PROMOÇÃO DA CIRCULARIDADE DA ECONOMIA

- Assegurar no terreno o cumprimento das metas ambientais assumidas junto da CE através da implementação efetiva dos planos sectoriais aprovados para o horizonte 2024-2030 (PNGR, PERSU, PERNU e PAEC) e, simultaneamente, proceder a uma reestruturação com reforço de competências e recursos da CAGER;
- Apostar na economia circular, na gestão dos resíduos, da água e recursos hídricos e na gestão dos solos;
- Implementar um plano de desenvolvimento infraestrutural para os serviços de resíduos que colmatem o esgotamento e as insuficiências face às necessidades atuais e às metas e obrigações Europeias;
- Concretizar a criação de soluções para os resíduos sólidos urbanos e industriais que sejam alternativas à deposição em aterro, procurando maximizar o aproveitamento económico, material e eficientes dos recursos. É necessário assumir investimento em infraestruturas de aproveitamento dos resíduos, incluindo de reciclagem e compostagem, bem como Implementar um plano de gestão do fim de vida dos aterros com vista a monitorizar a capacidade de deposição em aterro de resíduos não perigosos;

- Implementar políticas para reduzir a produção de resíduos plásticos;
- Promover a dinamização de processo de desclassificação de resíduos para multiplicar os seus usos seguros e desonerar as operações de tratamento;
- Executar a Estratégia dos Biorresíduos (criando condições para que a recolha seletiva e sua reciclagem seja operacionalizada em todo o território nacional).

DESENVOLVIMENTO DA FISCALIDADE VERDE

- Dar seguimento às alterações introduzidas pela Reforma da Fiscalidade Verde (2015). As medidas na fiscalidade verde serão neutras do ponto de vista orçamental.

ÁGUA

- Promover um Programa de Ação para a Digitalização Integral do Ciclo da Água, prevendo medidas para modernizar a gestão dos recursos hídricos numa lógica de transformação tecnológica (tecnologia de medição, transmissão e tratamento da informação);
- Incrementar a percentagem de água para reutilização;
- Aumentar a capacidade de armazenamento de água e reduzir a percentagem dos caudais fluviais que desaguam no mar nos rios onde esses valores são muito elevados, com a criação de reservas em zonas rurais, aliados à gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas. Salienta-se a necessidade de executar um plano integral de redimensionamento e desassoreamento de albufeiras e barragens a nível nacional, e estudar a possibilidade de transferências de caudais (salvaguardados os devidos impactos sociais, económicos e ambientais), bem como, e a remoção de barreiras obsoletas nos rios e o restauro dos ecossistemas fluviais. Defender os interesses nacionais relativamente aos rios internacionais provenientes de Espanha;
- Estudar a racionalidade económica, incluindo com análise custo-benefício, eventuais soluções inovadoras para ampliar o acesso e disponibilidade efetiva de recursos hídricos para consumo humano e agrícola em todo o território nacional, incluindo ponderando soluções de dessalinização.

PROTECÇÃO DO LITORAL

- Criar o Programa de Ação para Resiliência do Litoral 2025-2040, através do PRR e do PT20-30, que preveja intervenções estruturais e investimentos continuados num contexto em que se intensificam os fenómenos climáticos extremos;

- Criar um Programa de restauro e revitalização de zonas estuarinas, através do PRR e do PT20-30, destinado a intervenções integradas de adaptação às alterações climáticas, regeneração urbana, mobilidade sustentável e valorização territorial (Programa FOZ);
- Atualizar, investir e monitorizar os instrumentos e mecanismos de proteção do Litoral, com o objetivo de rever e atualizar a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, concluir os Programas da Orla Costeira (POC).

BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- Apostar na valorização dos serviços dos ecossistemas como incentivo ao cumprimento das metas ambientais e medida de justiça e coesão territorial;
- Concluir a elaboração dos *Programas Especiais de Áreas Protegidas* e reforçar a sua vigilância e atualizar, investir e monitorizar os instrumentos e mecanismos de proteção da biodiversidade e conservação da natureza;
- Elaborar o *Plano Nacional de Restauro da Natureza*, acautelando as especificidades nacionais, a redução de riscos induzidos e a necessidade de investimentos que remunerem os proprietários pelos serviços prestados pelos ecossistemas;
- Fomentar o aumento de espaços verdes nos centros urbanos e implementar medidas de Eficiência Energética em territórios urbanos com maiores vulnerabilidades sociais e riscos de pobreza energética.

GOVERNAÇÃO AMBIENTAL

- Simplificar os licenciamentos ambientais e reforço da necessária transparência e fiscalização, com efetivo e não apenas aparente reforço das obrigações ambientais;
- Implementar Planos Municipais de Descarbonização e Premiar os Municípios que mais contribuírem para o cumprimento dos objetivos ambientais de Portugal;
- Criar um Portal Único do Licenciamento com vista a assegurar a total transparência e integridade dos processos de licenciamento, com a digitalização integral do processo de licenciamento e que disponibilize, de um modo claro e acessível, o enquadramento legal, indicadores de desempenho e fundamentação das decisões de todos os responsáveis/órgãos competentes envolvidos na cadeia de decisão dos procedimentos;
- Criar o Programa de Avaliação de Impacte Ambiental - AIA 2.0, enquanto instrumento de apoio aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (*Programa AIA 2.0*), com recurso a tecnologias de inteligência artificial para maior transparência e celeridade das decisões;

- Promover as Compras Públicas Circulares e Ecológica, que seja conjugado com critérios económicos e , e vincular toda a administração pública, central e local, à inclusão de critérios ambientais equivalentes aos estabelecidos no quadro do Pacto Ecológico Europeu e do Regulamento da Taxonomia nos seus procedimentos de aquisição.

PROTEÇÃO ANIMAL

- Rever, clarificar e reforçar a legislação que penaliza o abandono e os maus-tratos a animais de companhia;
- Desenvolver uma campanha nacional de sensibilização contra o abandono de animais que seja mais eficaz na indução de comportamentos responsáveis;
- Reforçar as condições dos Centros de Recolha Oficiais (CRO) e dos programas que desenvolvem;
- Desenvolver uma nova geração de políticas de proximidade no reforço da proteção animal.

AGRICULTURA, FLORESTAS E ALIMENTAÇÃO

1. Porque é preciso mudar

Os terrenos agrícolas e florestais representam cerca de 78% do território nacional, a que correspondem mais de 7 milhões de hectares, o que, por si só, justifica a sua importância; se a essa área acrescentarmos as áreas de matos e incultos (16%) podemos falar de um setor com relevância em 95% do território.

São atividades económicas centrais para o mundo rural contribuindo para a desejada coesão territorial, gerando dinâmicas que permitem dinamizar atividades de comércio, de turismo e de indústria. Para além da sua importância territorial, a agricultura e a floresta desempenham um papel fundamental na valorização do mundo rural e na coesão territorial, na preservação da paisagem, da conservação da biodiversidade, no combate às alterações climáticas e na descarbonização da economia. E, no caso da agricultura, têm a função de produção de alimentos, que se pretendem seguros, sustentáveis e de qualidade.

São inúmeros os desafios que estes setores enfrentam. No caso de Portugal, estando integrado na União Europeia (UE), o setor está fortemente dependente da Política Agrícola Comum (PAC).

No sentido de melhorar muitas das fragilidades existentes no setor, resultantes do desinvestimento do governo socialista, considera-se fundamental garantir a promoção de uma agricultura moderna, competitiva e sustentável, definindo-se quatro objetivos estratégicos (mais conhecimento, mais organização, mais cooperação e mais capacitação) numa abordagem TERRA, a qual está focada em 5 eixos: Território, Estruturas, Recursos, Rendimentos e Alimentação.

A renovação do pacto social da agricultura com a sociedade passará também, necessariamente, pela ligação à alimentação, à saúde e à sustentabilidade. Para potenciar essa ligação devem ser tomadas algumas medidas simples, mas impactantes para a mudança da visão urbana sobre a atividade agrícola.

De igual modo, a Floresta não tem estado nas prioridades. Trata-se de setor estrutural para a coesão territorial e social, para a paisagem e para o clima do nosso País. Um setor com fileiras em que somos líderes mundiais, representando cerca de 11% das exportações nacionais.

2. Metas

- Dar relevância política e institucional ao setor da Agricultura no seio do Governo e aos seus organismos, com a reintegração das florestas e do desenvolvimento rural no mesmo Ministério;
- Regularizar as dívidas com os agricultores e regressar a uma política de pagamentos atempados e certos;
- Implementar processos de desburocratização e simplificação;
- Garantir o acesso à terra e promover o território e mundo rural, aumentando as áreas arborizadas espécies autóctones, que se traduzam numa mudança da ocupação do solo, que promovam a biodiversidade e reduzam a vulnerabilidade da floresta a incêndios;
- Definir uma estratégia nacional de gestão dos recursos hídricos, por forma a atingir os seguintes objetivos:
 - Aumentar a capacidade de armazenamento de água superficial até 20% do total de escoamentos;
 - Aumentar a área de regadio significativamente;
 - Utilizar 25% do volume total de águas residuais tratadas na produção primária;
 - Adotar práticas de agricultura de precisão em 50% das áreas regadas;

- Eliminar as perdas dos perímetros públicos até 2030;
- Considerar a opção de dessalinização, sempre que justificável;
- Garantir uma conectividade entre as várias bacias hidrográficas que permitam uma gestão equilibrada dos territórios.
- Dotar o território rural com infraestruturas tecnológicas, nomeadamente cobertura de rede internet;
- Garantir a aplicação integral e atempada de todos os fundos europeus da agricultura, concretizando a operacionalização dos fundos PDF2020;
- Reprogramar o PEPAC e acelerar da sua operacionalização e execução, com maior previsibilidade nas medidas de investimento e maior rapidez nos pagamentos dos apoios, garantindo o cumprimento das suas metas;
- Aumentar o peso de jovens na agricultura fomentando a substituição geracional e valorizando os projetos de jovens que integrem empresas agrícolas já existentes;
- Aumentar a percentagem de agricultores com formação agrícola, incrementando o conhecimento técnico nas empresas com vista a uma agricultura mais resiliente, sustentável e digital;
- Aumentar a percentagem de técnicos com formação STEAM no setor agrícola, com a finalidade de criar emprego tecnológico nas empresas agrícolas;
- Aumentar o valor de produção comercializado por Organização de Produtores;
- Reforçar a soberania, segurança e qualidade alimentar, reduzindo o respetivo défice da balança comercial;
- Reforçar a comercialização de produtos locais e valorizar a produção nacional, através da criação de um selo CCA;
- Aumentar o número de produtos IGP, DOP e ETG.

3. Medidas

- Acesso à terra:
 - Criar linhas de crédito de longo prazo, com juros bonificados, nomeadamente através do Banco de Fomento, para a aquisição de terrenos agrícolas nos quais se pretenda desenvolver um projeto de investimento agrícola;

- Reforçar as medidas ao emparcelamento, promovendo explorações agrícolas mais competitivas e melhor gestão do território, reduzindo áreas não produtivas ou em abandono;
- Avaliar a elegibilidade de terrenos agrícolas nos projetos de Jovens Agricultores em Primeira Instalação.
- Floresta:
 - Estimular a gestão agregada (OPF e criação de condomínios florestais) e em escala de áreas florestais, facilitando o emparcelamento e a gestão ativa com relevante dimensão;
 - Desenvolver incentivos que beneficiem a gestão/exploração e penalizem a inação, procurando a gestão ativa de terrenos;
 - Aumentar a produtividade e as matérias-primas disponíveis das principais fileiras florestais, com plantações de áreas abandonadas e ocupadas com matos e reconversão de povoamentos mal-adaptados;
 - Diminuir o risco de incêndios de forma estrutural, com uma gestão integrada do território, manutenção dos espaços agro-florestais e incentivo da atividade agrícola;
 - Simplificar processos e criar uma via verde para os licenciamentos e investimentos na floresta: plantação e reconversão de parcelas florestais;
 - Garantir menor risco e maior atratividade de investimento na floresta, com o reajustamento do RJAAR;
 - Acelerar a valorização dos espaços rurais conforme previsto no PNA (plano nacional de ação para a gestão de fogos rurais), nomeadamente com o cadastro (BUPI) e a gestão de mais de dois milhões de hectares (ZIF, AIGP, Baldios e EGF);
 - Incentivar a certificação dos produtos florestais, com a adoção de boas práticas de gestão florestal (fSC E PEFC);
 - Melhorar e regulamentar o uso de fogo para a gestão agro-florestal;
 - Colocar em ação um programa de beneficiação de infraestruturas florestais compatíveis com a gestão florestal e proteção contra os incêndios rurais;
 - Incentivar as bioindústrias enquanto cluster de inovação e criação de valor no setor florestal;

- Remunerar as externalidades positivas da floresta, com a implementação de mecanismos de compensação dos serviços de ecossistema em áreas de produção e conservação florestal ao nível do produtor, agrupamentos e OPF;
- Facilitar a atração e qualificação de mão de obra para trabalhar nas diversas fileiras.
- Captação de investimento:
 - Promover o mecenato empresarial em desenvolvimento rural e a valorização do território nas áreas rurais mais ameaçadas;
 - Promover a internacionalização do setor agroalimentar como forma de atrair investimento que promova sustentabilidade e inovação ao setor;
 - Agilizar processos de investimento, em particular no cumprimento dos tempos de licenciamento e redução de procedimentos administrativos;
 - Apoiar a instalação de indústrias intermédias (biorrefinarias) que apostem na inovação e que valorizem os subprodutos agroalimentares.
- Promoção do território e mundo rural:
 - Promover e apoiar as zonas rurais insulares e remotas, ultraperiféricas e de montanha, onde a agricultura tende a ser o principal motor do desenvolvimento económico;
 - Valorizar o território e os seus produtos locais, através da sua identidade com a região, as suas gentes e tradições e a sua Gastronomia;
 - Incentivar a criação de “Rota do Turismo Rural” em cada região, associando oferta de dormidas, de experiências e de outras atividades em mundo rural;
 - Criar um plano de incentivo para a recuperação do património edificado rural;
 - Rever os conteúdos didáticos sobre os temas da agricultura, florestas e mundo rural desde o 1.º ciclo de ensino.
- Aumento da área irrigada:
 - Construir novos aproveitamentos hidroagrícolas, através do PRR e do PT20-30, nomeadamente cumprindo o Plano Nacional de Regadios;
 - Reabilitar perímetros de rega degradados ou subutilizados, potenciando fundos europeus;

- Avaliar o aumento da capacidade de armazenamento de água nas bacias hidrográficas, bem como avaliar a exequibilidade e o custo-benefício de um plano de transvases de águas superficiais entre bacias que permita fazer uma gestão “inteligente” das águas superficiais;
- Aumentar a capacidade de retenção das disponibilidades hídricas anuais, analisando a possibilidade de flexibilizar as regras de licenciamento de pequenas infraestruturas de captação de águas superficiais nas explorações agrícolas e criando, sempre que possível, uma estrutura de capilaridade entre pequenas barragens.
- Promoção de parcerias e aposta no Conhecimento:
 - Estabelecer contratos-programa com as autarquias e OPF para a gestão e manutenção de infraestruturas florestais e rurais e de uso agrário;
 - Criar uma rede de inovação agrícola, numa perspetiva multissetorial, que permita conhecer, testar e validar práticas e tecnologias inovadoras;
 - Desenvolver projeto de gestão florestal (protocolos diretos), sobretudo com um modelo de Áreas Agrupadas dinamizadas pelas autarquias locais ou OPF;
 - Reabilitar estruturas do Ministério da Agricultura, incluindo I&D agrícola, com vista a melhorar o acesso à inovação e ao conhecimento, promovendo um serviço profissional de extensão agrícola e agroalimentar;
 - Promover centros de incubação de empresas ligadas ao setor.
- Melhoria da infraestrutura tecnológica:
 - Garantir internet no território rural;
 - Promover plataformas de partilha de informação e de dados entre os agricultores.
- Simplificação e redução da burocracia do processo de acesso aos financiamentos;
- Avaliar a não sujeição a tributação das subvenções europeias relativas às medidas agroalimentares (primeiro pilar), como acontece em alguns Estados-Membros da União Europeia;
- Valorização de projetos com resultados e diferenciar positivamente o financiamento de uso de tecnologia de agricultura de precisão ou associada à eficiência no uso de fatores;

- Fomento da sustentabilidade no setor:
 - Promover práticas agro-silvo-pastoris que melhorem a saúde do solo, nomeadamente o aumento de matéria orgânica;
 - Promover programas de apoio à agricultura e à floresta, que prestem serviço hidrológico à sociedade, através da retenção de água no solo, protegendo margens e mitigando a erosão;
 - Promover a valorização do património natural dos territórios rurais;
 - Criar instrumentos económicos para a conservação da biodiversidade e remuneração dos serviços dos ecossistemas;
 - Reforçar os recursos dos serviços públicos competentes e especializados, capazes de assegurar políticas higiossanitárias que garantam eficácia nas funções de inspeção sanitária e de garantia do bem-estar animal;
 - Reforçar os planos de sanidade animal e vegetal, com vista a combater eventuais pragas ou doenças que ameacem o desenvolvimento agropecuário, a rentabilidade das explorações e a saúde pública.
- Apoio aos jovens empresários do setor:
 - Fomentar a renovação geracional das explorações agrícolas, valorizando os projetos de jovens que integrem empresas agrícolas já existentes;
 - Criação de mecanismo de financiamento, com garantias mutualizadas, para a componente não apoiada e para o necessário capital circulante;
 - Possibilitar a integração nos investimentos elegíveis de formação avançada em universidades nacionais e estrangeiras, sobretudo em áreas de gestão.
- Aposta na qualificação dos colaboradores e agricultores:
 - Promover a criação de uma rede de "estágios profissionais" entre diferentes empresas agrícolas, para facilitar a partilha de boas práticas e de conhecimento;
 - Promover um programa de qualificação em *soft skills* dirigido para empresários agrícolas, incluindo competências de comunicação.
- Captação de talento para o setor:
 - Criar um programa de estágios para áreas críticas nas explorações agrícolas;
 - Promover o estabelecimento de projetos de I&D ou de transferência de conhecimento entre o Ensino Superior e empresas tecnológicas, com empresas do setor agrícola, agroalimentar e/ou florestal.

- Promoção da organização da produção:
 - Promover o robustecimento de todas os parceiros locais envolvidos no setor agro-silvo-pastoril (Federações/OPF);
 - Avaliar a criação de apoios específicos ou majorações de apoio muito diferenciadas para investimentos realizados por agroindústrias que comprovem a incorporação de produção proveniente de OP reconhecidas;
 - (Re)Introduzir majorações aos apoios ao investimento para os produtores de OP, prevendo a abertura de concursos específicos;
 - Desenvolver uma política de apoio à criação de organizações interprofissionais, valorizando estas estruturas em programas de promoção nacional e internacional.
- Valorização de práticas agrícolas sustentáveis:
 - Definir um enquadramento que incorpore informação sobre as melhores práticas agrícolas em produtos finais;
 - Promover o aumento do número de produtos IGP, DOP e ETG.
- Reforço da imagem "Portugal" no setor e estreitar a marca "Portugal" associada a uma produção agrícola de qualidade superior;
- Reforço das cadeias curtas de comercialização:
 - Promover a comercialização de produtos locais e valorizar a produção nacional, através da criação de um selo CCA (Circuitos Curtos Agroalimentares).
- Exploração das características distintivas da produção nacional:
 - Financiar, através de fundos europeus, programas de investigação relacionados com a pesquisa sobre características, nutricionais ou genéticas, distintivas da produção portuguesa face aos concorrentes;
 - Criar uma plataforma portuguesa de registo dos géneros alimentícios ECOLABEL;
 - Valorizar os sistemas de produção extensiva, considerando a qualidade dos produtos;
 - Promover programas específicos de agroturismo em territórios de baixa densidade.

- Valorização das práticas de produção alimentar sustentáveis:
 - Valorizar a produção de produtos alimentares isentos de resíduos;
 - Reforçar a soberania, segurança e qualidade alimentar, reduzindo o respetivo défice da balança comercial, um dos défices estruturais importantes da economia portuguesa.
- Aprofundamento da literacia alimentar nas escolas:
 - Desenvolver ações de literacia alimentar desde o 1.º ciclo de ensino, através de cooperação entre os agentes do setor;
 - Criar campanhas de educação alimentar.

MAR E PESCAS

1. Porque é preciso mudar

O Mar é o maior ativo natural português. Constitui um ativo real de valor económico, ambiental, político e geoestratégico; um ativo potencial de equilíbrio, progresso, afirmação e prestígio internacional do País, um fator de Identidade Nacional e de Individualidade do País. A especial fragilidade dos oceanos e da sua biodiversidade obriga a uma exploração dos recursos e usos marinhos de modo sustentado e sustentável, através de uma abordagem holística e global dos assuntos do mar, tendo em conta o(s) ecossistema(s) marinho(s).

A crescer aos constrangimentos resultantes da falta de informação atualizada, é gritante o escasso investimento que tem sido feito pelo Estado no conhecimento e na investigação científica do Mar sob soberania ou jurisdição portuguesa, que compromete a salvaguarda e proteção de um recurso tão valioso.

Há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de assegurar uma efetiva gestão integrada do Mar, garantindo a harmonização das políticas públicas marítimas e a proteção do meio ambiente marinho, assim como a exploração racional dos seus recursos

No que se refere à plataforma continental, é importante não desistir do processo de reconhecimento da mesma em toda a sua extensão. É imperioso um empenhamento maior no que respeita à obtenção do reconhecimento dos limites exteriores da nossa plataforma continental, em toda a sua extensão, para os podermos tornar definitivos e obrigatórios. Esta visão não é compatível com a falta de meios para garantir a vigilância

de toda a área marítima nacional causada por anos de atraso na entrada ao serviço dos repetidamente adiados Navios Patrulha Oceânicos.

A área das pescas tem uma importância económica, ambiental e social indelével, devendo procurar-se o equilíbrio entre a exploração dos recursos e a preservação dos ecossistemas marinhos, potenciando as fileiras das pescas na economia do mar. É essencial retomar-se o ordenamento e a gestão efetiva do planeamento espacial do espaço marítimo e das zonas costeiras, assegurando a adequada articulação entre as diferentes atividades humanas que concorrem pelo espaço e recursos marítimos e minimizando a incompatibilidade e conflitualidade na utilização destes recursos.

2. Metas

- Expandir a rede de áreas marinhas protegidas de modo a proteger e preservar a biodiversidade, principalmente os ecossistemas raros ou frágeis, bem como o habitat de espécies e outras formas de vida marinha em vias de extinção, ameaçadas ou em perigo.

3. Medidas

- Construir Consciência Marítima:
 - Conhecer para proteger: criar condições para conhecermos o Mar sob soberania ou jurisdição portuguesa, incluindo os fundos marinhos e as zonas costeiras, através dum investimento significativo no conhecimento e na investigação científica do Mar;
 - Reforçar programas existentes e criar novos apoios a iniciativas privadas ou em parceria público-privada, visando a investigação científica, em centros de investigação ou laboratórios e em cruzeiros científicos, incluindo pela Marinha e IPMA;
 - Criar um Programa de Levantamento Sistemático dos Recursos Naturais, do Estado Ambiental e do Património Arqueológico dos Espaços Marítimos Nacionais, através do PRR e do PT20-30, incluindo a produção de um Atlas de Referência do Mar Português, e integrando-o com o Plano de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo;
 - Apostar na literacia para todas as idades, níveis de formação e atividades;
 - Criar um roteiro para a implementação da Estratégia Nacional do Mar, contemplando a monitorização e avaliação.

- Desenvolver a Economia do Mar de modo sustentado, sustentável e com visão integrada de cluster e de fileira:
 - Criar, desenvolver e aprofundar as condições legais necessárias a uma gestão integrada do Mar e dos respetivos usos;
 - Retomar o ordenamento e a gestão efetiva do planeamento do espaço marítimo e das zonas costeiras;
 - Simplificar os programas de investimento europeu no âmbito das candidaturas do Mar 2030, tornando a sua execução mais rápida, dando competitividade ao setor, de forma sustentável;
 - Criar um modelo de governança para as áreas marinhas protegidas, que garanta a devida orientação, coerência e articulação entre as instituições com competências na sua classificação, gestão, monitorização, fiscalização, e a publicação de dados sobre estas matérias;
 - Retomar a Conta Satélite do Mar, recolhendo, analisando e publicando dados atualizados sobre a Economia do Mar;
 - Adotar menos burocracia e mais certeza jurídica: tornar a legislação e os processos ligados à economia do mar mais claros, menos discricionários, e com prazos de decisão razoáveis para que as empresas que pretendam investir na economia do mar o possam fazer de forma esclarecida, planeada e segura;
 - Compatibilizar a exploração racional dos recursos e usos do Espaço Marítimo Nacional com as atividades tradicionais existentes (pesca, turismo e outras) e respeitando a proteção do meio ambiente sob impacto e criando condições sustentáveis para a produção eólica *offshore*;
 - Defender um investimento público e privado nos portos de pesca;
 - Estabelecer um Plano de Reestruturação da Frota Pesqueira Nacional, através do PRR e do PT20-30;
 - Assegurar o investimento, através do PRR e do PT20-30, nas infraestruturas base necessárias à facilitação e estímulo de acesso ao Mar e nas regiões ribeirinhas das embarcações de pequeno porte e artes de pesca;
 - Criar um quadro regulatório e legal que potencie o investimento privado no setor da Aquicultura, suportada pelo Plano de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, preservando o equilíbrio e a renovação das espécies marinhas, em mar;
 - Criar circuitos curtos de comercialização de pescado, de proximidade;

- Apostar na Investigação & Desenvolvimento através dos institutos públicos e/ou outras entidades credenciadas, no sentido de melhorar a sustentabilidade aliada à competitividade das empresas que operam no sector da pesca e aquicultura;
 - Promover a transformação do pescado, garantindo a segurança alimentar, através de aumento significativo dos níveis de rastreabilidade dos processos;
 - Utilizar, de forma generalizada, a biotecnologia na transformação dos recursos vivos marinhos e valorização de subprodutos na produção de nutrientes, fármacos e cosméticos;
 - Avaliar a atribuição de novas concessões nas áreas de expansão previstas no Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marinho Nacional e nas áreas de expansão previstas no Plano de Aquicultura em Águas de Transição;
 - Enquadrar a pesca artesanal e a pesca lúdica, recreativa e/ou desportiva enquadrada nas comunidades locais, assegurando o cumprimento das normas de sustentabilidade das espécies.
- Obter o reconhecimento dos direitos soberanos, exclusivos e inerentes de Portugal sobre a totalidade da sua plataforma continental além das 200 milhas, garantindo os meios necessários e apoiando cientificamente, com novas informações junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental, que suportem a pretensão portuguesa;
 - Concretizar sem mais atrasos e hesitações os processos de construção dos novos navios patrulha oceânicos e colocá-los ao serviço do país e da vigilância de toda a área marítima sob gestão nacional;
 - Garantir que as atividades marítimas se podem desenrolar em segurança nas áreas sob soberania, jurisdição ou responsabilidade nacional, cumprindo as obrigações internacionais e Europeias, implementando uma Estratégia de Segurança Marítima, combatendo atividades ilegais e promovendo a cooperação internacional.

CIDADES, COMUNIDADES E COESÃO TERRITORIAL

1. Porque é preciso mudar

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) salienta a existência de uma realidade regional e nacional que ultrapassa as clássicas grelhas de leitura norte/sul, interior/litoral e urbano/rural.

Acresce a esta realidade a existência de estrangulamentos estruturais, como uma insuficiente cobertura territorial de infraestruturas de suporte à competitividade, entre as quais se incluem as da conectividade digital, de incubação e de aceleração de empresas de base tecnológica, alinhadas com as Estratégias de Especialização Inteligente, as de acolhimento empresarial, como elementos de atração de investimento, e as redes físicas de suporte à economia digital, tal como identificado no Acordo de Parceria Portugal 2030.

A crescente litoralização do País, associada a uma história de fraca acessibilidade física e digital do interior, reforçada pela estratégia adotada pelos governos do Partido Socialista de concentração do investimento estrutural nos grandes centros urbanos e na administração pública central ao abrigo do PRR e do PT2030, impõe a necessidade de promover uma nova visão para o desenvolvimento, assente num racional de sustentabilidade e coesão da integridade do território nacional alicerçado no reforço da capacidade de intervenção das autoridades locais, em particular municípios e entidades intermunicipais, numa efetiva aposta na descentralização com a necessária transferência de responsabilidades devidamente acompanhada pelos meios necessários à sua concretização, em paralelo com uma aposta na escala NUTIII e entidades intermunicipais como alavanca do processo de descentralização e de desenvolvimento territorial.

Após um sólido e ambicioso início do processo de descentralização em 2014-15, o Governo do PS introduziu mudanças de orientação a partir de 2016 que têm gerado instabilidade e insegurança, falta de transparência e recursos, insuficiente autonomia para gestão efetiva dos serviços descentralizados e ausência de mecanismos de avaliação objetiva e transparente. O processo tem gerado um coro de críticas dos Municípios pela falta de diálogo, ambição e de rigor do Governo.

A fraca capacidade de planeamento territorial de longo prazo, torna as políticas setoriais frágeis e incapazes de criar uma estratégia de desenvolvimento social e económico eficaz para o país. As estratégias setoriais de âmbito nacional e regional têm fraca coordenação e transversalidade, tornando-as, muitas vezes, conflituantes entre si ou incapazes de prosseguir com a sua orientação estratégica. Tem de ser promovida a capacitação do planeamento, através do reforço de dados territoriais para a tomada de decisão.

No que diz respeito às Autonomias Regionais, sempre lutámos pela defesa da Autonomia Política das Regiões Autónomas e pelo respeito integral e inegociável pela dignidade e competências dos órgãos de governo próprio das mesmas. Assim como sempre respeitámos e acolhemos as legítimas aspirações das nossas Regiões Autónomas de incrementarem o seu contributo ativo para a coesão territorial e social do nosso País. Sempre no estrito respeito pelos respetivos Estatutos político-administrativos.

2. Metas

- Garantir que o território tem cobertura de comunicações eletrónicas e dados em 2030;
- Aprofundar o processo de descentralização municipal e intermunicipal, dotando os municípios e as áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais e Comunidades Intermunicipais de competências relevantes capazes de assumir efetivamente a condução e gestão dos serviços públicos descentralizados, bem como do respetivo envelope de recursos humanos, materiais e financeiros adequados e dos mecanismos de responsabilização e avaliação transparente.

3. Medidas

- Apostar na transferência de competências para os municípios e entidades intermunicipais, reforçar as competências atribuídas às áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais em estreita articulação com os municípios, como alavanca de descentralização e desenvolvimento regional, num quadro de transparência e efetiva transferência de recursos para o seu cumprimento, garantindo assim complementaridades em função da escala territorial e da área setorial;
- Adequar a Lei das Finanças Locais e demais instrumentos normativos ao processo de descentralização;
- Estimular a integração e partilha de serviços entre municípios, quer ao nível das entidades intermunicipais, quer de iniciativas entre municípios;
- Reforçar o papel e meios das Entidades Intermunicipais, especialmente no domínio do desenvolvimento económico e social sub-regional e do ganho de escala na provisão ou gestão de serviços públicos;
- Redefinir os critérios de seleção de operações nos programas cofinanciados para ganhar escala e eficiência (garantir sinergias e escalabilidade);
- Estimular a partilha de boas práticas entre municípios e a transparência comparativa dos desempenhos da gestão e desempenho dos vários municípios;
- Melhorar a governança e a coordenação territorial, definindo prioridades de desenvolvimento territorial, consolidando os centros urbanos regionais e reforçando o papel das pequenas e médias cidades no combate à desertificação e perda demográfica;
- Promover a visão da cidade e território como plataforma, reformulando os processos de elaboração e disponibilização dos instrumentos de gestão territorial;

- Redesenhar o *Programa de Valorização do Interior*, incentivar a recuperação das casas das aldeias;
- Capacitar as universidades e politécnicos dos territórios de baixa densidade, através do PRR e do PT20-30, criando polos de inovação e fixação de populações;
- Tornar os processos de planeamento urbanístico mais eficazes, aumentando a transparência e acesso, e reduzindo custos de contexto e prazos;
- Adotar um novo modelo de governação do licenciamento das atividades económicas capaz de garantir a captação de investimento no território, através de uma metodologia célere, transparente e promotora de um processo transparente de concorrência;
- Melhorar a informação territorial, evitando a duplicação da produção de dados e informação, garantindo a sua qualidade e um modelo de financiamento consolidado e sustentável;
- Avaliar a criação de benefícios fiscais atrativos para famílias e empresas que desejem mudar-se para os territórios de baixa densidade;
- Garantir o Princípio da Continuidade Territorial, assumindo a República as suas responsabilidades ao nível do transporte marítimo e aéreo de pessoas e mercadorias, nas comunicações, na cultura e no desporto;
- Rever a Lei de Finanças das Regiões Autónomas e analisar a possibilidade de criação de Sistemas Fiscais Regionais.

COM SENSIBILIDADE SOCIAL

SAÚDE

1. Porque é preciso mudar

O diagnóstico crítico sobre o grave estado atual da Saúde em Portugal está bem documentado por fontes sérias e idôneas. Partilhamos das preocupações crescentes com a agudização de problemas estruturais do SNS não resolvidos e agravados pelos governos do Partido Socialista – motivo da forte desmotivação atual dos profissionais de saúde e insatisfação da população portuguesa. Nos últimos anos, Portugal estagnou no comparativo internacional dos sistemas de saúde e degradou gravemente as condições de acesso universal aos cuidados de saúde.

Há uma injustiça gritante no acesso aos cuidados de saúde em Portugal, com desigualdades crescentes entre os mais pobres e os mais ricos, entre o litoral e o interior, entre zonas urbanas, suburbanas e rurais.

Os tempos clinicamente recomendados para cirurgia são ultrapassados em vários hospitais do SNS, mesmo em casos de pessoas com cancro e outras doenças graves. No final de 2023, 1,7 milhões de portugueses não tinham Médico de Família e o Enfermeiro de Família não saiu do papel.

Torna-se vital inverter uma gestão socialista caótica, desmotivante e ineficiente que corrompeu a essência do SNS. Precisamos de um SNS forte para o século XXI e ao serviço de todos.

A degradação consecutiva das condições de trabalho e o desprezo institucional pelas carreiras de todos os profissionais de saúde tiveram consequências desastrosas na organização dos serviços de saúde, com particular gravidade para os Serviços de Urgência.

Sabemos que não haverá qualquer reforma da Saúde em Portugal sem a adesão e o trabalho dedicado das várias equipas de saúde.

É absolutamente essencial motivar, apoiar e congregar o espírito ético e profissional dos Médicos, dos Enfermeiros, dos Farmacêuticos, dos Psicólogos, dos Fisioterapeutas e Terapeutas, dos Nutricionistas, dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, dos Técnicos de Emergência, dos Assistentes Operacionais, dos Administradores, das equipas de apoio informáticas, de engenharia, administrativas e financeiras, de todos os que trabalham com dedicação no SNS e no sistema de saúde português.

Uma diminuição da carga de doença e um aumento do tempo livre de doença são condições essenciais para consubstanciarmos uma meta de mais anos de vida e com mais qualidade de vida. Para isso, apostamos na partilha de responsabilidades para um auto-cuidado mais ativo e autónomo das pessoas e comunidades em áreas como as doenças cardiovasculares, a diabetes ou o cancro.

Com a evolução da medicina preditiva e com o advento da Inteligência Artificial os diagnósticos precoces personalizados terão cada vez maior impacto na saúde das pessoas, devendo, naturalmente, os “check-up” terem regras e um racional clínico adequado à idade e fatores de risco.

Neste sentido devem ser também revistas as medidas dirigidas a pessoas portadoras de deficiência e de doença incapacitante, definindo novos indicadores de qualidade de vida com a participação direta das associações de doentes numa perspetiva inclusiva e de ganhos de saúde.

A evolução da rede de cuidados de saúde primários através de Unidades de Saúde Familiar (USF) pretende otimizar a resposta de saúde à escala das comunidades locais mas regista ainda insuficiente dispersão geográfica. Importa ir mais longe e de forma mais profunda numa rede de cuidados de proximidade assentes na resposta integrada de saúde e apoio social, com o envolvimento direto das Autarquias Locais e de todas as instituições públicas, privadas e sociais que atuam localmente.

A revisão e redefinição da descentralização de competências na área da saúde deve reorientar a evolução equitativa e flexível das respostas de saúde em todo o território nacional, articulando a rede pública, social e privada existente em cada Freguesia e Município. A implementação dos Planos Municipais de Saúde – com enfoque acrescido na saúde preventiva – constitui um instrumento central da efetiva garantia de equidade e melhor acesso aos cuidados de saúde.

Os portugueses pagam diretamente do seu bolso mais de 35% da despesa anual de Saúde para além dos impostos cobrados que financiam o SNS. Mais de 3,1 milhões de portugueses optam hoje por um seguro de saúde para conseguir liberdade de escolha e resposta célere dos prestadores de saúde.

O esforço individual e coletivo para uma saúde de qualidade é desproporcionado em relação aos resultados obtidos – é possível diminuir o desperdício e as ineficiências do sistema de saúde através de melhor contratualização, comparação de resultados e competição regulada.

A garantia constitucional de acesso universal aos cuidados de saúde deve ser cumprida com recurso a todos os meios públicos, privados e sociais existentes e devidamente articulados, num sistema competitivo que premeia a eficiência e a qualidade da resposta de saúde aos cidadãos.

2. Metas

- Ter a ambição de colocar o sistema de saúde português entre os dez melhores do mundo, em 2040, de acordo com os seguintes indicadores internacionais:
 - mortalidade por cancro e doença cardiovascular;
 - tempo de vida sem doença;
 - tempos de resposta a consulta e cirurgia;
 - esperança média de vida à nascença;
 - despesa *per capita* de saúde *out-of-pocket*.
- Implementar o Plano de Emergência do SNS 2024-2025 com aplicação do Plano de Motivação dos Profissionais de Saúde;
- Inaugurar novas Parcerias Público-Sociais para unidades de Cuidados Paliativos e Unidades de Cuidados Continuados de 2ª Geração;
- Assegurar o cumprimento dos Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) em todos os Hospitais portugueses para os doentes oncológicos até final de 2027;
- Aumentar consistentemente os rastreios oncológicos dos cancros da mama, útero, colorretal, pulmão e próstata;
- Assegurar a Consulta no Médico de Família em tempo útil;
- Adaptar e melhorar as respostas do sistema de saúde ao desafio do envelhecimento demográfico da população;
- Garantir Consultas de Especialidade dentro do tempo de espera máximo, nomeadamente, através da atribuição de um Voucher de Consulta;

- Organizar o Sistema de prestação de cuidados de saúde hospitalar com maior autonomia, atuando integradamente para a realização dos objetivos contratualizados e com avaliação de resultados;
- Incrementar o orçamento dos programas transversais de promoção da Saúde e Saúde preventiva em sede interministerial com franco envolvimento das Autarquias Locais;
- Fortalecer a rede pública de apoio à Fertilidade e Procriação Medicamente Assistida;
- Estabelecer um novo programa nacional de Saúde Oral com unidades privadas de Medicina Dentária;
- Criar a Agência Nacional Digital da Saúde e o Registo Eletrónico de Saúde Único (RES_U) para cada pessoa;
- Construir três Centros Ambulatoriais, até 2028, em co-promoção com municípios ou Comunidades Intermunicipais, baseados em programas de *Value-Based Healthcare*;
- Rever as ULS e concretizar Sistemas Locais de Saúde flexíveis com participação de entidades públicas, privadas e sociais.

3. Medidas

COMBATER A DESIGUALDADE DE ACESSO À SAÚDE

- Apresentar um Plano de Emergência SNS 2024-2025, nos primeiros 60 dias do novo Governo, sustentado por uma reorientação estratégica da política global do Governo nesta área, designadamente com o seguinte enquadramento legislativo e financeiro em 2024:

Ao nível das Consultas

- Garantir a emissão do Voucher Consulta de Especialidade, com liberdade de escolha do prestador pelo utente quando é ultrapassado o Tempo Máximo de Resposta Garantido (TMRG);
- Promover um incremento sustentado das USF tipo B;
- Realizar contratos temporários com Médicos de Família aposentados ou privados;
- Assegurar consultas digitais com Equipa de Família das USF e Centros de Saúde;
- Assegurar a inscrição no Enfermeiro de Família;

- Alargar o âmbito e a cobertura do programa Cheque-Dentista;
- Reforçar as Equipas de Apoio Domiciliário;
- Abrir USF tipo C nas áreas metropolitanas Lisboa e Porto (projeto-piloto);
- Alargar consultas de Psicologia Clínica, Terapia de Reabilitação e Nutrição nos Centros de Saúde.

Ao nível das Urgências

- Implementar um Plano de Motivação dos Profissionais de Saúde;
- Redefinir a Rede de Urgências e referenciação hospitalares;
- Implementar a consulta doença aguda em tempo útil nas USF e Centros de Saúde;
- Criar o Gestor do Doente Crónico, utilizador das Urgências;
- Avançar, com a Ordem dos Médicos, na Especialidade de Medicina de Urgência e Emergência;
- Criar um modelo de equipas dedicadas com auditoria externa;
- Implementar benefícios especiais para equipas de Urgência.

Ao nível das Cirurgias

- Desenvolver as CRIs públicos de segunda geração;
- Criar novos incentivos no programa SIGIC com indicadores de *outcome* clínico reportados pelo paciente;
- Promover a auditoria regional e nacional a TMRG na rede hospitalar;
- Implementar indicadores hospitalares obrigatórios de *outcome* cirúrgico;
- Desenvolver um sistema concorrencial competitivo para cirurgia de ambulatório;
- Organizar uma resposta pública no SNS com vista ao aumento da natalidade e maior acesso às técnicas de Procriação Medicamente Assistida, com práticas sustentadas numa sólida moldura ética:
 - Reforçar o Investimento nos centros públicos de PMA (Procriação Medicamente Assistida) em recursos humanos, equipamentos e espaços físicos;
 - Diferenciar e reforçar a especialização dos centros de PMA do SNS;

- Garantir a autonomização funcional e financeira do Banco Público de Gâmetas e reforço da sua estrutura orgânica especializada com aumento da capacidade de resposta;
- Reforçar o apoio para técnicas médicas de fertilidade humana com melhores tecnologias disponíveis no SNS e parceiros privados com acordo de colaboração;
- Assegurar a referenciação mais precoce dos Médicos de Família para centros de PMA;
- Aprofundar e melhorar os protocolos clínicos e boas práticas assistenciais para obtenção da menor mortalidade infantil da UE.

MOTIVAR OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

- Criar o Plano de Motivação dos Profissionais de Saúde, de forma a valorizar autonomamente todos os recursos humanos envolvidos na prestação dos cuidados de saúde às pessoas, em especial no SNS. Este plano versará sobre as carreiras dos médicos, enfermeiros, farmacêuticos, administradores, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e técnicos auxiliares de saúde. Este plano versará sobre incentivos laborais, desenvolvimento de carreiras, flexibilidade de horários de trabalho, diferenciação profissional, novos perfis de competências.

Médicos

- Promover uma abordagem específica com as Ordens Profissionais e as associações representativas no que respeita à retenção de jovens quadros médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde no sistema de saúde português;
- Definir, nas zonas mais carenciadas do País, um novo conjunto de incentivos para atração de profissionais de saúde, em articulação com as autarquias locais;
- Construir, progressivamente, equipas multidisciplinares mais alargadas no SNS, nomeadamente, ao nível dos cuidados de saúde primários.

PROMOVER A SAÚDE E A PREVENÇÃO DA DOENÇA

- Fomentar e promover ações e iniciativas na área da prevenção em saúde;
- Criar um Programa Prioritário de Promoção da Saúde Oral;
- Criar Programa Prioritário de Saúde Mental Comunitária, que contemplará, entre outras coisas, Prevenção Primária de Toxicodependências e Prevenção comunitária escolar e universitária;

- Garantir a realização de um check-up anual tendo por base as boas práticas internacionais, num protocolo personalizado de cuidados de saúde entre prestadores públicos, privados e sociais;
- Aproveitar e potenciar a vasta rede capilar em todo o território nacional das Misericórdias e IPSS nas ações de promoção da saúde e prevenção da doença.

ALARGAR CUIDADOS DE PROXIMIDADE

Desenvolver Sistemas Locais de Saúde e reforçar equipas clínicas de proximidade, reavaliando o processo das ULS quanto à escala, âmbito e funcionalidade. Na área social:

- Promover a certificação e auditoria regulares dos lares;
- Introduzir, de forma progressiva e com apoios, a exigência de equipas médicas e multidisciplinares permanentes nas unidades de cuidados continuados, em articulação estreita com as unidades públicas de saúde, através de contratos-programa plurianuais entre o SNS e as Misericórdias, IPSS e sector social;
- Reforçar e ampliar a formação, certificação e expansão da oferta de cuidadores informais, tendo especial atenção os mais idosos;
- Fortalecer a rede de cuidados paliativos pediátricos e de adultos, através da integração em protocolos dinâmicos de apoio domiciliário e cuidados ambulatoriais;
- Promover a articulação clínica na gestão dos doentes da rede de cuidados continuados ou paliativos com os centros de saúde e USF;
- Desenvolver Redes de Cuidados continuados, paliativos e de centros ambulatoriais de Proximidade;
- Avaliar, com a Ordem dos Médicos, a criação da especialidade de Medicina Paliativa.

ECOSSISTEMA NACIONAL DE DADOS EM SAÚDE

- Criar um Ecossistema Nacional de Dados em Saúde, implementar o Registo Eletrónico de Saúde Único (RES_U) e transformar a SPMS na Agência Nacional Digital na Saúde.

NOVO MODELO DE GESTÃO HOSPITALAR

- Desenvolver um novo modelo de contratualização do SNS, com uma nova entidade dedicada para o efeito, sujeito a uma supervisão profissional de alto nível e transparente;
- Reformular a Direção Executiva do SNS, com uma alteração profunda da sua estrutura orgânica – mais simplificada –, e das suas competências funcionais;

- Reforçar a autonomia hospitalar, através de um novo modelo de gestão descentralizada em competição positiva para soluções flexíveis e adaptadas localmente;
- Aprofundar os mecanismos de autonomia intermédia na definição dos processos mais eficientes e dos indicadores técnicos preferenciais;
- Possibilitar a eleição direta de Diretor(a) Clínico(a) e Enfermeiro(a) Diretor(a), ficando a opção a cargo de cada Unidade Hospitalar;
- Fazer evoluir o estatuto dos Hospitais Universitários – atribuindo tempo protegido obrigatório e cíclico para funções formativas e de investigação de acordo com modelos internacionais validados além do tempo clínico e assistencial dos profissionais de saúde – e acelerar os Centros Académicos Clínicos em projetos de I&D+I com impacto reconhecível nos resultados de saúde dos doentes e na conceção/validação/produção industrial de bens e produtos.

DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA

1. Porque é preciso mudar

O contexto com que nos deparamos é desafiante, desde logo pela constatação da ausência de uma política pública para o desporto nacional ancorada num documento de orientação estratégico com dotação orçamental, objetivos e métricas a atingir. Acresce que a organização administrativa do setor desportivo é confusa, impondo-se o reforço da sua coerência estrutural e orgânica.

Todos os indicadores apontam para fracos níveis de prática de atividade física e desportiva da população portuguesa, a que crescem problemas de literacia motora e desportiva. É fundamental melhorar significativamente a prática desportiva em idade escolar até ao Ensino Superior. Torna-se necessário, hoje mais do que nunca, assumir e impulsionar o desporto como uma ferramenta de inclusão social. As desigualdades territoriais no desenvolvimento das políticas públicas desportivas têm de ser combatidas e a adoção de medidas robustas que promovam a igualdade na prática desportiva entre mulheres e homens têm de ser assumidas como uma prioridade. A baixa participação de pessoas com deficiência no desporto deve merecer a nossa preocupação e mobilizar-nos.

O verdadeiro potencial de desenvolvimento desportivo do País só será alcançado através de um programa de investimento robusto e com critério, enquadrado de forma eficiente e sustentável por um planeamento estratégico, com envolvimento de todos os agentes, promovendo a participação, a excelência e a inclusão no desporto, para que

todos os cidadãos possam alcançar os seus objetivos ao nível do bem-estar físico, mental e social, construindo uma nação mais saudável e ativa, unida e vitoriosa.

2. Metas

- Diminuir o nível de obesidade infantil e excesso de peso;
- Reduzir a percentagem da população sedentária;
- Aumentar a prática de atividade física e desportiva da população;
- Diminuir a diferença na prática de atividade física e desportiva entre homens e mulheres.

3. Medidas

- Elaborar um Plano Estratégico para a atividade física e desporto, com um novo modelo de coordenação de políticas de bem-estar/saúde, com os objetivos de promoção e aumento dos índices de prática desportiva e os seus benefícios sociais:
 - Aumentar os índices de prática desportiva com frequência e de qualidade para toda a população;
 - Promover o desporto e a atividade física em todo o território nacional;
 - Segmentar a promoção da prática desportiva: desporto master (sénior), desporto feminino, desporto inclusivo, desporto em idade escolar, desporto para pessoas com deficiência, desporto em família, desporto nas empresas;
 - Identificar novas tendências desportivas para o desenvolvimento de novos programas de participação;
 - Garantir e potenciar os benefícios sociais, educacionais, económicos e de saúde da atividade desportiva para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;
 - Fomentar a colaboração entre os agentes desportivos, a comunidade educativa e outros intervenientes, de forma a desenhar estratégias para o desenvolvimento integrado do desporto.
- Gerar um alinhamento coerente, estratégico e funcional entre todos os agentes de desenvolvimento desportivo:
 - Apresentar novo modelo de coordenação de políticas de bem-estar/saúde e qualidade de vida associados ao desporto;

- Atualizar a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e rever legislação estruturante;
- Ativar a Comissão Intersectorial para a Promoção da Atividade Física, com o objetivo de elaborar, operacionalizar e monitorizar um Plano de Ação Nacional para a Atividade Física;
- Clarificar competências e potenciar sinergias entre a educação física, o desporto na escola (todos os níveis de ensino), o desporto no clube, as atividades de recreio desportivo de cariz comunitário e o desporto para segmentos populacionais específicos;
- Desenvolver programas para apoiar projetos de inclusão social através do desporto com envolvimento das comunidades desfavorecidas;
- Promover novas tecnologias, inovação e digitalização nos serviços desportivos;
- Rever a estrutura organizativa/administrativa dos serviços centrais/regionais do desporto;
- Apoiar a qualificação, certificação e intervenção do movimento associativo nos diferentes níveis de atividade, nomeadamente no sentido de, através de fundos Europeus, garantir o acesso às instalações desportivas de pessoas com deficiência, bem como a reabilitação das instalações desportivas;
- Aproximar o investimento direto no Desporto e os indicadores de atividade física e desportiva da população portuguesa da média dos países da União Europeia.

POLÍTICAS SOCIAIS, TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

1. Porque é preciso mudar

Portugal não pode desenvolver-se com base num modelo de crescimento assente em salários baixos.

Portugal precisa de superar este modelo de baixos salários, rigidez geradora de segmentação do mercado e uma generalizada falta de oportunidades e atratividade para a fixação dos jovens portugueses, especialmente os relativamente qualificados.

Em paralelo, o sistema de proteção social não dá uma resposta suficiente e cabal às necessidades, em termos de proteção no desemprego, doença, parentalidade ou reforma, daqueles que se encontram em formas atípicas de emprego, nomeadamente aqueles

com contratos a termo ou a tempo parcial, em agências de trabalho temporário, trabalhadores independentes, cuidadores informais e ainda em novas formas de emprego (trabalhadores nas plataformas digitais e em trabalho remoto para empresas externas).

Um trabalhador não pode ser pobre! E, por princípio, não deve ter rendimento inferior ao apoio público de um ativo que não trabalha.

Existe em Portugal uma armadilha da situação de pobreza e de trabalhadores persistentemente pobres. O impacto pernicioso de alguns elementos do regime de segurança social e dos Apoios Sociais na participação no mercado de Trabalho e na valorização profissional tem de ser corrigido com vista a incentivar o trabalho e a justiça social.

Atualmente, em certos limiares, quem tenha rendimentos baixos vê-lhe retirados diversos apoios sociais de forma repentina, sem exceções nem contemplações, caso ultrapasse em um euro determinados níveis de rendimento. Tal sucede porque os valores de inúmeros apoios sociais são indexados a escalões de rendimentos.

Na transição entre escalões, tal origina uma substancial perda de apoios, ou até mesmo a sua retirada total, o que resulta numa barreira efetiva a que estes trabalhadores procurem aumentar os seus rendimentos do trabalho ou se valorizem profissionalmente. São retirados sem contemplações abonos de família, a ação social escolar, a isenção de taxas moderadoras na saúde, a tarifa social de eletricidade, a tarifa social de gás, a isenção de pagamento (ou a passagem para outro escalão) em escolas em regime de IPSS (pré-escolar). Torna-se desta forma pouco atrativo ser promovido ou procurar um emprego melhor.

Em Portugal, 42% dos portugueses estão em risco de pobreza antes de receberem transferências sociais e, após esses apoios, há 2,1 milhões de portugueses em risco de pobreza ou exclusão social. Impõe-se combater a pobreza, reforçar o impacto e melhorar o acesso às prestações sociais para que, quem delas efetivamente necessita, possa delas beneficiar, assim como se deve simplificar e melhorar a relação da Segurança Social com os portugueses.

É imperativo proporcionar condições de vida mais dignas aos nossos idosos, em particular aos de mais baixos rendimentos.

De igual modo, as novas dinâmicas sociais, decorrentes de mudanças aceleradas pelo impacto da massiva adoção digital e da denominada transição verde, podem afetar os equilíbrios socio-laborais vigentes durante largas décadas e exigem capacidade de antecipação de novas respostas pelo Estado.

2. Metas

- Reduzir a taxa de pobreza entre os trabalhadores;
- Aumentar o valor de referência do Complemento Solidário para Idosos (CSI) para um valor de 820 euros em 2028, tendo como objetivo a equiparação ao valor do salário mínimo nacional, na legislatura seguinte;
- Aumentar o salário mínimo nacional para 1.000 euros, em 2028, e aumentar o salário médio para 1.750 euros, em 2030, com base em ganhos de produtividade e diálogo social;
- Estabelecer uma isenção de contribuições e impostos sobre prémios de produtividade por desempenho no valor de até 6% da remuneração base anual (correspondendo, dessa forma, a um 15º mês, quando aplicado). A isenção aplica-se à totalidade ou parte do prémio até este limite;
- Reduzir a população com contrato a termo;
- Aumentar a percentagem de população em idade ativa a participar em atividades de educação e formação.

3. Medidas

- Dignificar o trabalho e o emprego, combater a pobreza e a precariedade:
 - Substituir um conjunto alargado de apoios sociais, sem perdas para ninguém, por um Suplemento Remunerativo Solidário - sistema de subsídio ao trabalho, com a possibilidade de acumulação de rendimentos do trabalho com RSI, pensão social, ou outros apoios sociais dirigidos a situações sociais limite, que atenuem o empobrecimento dos trabalhadores empregados e incentive a sua participação ativa no mercado de trabalho que tenha em conta a dimensão e composição do agregado familiar;
 - Estudar a criação de uma prestação única por tipologia para as prestações não contributivas, agregando complementos a diferentes prestações, reforçando o seu acesso e contributo para o combate à exclusão;
 - Garantir o aumento do salário mínimo para 1.000€ até ao final da legislatura e criar condições à evolução do salário médio para 1.750€ até ao final da presente década, baseada na soma da inflação à totalidade dos ganhos de produtividade;
 - Convergir os direitos à proteção social dos trabalhadores independentes, cuidadores informais e ainda em novas formas de emprego (trabalhadores nas plata-

formas digitais e em trabalho remoto para empresas externas) com o regime dos trabalhadores por conta de outrem, no que diz respeito à proteção no desemprego, doença, parentalidade ou reforma;

- Fortalecer a rede de apoio dos cuidadores informais.
- Garantir maior justiça na distribuição dos apoios sociais com reforço da transparência e clareza da informação:
 - Criar a Conta-Corrente do Contribuinte-Beneficiário, enquanto instrumento que permitirá aos cidadãos ter informação fidedigna sobre o historial das suas contribuições para esquemas públicos de Segurança Social;
 - Reforçar, de forma clara e determinada, o cruzamento de dados e o aperfeiçoamento de instrumentos já existentes, nomeadamente, ao nível da articulação entre a Autoridade Tributária e a Segurança Social;
 - Implementar maior fluidez no sistema da Segurança Social para que ninguém fique desprotegido por ineficiência operacional do mesmo.
- Valorizar a concertação social e o diálogo social:
 - Dar um novo impulso à concertação social, procurando a convergência entre empresários e trabalhadores em torno do objetivo de aumentar a produtividade.
- Reestruturar o sistema de formação profissional e reformar o serviço público de emprego:
 - Reformar o modelo atual de formação profissional de natureza pública;
 - Qualificar a formação profissional de nível superior, ajustar as ofertas orientadas para as competências que serão mais valorizadas no âmbito da (r)evolução tecnológica em curso, e:
 - Alargar a diversidade, nomeadamente ao nível dos CTeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais).
 - Recuperar o programa JTI – Jovens Técnicos para a Indústria;
 - Criar um programa JDI – Jovens Doutorados para a Indústria;
 - Desenvolver, com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais, programas de formação, qualificação e certificação de quadros técnicos intermédios, preenchendo, adequadamente, a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas;

- Apostar na qualificação dos portugueses em competências tecnológicas e digitais e preparando a força de trabalho para a revolução da inteligência artificial.
- Flexibilizar a transição entre emprego, requalificação e reforma;
- Dignificar o setor social e inovar as respostas sociais:
 - Consagrar o direito a uma carreira profissional aos trabalhadores das IPSS e das Misericórdias.
- Duplicar a consignação de IRS das famílias a favor de instituições sociais de 0,5% para 1%, de forma a aumentar a liberdade de escolha dos portugueses e a reforçar o financiamento do sector social:
 - Compromisso plurianual entre o Governo e o setor social e solidário com verbas fixadas de modo transparente, previsível, dando segurança à tesouraria das Instituições;
 - Desenvolver programa de formação de gestores voluntários das instituições do 3.º Sector;
 - Capacitar as instituições do setor social para respostas inovadoras que privilegiem a autonomia, o apoio domiciliário e o papel dos cuidadores informais, em detrimento da institucionalização dos utentes;
 - Dinamizar os Conselhos Locais de Ação Social e a criação de Planos Estratégicos Locais de Ação Social, que garantam a previsibilidade do investimento e do financiamento dos serviços ao nível local.

MIGRAÇÕES

1. Porque é preciso mudar

Portugal enfrenta desafios significativos em relação à imigração. Perante uma legislação ineficaz e uma falta de articulação entre o setor público, privado e social, proliferam redes de tráfico humano capazes de atrocidades sociais nunca vistas no nosso País. Isso tem igualmente problemas sociais complexos como o desafio na habitação e a persistência de fenómenos xenófobos. Apenas com políticas holísticas e colaborativas, envolvendo o Estado, o setor empresarial e a Economia Social, se conseguirá promover uma imigração regulada, com humanismo, digna e construtiva para o desenvolvimento sustentável de Portugal.

Uma das maiores preocupações dos portugueses é a emigração dos jovens qualificados. A geração com mais qualificações de sempre, na qual o país investiu muitos recursos, está a sair do país por falta de oportunidades. A experiência internacional demonstra que é possível desenvolver políticas de apoio ao regresso de cidadãos nacionais. Estudos internacionais mostram que o apoio ao regresso de emigrantes não se faz apenas, nem sobretudo, com recursos financeiros. O desafio é muito superior. Os incentivos fiscais são importantes, assim como o prémio salarial. Dificilmente um jovem regressa ao país se encontrar salários muito mais baixos e uma carga fiscal muito elevada. É, assim, indispensável desenvolver uma política fiscal e salarial competitiva.

Estas políticas devem ser desenvolvidas pela Agência para as Migrações, em articulação com a gestão dos restantes fluxos migratórios. A agência terá de se adaptar, de modo a garantir que possui os meios e as competências necessárias para desempenhar estas funções de atração e retenção de talento nacional.

A decisão de extinguir o SEF foi desastrosa e dividir por cinco entidades agrava o problema, que muitas vezes ocorre em Portugal, de serviços que não comunicam, nem partilham informação nem cooperam. Avaliar com prioridade os efeitos da extinção do SEF e as suas potenciais consequências em matéria de eficiência na gestão das fronteiras, coordenação de serviços e forças, combate as redes de tráfico de pessoas e imigração ilegal e diligência e humanismo na integração dos migrantes legais de que necessitamos.

2. Metas

- Garantir uma política de imigração regulada e que assegure que os imigrantes em Portugal tenham seus direitos fundamentais respeitados e promovidos;
- Fixação do talento nacional e atração de imigrantes profissionais qualificados;
- Garantir um controlo efetivo das fronteiras portuguesas e da fronteira externa da União Europeia.

3. Medidas

- Combater a imigração ilegal e o tráfico humano, prevenindo e protegendo as vítimas destas práticas, apoiando devidamente as forças e serviços de segurança envolvidos neste combate;
- Lutar contra a xenofobia e a exclusão social, implementando estratégias de combate a qualquer discriminação e promovendo a inclusão social dos imigrantes;

- Gerir de forma eficiente a imigração legal, apoiando e gerindo de forma eficaz a imigração legal, incluindo medidas de proteção internacional e medidas de integração;
- Apoiar o regresso digno e a reintegração dos emigrantes portugueses;
- Criar um programa de atração, acolhimento e integração, promovendo, sempre que possível, a imigração regulada dos núcleos familiares;
- Atrair imigração qualificada, incentivando a imigração de indivíduos qualificados para responder às necessidades demográficas e de mão de obra em Portugal;
- Adotar o princípio de “que somos um País de portas abertas à imigração, mas não de portas escancaradas”, materializado em objetivos quantitativos para a imigração, ponderando a dimensão da segurança, priorizando em termos de qualificações e evitando a exploração por redes ilegais e criminosas;
- Desenvolver uma política específica de atração de jovens estudantes para as Universidades e Institutos Politécnicos portugueses, acompanhada de um plano consistente para a sua retenção em Portugal;
- Fomentar a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica;
- Avaliar a reestruturação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, de forma a corrigir falhas legais, operacionais e de conflito de competências;
- Valorizar a Economia Social dedicada à proteção e integração dos imigrantes;
- Aprofundar a proximidade e articulação entre as necessidades do mercado de trabalho, empresas, instituições de ensino superior e as redes de jovens qualificados emigrados;
- Apoiar, do ponto de vista prático e burocrático, o regresso de emigrantes.

NATALIDADE, LONGEVIDADE E BEM-ESTAR

1. Porque é preciso mudar

O Governo socialista não foi capaz de proporcionar ao país uma agenda intergeracional, um novo contrato social, capaz de unir gerações e de incentivar o contributo de todas elas como ativo para uma sociedade próspera e coesa. Hoje em Portugal, infelizmente, o envelhecimento é percecionado como um problema ao invés de uma conquista civiliza-

cional e de uma oportunidade social, cultural e económica, promotora da sustentabilidade nacional e da valorização do capital humano.

Portugal enfrenta um desafio demográfico significativo, com previsões de inversão populacional nas próximas décadas.

A necessidade massificada de cuidados gerontológicos conduziu à proliferação de instituições residenciais com serviços assistencialistas, com sinais de esgotamento. O afastamento de profissionais do setor social é gritante, muito motivado pela falta de atratividade dos salários e carreiras, aliado à carga de trabalho elevada. As lacunas persistem e obstam à efetiva aplicação do Estatuto do Cuidador Informal, ao descanso do cuidador e ao seu reconhecimento.

É notória a ausência de visão política que fomente a natalidade e responda, de forma articulada, às diferentes necessidades ao longo do ciclo de vida das crianças e progenitores. O abono de família é um exemplo da instabilidade das políticas em torno da natalidade.

A ausência de uma visão holística e multissetorial nas respostas para a juventude capaz de garantir aos jovens condições para realizarem os seus sonhos é uma realidade que nos deve interpelar a todos e mobilizar a sociedade.

O País precisa de promover a cooperação e uma abordagem multissetorial para cumprir o desígnio nacional de aumentar a natalidade, adaptar-se ao envelhecimento demográfico em marcha e preparar novas respostas, ao longo do ciclo de vida, que acompanhem o aumento da longevidade e a mudança de perfil das pessoas idosas no futuro.

Portugal é um dos países da União Europeia com a menor taxa de natalidade e o maior índice de envelhecimento. Essa situação representa um risco económico, ambiental e para a sustentabilidade do sistema social, que depende de uma população ativa e dinâmica. Por isso, é fundamental promover a natalidade e incentivar as famílias a terem mais filhos, garantindo-lhes condições de vida dignas e oportunidades de desenvolvimento.

Promover a natalidade é uma questão estratégica para o futuro de Portugal, pois implica garantir a renovação das gerações e a vitalidade da sociedade.

Em paralelo, importa não esquecer que idosos em situação de vulnerabilidade e indivíduos com doenças degenerativas enfrentam um risco elevado de pobreza, exclusão social e discriminação, resultando em isolamento e em limitada participação na comunidade. Isso impacta negativamente a saúde mental.

Importa garantir que também as empresas e organizações desenvolvem internamente uma cultura de verdadeira intergeracionalidade entre os seus colaboradores, retendo os mais seniores, promovendo a transmissão de know-how, e enriquecendo com experiência as equipas e a cultura empresarial.

A essência das políticas públicas deve assentar num desígnio nacional, verdadeiramente coletivo ou comunitário: melhorar o bem-estar e a qualidade de vida de todos os portugueses.

2. Metas

- **Felicidade e sociedade do bem-estar:** Colocar Portugal no top 10 do *ranking* de felicidade medido pelo *World Happiness Report*, do *Active Ageing Index* e *AgeWatch Index*;
- **Natalidade:** Aproximar, no médio prazo, o valor do Índice Sintético de Fecundidade de 2,1 filhos por mulher, com políticas constantes e consensualizadas que favoreçam a natalidade;
- **Juventude:** Reduzir a idade média em que os jovens deixam a casa dos pais;
- **Longevidade:** Aumentar a expectativa de vida saudável aos 65 anos de idade, dos atuais 8 anos para 12 anos;
- **Longevidade:** Apresentar uma proposta de Estatuto do Idoso, até 2026.

3. Medidas

- Colocar a Demografia e a Longevidade como prioridade na agenda política;
- Construir um Compromisso Social e Político para a Demografia e a Longevidade, que permita mobilizar um trabalho conjunto entre os serviços sociais e de saúde, os setores público, social e solidário e privado, sem cegueiras ideológicas, desde o governo central ao poder local.

NATALIDADE

- Definir uma Estratégia Nacional para a Natalidade e Longevidade;
- Garantir o acesso universal e gratuito às creches e ao pré-escolar, mobilizando os setores público, social e privado;
- Equacionar a criação de benefícios fiscais, no âmbito da revisão do respetivo regime, para empresas que criem programas de apoio à parentalidade, como creches no

local de trabalho para filhos de colaboradores, que contratem grávidas, mães/pais com filhos até aos 3 anos, horários flexíveis e outros benefícios que facilitem a vida familiar dos funcionários, contribuindo para mudar a cultura de “penalização” de progenitores pelos empregadores;

- Concretizar gradualmente o objetivo dos sistemas fiscal e de segurança social ponderarem o número de filhos por família, incluindo vantagens fiscais para as famílias numerosas;
- Promover a flexibilidade no local de trabalho (horários, teletrabalho, licenças parentais), permitindo que os pais ajustem os horários para melhor conciliar as responsabilidades familiares e profissionais;
- Melhorar o acesso a tratamentos de infertilidade e reprodução medicamente assistida;
- Garantir o acesso gratuito a cursos de preparação para o parto e parentalidade nas USF;
- Participar em 100% suplementos prescritos na gravidez (ácido fólico e iodeto de potássio), contribuindo para o bom desenvolvimento das gerações futuras;
- Ponderar a redução do IVA para a taxa mínima na alimentação para bebés, apoiando as famílias no acesso a alimentação adequada do ponto de vista nutricional às necessidades dos bebés;
- Facilitar e agilizar os processos de adoção, reduzindo a burocracia e oferecendo apoio para as famílias que optam por adotar.

LONGEVIDADE E INTERGERACIONALIDADE

- Adotar um Estatuto para o Idoso, conseguindo prever um conjunto sistematizado de direitos e promover ações proativas visando um envelhecimento ativo, respeitado e valorizado por toda a sociedade;
- Garantir novos modelos e respostas sociais, que apoiem a permanência de idosos nas suas casas, nas comunidades, pelo maior tempo possível, ou em residências autónomas e independentes, com níveis de assistência em função das necessidades, retardando ou evitando a institucionalização;
- Impulsionar serviços de apoio ao domicílio de qualidade, diversificados e personalizados e interdisciplinares, com prestação de cuidados médicos e de enfermagem, psicologia, fisioterapia, estimulação cognitiva, sensorial e motora, bem como o apoio à atividade quotidiana, como o acompanhamento ao supermercado, farmácia e transporte;

- Alargar a cobertura territorial de serviços de teleassistência, dirigido a pessoas idosas, para serviços de emergência e apoio em serviços domésticos e pequenas reparações, com linha de combate à solidão, reforçando a perceção de segurança e conforto no domicílio;
- Alargar o número de vagas comparticipadas nas respostas sociais dirigidas a idosos e estender ao setor privado essa comparticipação quando a rede pública/social não dá resposta;
- Apoiar e cofinanciar iniciativas como as Universidades Séniores, enquanto respostas sociais;
- Criar modelos que visem a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário, de acordo com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida;
- Apoiar o setor social e solidário para fazer face aos desafios trazidos pela descentralização das competências sociais do Estado para as autarquias;
- Possibilitar novos acordos que permitam a prescrição de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica por instituições deste setor, habilitadas para o efeito;
- Valorizar e apoiar o Cuidador Informal, ao ampliar e incentivar o acesso ao Estatuto do Cuidador Informal, reduzir a burocracia no processo, reforçar as condições de apoio, descanso e acompanhamento aos cuidadores;
- Promover as Cidades Amigas do Envelhecimento:
 - Ligar as estruturas de saúde aos idosos que estão a ser acompanhados em respostas sociais;
 - Garantir que a resposta de saúde e social são integradas com as novas possibilidades que a tecnologia, os dados e a inovação em saúde hoje têm para nos oferecer;
 - Promover uma cidade amiga do envelhecimento em que os edifícios e espaços exteriores, os transportes e a mobilidade, a habitação e a participação social são desenhadas e pensadas numa lógica de promoção da intergeracionalidade.
- Desenvolver e divulgar o Plano Nacional de Formação para Cuidadores Informais;
- Estimular e reconhecer o Voluntariado Sénior, como forma de participação e inclusão social;
- Priorizar o combate à solidão e isolamento social, no Programa Nacional para a Saúde Mental;

- Criar o Programa de Saúde Prioritário para as Demências e efetivar a Estratégia da Saúde na Área das Demências, aprovada em 2018;
- Alargar rastreios aos cancros do pulmão, próstata e gástrico e melhorar o acesso aos rastreios do colo do útero, mama e colorretal.

INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇAS DEGENERATIVAS

- Adotar um programa estratégico de inclusão para pessoas com doenças degenerativas, incluindo apoio psicológico e de saúde mental;
- Utilizar tecnologias digitais na assistência, acompanhamento e cuidado dos doentes;
- Apoiar a criação de redes de transportes específicos e dedicado;
- Incentivar o emprego, voluntariado e valorização do cuidador informal.

DESEMPREGO APÓS OS 50 ANOS

- Desenhar programas de *upskilling* e *reskilling* (*hard* e *soft skills*) específicos consoante as necessidades de mercado identificadas, incluindo a possibilidade de mudança de carreira.

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E IGUALDADE DE GÉNERO

1. Porque é preciso mudar

A temática da Diversidade, Inclusão e Igualdade de Género deve ser integrada no conceito de Direitos Humanos universalmente protegidos.

Noutra vertente, e apesar da tendência positiva alicerçada nas últimas décadas, continuamos a viver numa sociedade com uma inaceitável desigualdade de género, em prejuízo das mulheres. Inexplicavelmente, a sociedade não encontrou ainda as respostas necessárias para valorizar e proteger as mulheres que, em tantas circunstâncias, assumem funções adicionais na nossa sociedade, conjugando responsabilidades familiares, profissionais e sociais. Acresce, que, ao assumirem o papel de cuidadoras, são muitas vezes prejudicadas nas suas expectativas ou carreiras profissionais, dedicando-se à educação dos filhos bem como, muitas vezes, cuidando da família direta mais idosa, como os pais.

Ainda que alguns progressos tenham sido já atingidos, Portugal ocupa a 15.^a posição no índice europeu da igualdade de género, persistindo as desigualdades entre homens e mulheres, incluindo no mercado de trabalho e na área da saúde.

A disparidade salarial também muda consoante a idade e por indústria, tendo as mulheres genericamente empregos com baixos salários e sendo a sua presença reduzida em setores e funções com melhores salários.

Um outro problema que devemos priorizar, enquanto sociedade, são os fenómenos de violência doméstica. Trata-se de um flagelo social com impacto transversal em toda a sociedade. uma atrocidade contra o direito à vida e à integridade física e mental, que apela a princípios como a proibição de tratamentos desumanos ou degradantes, o respeito pela vida privada e familiar, os direitos das crianças e dos idosos, a não discriminação, a igualdade entre homens e mulheres, a proteção da saúde, entre outros.

No que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, a realidade é clara: apesar das estratégias e legislação existentes, dos elevados fluxos de capitais e do dinamismo do setor da economia social, ainda não foram alcançados avanços significativos na vida das pessoas com deficiência e das suas famílias, não se tendo ainda alcançado uma educação verdadeiramente inclusiva, a inclusão social, comunitária e laboral, e o direito à autodeterminação e representatividade institucional.

Defendemos uma sociedade inclusiva baseada nos princípios da não segregação e não exclusão das pessoas com deficiência, trabalhando no sentido de eliminar os preconceitos sociais enfrentados, seja na sociedade em geral, seja no seu contexto familiar, criando as condições para uma vida com oportunidades de desenvolvimento das capacidades e do potencial das pessoas com deficiência.

2. Metas

- Redução da disparidade salarial entre homens e mulheres para trabalho igual;
- Redução da violência doméstica e de género;
- Apresentação de uma lei de bases para a deficiência e inclusão.

3. Medidas

IGUALDADE DE GÉNERO

- Ponderar a equiparação da licença de maternidade e de paternidade pós-parto;
- Reforçar a monitorização sobre a obrigatoriedade de equiparação de salários;
- Reforçar a legislação sobre quotas para liderança feminina e presença em comissões executivas.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

- Avaliar, de forma global, todas as medidas em vigor, monitorização da implementação e atualização das mesmas e consolidação de toda a legislação aplicável a esta temática de forma a permitir o acesso, de forma compreensível e simplificada, para melhor execução das mesmas, com métricas pré-estabelecidas por área;
- Transpor efetivamente a Proposta de Diretiva, na sua versão final adotada pelas Instituições Europeias, e antecipação da revisão da legislação existente com vista à maior equidade no tratamento das vítimas das diversas formas de violência identificadas;
- Criminalizar determinadas formas de violência: tipificação especial e específica do crime de assédio sexual e do crime de "ciberperseguição", de "ciberassédio" e de incitamento à violência e ao ódio *online*;
- Adotar um plano integrado entre as diversas áreas e intervenientes, com fluxo de informação célere entre todas as autoridades policiais, judiciais e que prestam apoio na área, incluindo ações de informação conjunta dos vários intervenientes;
- Expandir a Rede Nacional de Apoio à Vítima por forma a abranger todo o território nacional;
- Instalar salas de apoio à vítima em todas as esquadras da Polícia de Segurança Pública e postos da Guarda Nacional Republicana, destinadas ao acolhimento de casos de maus-tratos a crianças e vítimas de violência doméstica;
- Assegurar a interoperabilidade das plataformas existentes, tendo em vista um sistema integrado que permita o registo e referênciação multilingue, que sirva não só as autoridades policiais e judiciais, mas também os serviços de Segurança Social, de saúde e de emprego, salvaguardando as especificidades de cada grupo, e que disponha de recursos de formação, informação e integração;
- Reforçar o acesso das vítimas à justiça e o direito a uma proteção adequada, como resposta direta às necessidades específicas das vítimas de violência contra crianças, entre Homens e Mulheres, contra idosos e de violência doméstica;
- Prestar um apoio adaptado às necessidades específicas das vítimas de violência de género ou de violência doméstica;
- Prevenir a violência de género e a violência doméstica, nomeadamente através da sensibilização e da formação de profissionais suscetíveis de entrar em contacto com as vítimas e com os infratores;

- Prevenir e combater a violência no namoro, em contexto escolar e com reforço da formação especializada;
- Combater a discriminação, a violência e os crimes de ódio contra todas as minorias, através de legislação específica e mecanismos de monitorização e intervenção;
- Alargar os programas de reabilitação para agressores de violência doméstica;
- Prevenir e combater a violência doméstica contra pessoas idosas.

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- Fomentar a educação inclusiva desde idade precoce, nomeadamente através do reforço dos meios e recursos afetos às ELI (Equipas Locais de Intervenção), certificar que todos os alunos tenham acesso ao currículo e a materiais adaptados e progridem nas aprendizagens, em contexto de turma. Assegurar que a formação de professores contempla a deficiência e a diferenciação pedagógica. Garantir a inclusão de todos os alunos na ETI, independentemente da sua situação pessoal e social:
 - Assegurar que escolas públicas têm professores de ensino especial em número suficiente para as incapacidades dos alunos que lhes foram alocados e que as escolas privadas devem ter qualquer apoio dependente da demonstração da existência de alunos com NEE devidamente apoiados por professores especializados.
- Criar um Plano individual de transição que permita a entrada no mercado de trabalho:
 - Introduzir um programa de treino de competências em contexto laboral no Plano Individual de Transição, que vise a aprendizagem de funções básicas laborais num local de trabalho (formação *on the job*) e monitorização do impacto das ações;
 - Criar um plano nacional de apoio a todos os jovens com deficiência na transição da escola para o mercado de trabalho, que passe pela sua profissionalização e pela garantia de apoios para o jovem e a sua família nessa fase.
- Promover o acesso a empregos sustentáveis e de qualidade:
 - Incrementar vantagens fiscais às empresas que contratem pessoas com deficiência acima da quota legal;
 - Criar contratos de emprego-formação para pessoas com deficiência;
 - Criar uma lei de bases para a deficiência e inclusão que sistematize a principal regulamentação existente.

COM SENTIDO DE ESTADO

TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Porque é preciso mudar

A corrupção é um dos maiores problemas que afeta a qualidade da democracia, a eficiência da gestão pública, a equidade da distribuição de recursos, e a confiança dos cidadãos nas instituições. A corrupção mina os valores da transparência, da responsabilidade, da participação e da integridade. Valores esses que são essenciais para uma sociedade livre, justa e solidária.

Portugal tem sido classificado como um dos países da União Europeia com maior perceção de corrupção, segundo o índice da Transparência Internacional. A posição internacional do País tem vindo a agravar-se nos últimos 8 anos. Conforme nota a Transparência Internacional de Portugal, no *Corruption Perception Index 2023* o País atingiu agora o seu pior resultado desde 2012 (a par 2020), "tendo inclusive perdido a liderança entre os países lusófonos (que agora pertence a Cabo Verde). Também o inquérito do Eurobarómetro Especial 2023, do Parlamento Europeu, tinha revelado que 93% dos portugueses consideravam a corrupção como prática generalizada no nosso país, um número que coloca Portugal como o terceiro país na União Europeia (UE) onde a perceção deste crime é maior". E "apesar da aprovação dos mecanismos e instrumentos previstos na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção em 2021, mantêm-se elevados os sentimentos de desconfiança dos portugueses e dos organismos internacionais sobre a eficácia das políticas de combate à corrupção em Portugal".

A falta de transparência e a corrupção têm custos elevados para a economia, para a coesão social, e para a credibilidade internacional do país.

Assim, propõe-se aqui um pacote de medidas que promovem integridade e transparência na governação, a responsabilidade política e o firme e decisivo combate à corrupção em todas as suas formas, com vista a fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Este pacote assenta em três pilares: a prevenção, a repressão, e a educação.

2. Metas

- Aumentar a eficácia e a celeridade da investigação e da punição dos crimes de corrupção, através da criminalização do enriquecimento ilícito, da reforma dos mecanismos institucionais e processuais de combate à corrupção, e da proteção dos denunciadores e das vítimas;
- Aumentar a integridade e a transparência da governação pública e reconstruir uma cultura de responsabilidade política, através da regulamentação do lobbying, da redução de conflitos de interesse, e da melhoria dos sistemas de declaração de rendimentos, património e interesses;
- Melhorar a posição de Portugal no Índice de Perceção da Corrupção.

3. Medidas

PREVENÇÃO

- **Regulamentar o lobbying**, definindo os conceitos, os princípios, os procedimentos, e as sanções aplicáveis à atividade de influência junto dos decisores públicos, e criando um registo obrigatório e público de lobistas e de entidades representadas. O regime incluirá:
 - A criação de um Registo de Transparência, que é uma base de dados que inclua todos os representantes (individuais ou coletivos) de interesses legítimos que pretendam contactar entidades e decisores públicos, incluindo órgãos de soberania, administração pública e reguladores. O Registo deve ser comum a todas as entidades públicas, obrigatório, de acesso público e gratuito e consultável por todas as entidades públicas;
 - Criação de um Código de Conduta do Registo de Transparência, para os Representantes de Interesses Legítimos e das Entidades Públicas que estabeleça: (a) regras gerais para as relações entre representantes de interesses legítimos e entidades públicas; (b) impedimentos e incompatibilidades;
 - A adoção da Agenda Pública que regista e divulga as interações formais ou informais entre os titulares, dirigentes ou representantes das instituições públicas e os representantes de interesses legítimos. Inclui também a obrigação de publicitar as reuniões de todos os titulares de cargos políticos e altos cargos públicos com grupos de interesse (com eventual hiato de tempo devido a eventuais questões de segurança ou reserva temporária indispensável ao interesse público), com indicação de reuniões, entidades envolvidas e com um arquivo da correspondente

documentação que delas tenha resultado, designadamente presenças, tópicos focados e decisões adotadas;

- Criação de períodos de “cooling-off” para que quem tenha desempenhado cargos políticos, públicos ou funções em entidades públicas não possa dedicar-se ao exercício da atividade de representante de interesses, nem voltar a interagir com a entidade pública na qual trabalhou, ou outra com essa relacionada.
- **Reforma institucional das entidades públicas especializadas na transparência e prevenção de corrupção**, designadamente o Mecanismo Nacional Anti-Corrupção (MENAC), a Entidade da Transparência e a Entidade das Contas e Financiamento Político, baseada na avaliação do seu desenho institucional e desempenho;
- **Implementar a “Pegada Legislativa” do Governo**, através da publicação no seu portal na internet, de modo acessível, das várias etapas de cada processo legislativo (decreto-lei) e regulamentar do executivo;
- Garantir a **rastreabilidade de todos os atos e procedimentos da administração pública e de todos os órgãos do Estado**, criando a obrigação de utilização de sistemas informáticos de gestão dos procedimentos administrativos, que registem todos os atos praticados pelos órgãos do Estado e das Autarquias, bem como todas as interações e comunicações realizadas com os utentes e com outras entidades públicas;
- **Instituir o Scoring de Ética e Integridade (SEI)** para as entidades públicas, que meça o nível de cumprimento das obrigações previstas no Regime geral de Prevenção da Corrupção. O SEI será organizado pelo MENAC (ou a entidade na qual este se integre), divulgado no Portal da Transparência, e deve ser associado a incentivos e penalizações em função dos resultados dessa avaliação cujos critérios e medição devem ser transparentes e objetivos;
- **Reforçar as regras de transparência, controlo dos conflitos de interesses, incompatibilidades e de impedimentos dos titulares de cargos políticos** e de altos cargos públicos, incluindo:
 - Alargando o período de nojo para o exercício de funções em entidades privadas relacionadas com a sua área de atuação. Delimitação e redefinição das regras existentes quanto ao exercício de funções posteriores ao exercício do cargo político;
 - Restringir a acumulação de funções públicas e privadas que possam gerar conflitos de interesse;
 - Reforçar fiscalização do Código de Conduta de Deputados e do Governo, assegurando a adesão ativa dos titulares de cargos públicos;

- Implementar um modelo de registo centralizado de ofertas e hospitalidades na Assembleia da República e Governo;
- Alargar regras de impedimentos e incompatibilidades a todos os membros dos gabinetes ministeriais;
- Aplicar as regras de prevenção de conflitos de interesses em negócios envolvendo o setor público com o setor privado, nomeadamente as PPPs e os grandes contratos de obras públicas e de contratação pública;
- Criar incompatibilidade para cargo público por exercício de prévias funções como magistrados judiciais e do Ministério Público nos três anos anteriores;
- **Cessação de funções automática** e imperativa dos **dirigentes públicos em regime de substituic o durante mais de 9 meses**. O decurso desse prazo gera o efeito legal de perda de poderes de decisão, a ilegalidade das atuações subsequentes e responsabilização financeira dos agentes em causa. Reforço dos meios e competência da CRESAP neste contexto;
- Valorizar em sede concursal pública, como critério de ponderação, que as entidades privadas concorrentes disponham de **certificação dos seus mecanismos de prevenção de corrupção** (como a norma ISO 37001 de mecanismos anti-suborno);
- Garantir cumprimento efetivo de normas de publicação no portal BASE, a disponibilização de ferramentas digitais e práticas de dados abertos sobre os procedimentos de contratação e decisões de despesa pública, e criar mecanismos para permitir **tratamento de dados em massa da informação do portal BASE** (com aplicação de sanções pelo incumprimento), de modo a viabilizar a sua análise com tecnologias como big data e inteligência artificial;
- Criação da figura do **provedor do utente em serviç os públicos com atendimento ao cidadão**, com competências para receber denúncias e queixas dos utentes, bem como para auditar os serviç os e de emitir recomendações vinculativas, que sejam objeto de resposta obrigatória pelos serviç os. Tornar, ainda, obrigatória, em cada serviç o, a existência de um portal da queixa dos utentes;
- **Alargar normas anti-corrupção aos partidos políticos**, passando a ser obrigatória a implementação de planos de prevenção de riscos, códigos de conduta, designação de um responsável de cumprimento normativo e canais de denúncia internos, bem como existência de formação interna nestas matérias;
- Apostar no **recurso às tecnologias digitais para aumentar a transparência** e reduzir a burocracia nos processos de decisão pública, bem como adotar programas de inteligência artificial para identificar padrões decisórios suspeitos;

- Reforçar a **consulta pública** em processos legislativo e regulamentar do Governo, alargando as audições orais ou escritas, incluindo organizações da sociedade civil e especialistas nacionais e internacionais;
- **Publicação de todas as decisões judiciais**, de todos os tribunais, incluindo os de primeira instância, online, cumprindo as recomendações do GRECO.

REPRESSÃO E PENALIZAÇÃO

Reformar os mecanismos institucionais e processuais e as regras substanciais relacionados com o combate à corrupção, reforçando a autonomia, a especialização, e a coordenação das entidades competentes, e introduzindo soluções inovadoras experimentadas em outros ordenamentos e medidas de simplificação, de aceleração e de efetivação dos processos judiciais, como sejam:

- **Criminalizar o enriquecimento ilícito**, em respeito pelos preceitos constitucionais, e estabelecendo penas adequadas e proporcionais;
- Pode ser ponderada, como alternativa ao enriquecimento ilícito, a criação legal de mecanismos como a **"Ação Cível para Extinção de Domínio"** ou "unexplained wealth orders", que consagra um mecanismo legal que visa permitir ao Estado português recuperar bens adquiridos por particulares através de atividades ilícitas, independentemente de uma condenação penal do proprietário dos bens. Esta ação cível distingue-se pela sua natureza não penal, focando-se exclusivamente na desapropriação de ativos ilícitos e sua subsequente reversão em favor do Estado, para fins de reparação social e reinvestimento em áreas prejudicadas pela criminalidade. Esta ideia é aplicada em países sul americanos e tem acolhimento na nova Diretiva Europeia sobre apreensão e confisco, já aprovada pelo Conselho e a caminho do Parlamento Europeu;
- **Reforço dos recursos humanos, materiais**, organizativos e tecnológicos disponíveis para o **combate, investigação e acção penal** relativamente à corrupção e outros crimes no exercício de cargos públicos;
- Agravar as **sanções previstas no Regime Geral de Prevenção da Corrupção** equiparando-as à legislação de prevenção do branqueamento;
- **Agravamento da pena acessória de proibição do exercício de função pública**, seja elevando o limite máximo, seja com ampliação subjetiva;

- **Alargar e robustecer as medidas de direito premial do Código Penal**, designadamente expandindo os âmbitos subjetivo, temporal e objetivo da dispensa de pena, com vista a favorecer a descoberta da verdade e a carreação de prova em processos-crime. A dispensa deve ser possível no crime de corrupção, própria ou imprópria, e ser ponderada em outros de gravidade sancionatória como a associação criminosa, tráfico de droga e relacionados com terrorismo. Deve-se também robustecer a aplicação dos mecanismos premiais da suspensão provisória do processo e atenuação especial da pena para quem em fases subsequentes do procedimento tiver contribuído decisivamente para a descoberta da verdade;
- Fixar no Código do Processo Penal o **limite máximo de 72 horas para decisão jurisdicional após detenção**, permitindo a intervenção de mais do que um juiz no processo para tal efeito.

EDUCAÇÃO

- Incluir conteúdos curriculares sobre a prevenção e o combate à corrupção, nos diferentes níveis de ensino;
- Divulgar as boas práticas e os casos de sucesso na prevenção e no combate à corrupção, reconhecendo e valorizando os exemplos de transparência e de integridade, e incentivando a replicação e a disseminação dessas melhores práticas.

SISTEMA POLÍTICO E ELEITORAL

1. Porque é preciso mudar

No ano em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril, o nosso País tem o dever de revitalizar a sua Democracia, promovendo ativamente os princípios e valores consagrados na nossa Constituição, e que, por força do progresso e das dinâmicas sociais, carecem de permanente mobilização.

Na próxima Legislatura, a sociedade deve refletir sobre a revisão da nossa lei maior, a Constituição da República Portuguesa, preparando as bases do texto fundamental para os desafios do século XXI, colocando a pessoa e a dignidade humana no centro das políticas públicas, valorizando as autonomias e promovendo a coesão territorial e geracional e eliminando conteúdo ideológico ultrapassado pelo tempo.

Nos últimos anos, por força de um conjunto de casos e acontecimentos, temos assistido a uma degradação do nível reputacional das instituições e, em particular, de alguns

protagonistas políticos. Urge alterar esta circunstância que desgasta os pilares fundacionais da imprescindível relação de confiança com os cidadãos e que contribui para o florescimento de forças populistas que verdadeiramente não acreditam na essência das democracias liberais que está na nossa base constitucional. É necessário reforçar a transparência, com a aprovação de uma lei do lobby, a revisão das regras sobre os titulares de cargos públicos e os respectivos impedimentos, rever a lei de financiamento dos partidos políticos e colocar em funcionamento em pleno da Entidade para a Transparência.

O Parlamento deve ver reforçadas as suas competências, desde logo no acompanhamento da participação na União Europeia, bem como o aprofundamento das reservas de competência legislativa parlamentar. E, no que respeita às suas regras de funcionamento, prever que o Regimento da Assembleia da República só possa ser alterado com uma maioria de dois terços, garantindo-se maior estabilidade das regras de escrutínio do executivo, que não devem caminhar ao sabor da maioria do momento.

No domínio das autarquias locais verifica-se a necessidade de revistar o modelo de governação, em especial dos Municípios, reavaliando o equilíbrio de competências da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, o modelo de constituição do governo municipal e da fiscalização da Assembleia Municipal, garantindo o respeito pela participação democrática e dos cidadãos na gestão dos assuntos de interesse local.

Ainda, também neste domínio do poder local, constata-se a existência de legislação dispersa, o que dificulta a sua compreensão e aplicação. Deste modo, revela-se útil a codificação numa única lei da legislação respeitante ao poder local, que torne compreensível ao cidadão as regras em vigor, assim como aos seus aplicadores.

De modo a aumentar a participação dos cidadãos e aprofundar a sua ligação ao sistema democrático, consideramos relevante abrir um debate sobre a redução da idade legal para o exercício do direito de voto para os 16 anos de idade e a previsão de que a definição dos círculos eleitorais para a Assembleia da República deve, em conjugação com a proporcionalidade populacional, atender também à dimensão territorial. Aliás, este último aspeto é de extrema importância, atento o facto de os territórios do interior terem vindo a perder representação no Parlamento.

Só a uniformização dos métodos de votação nos círculos das comunidades portuguesas, garantindo-se a prevalência dos princípios de direito eleitoral, como a transparência, a fiabilidade, o voto secreto e pessoal poderá ajudar a combater a abstenção desses eleitores. E o voto por correspondência já provou ser um fator relevante no aumento da participação eleitoral. Ao que acresce a necessidade de testar o voto eletrónico não pre-

sencial nesses círculos, ainda que numa primeira fase sem carácter vinculativo, de modo a avaliar a exequibilidade e segurança desse método de votação. Não existem portugueses de primeira ou de segunda e, atendendo às suas circunstâncias, devem ser introduzidos os mecanismos que estimulem a participação eleitoral.

Uma vez que cada vez mais os eleitores têm necessidade de se movimentar dentro ou fora do território pelas mais variadas razões, pessoais ou profissionais, sempre que seja exequível, para combater a abstenção, deve promover-se o voto em mobilidade, em especial nas eleições onde tal seja exequível, como sucede nas eleições Presidenciais ou Europeias, onde apenas existe um boletim de voto.

2. Metas

- Garantir melhores condições para uma maior participação cívica e eleitoral;
- Reforçar a proximidade entre os cidadãos e os titulares de cargos políticos.

3. Medidas

- Rever a Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, reforçando o princípio da responsabilização individual dos políticos em detrimento da responsabilidade pelo risco;
- Reforçar as competências da Assembleia da República e propor que qualquer alteração ao seu Regimento careça da aprovação por uma maioria de dois terços;
- Rever o modelo de governação dos Municípios no respeito pela participação democrática e dos cidadãos na gestão dos assuntos de interesse local;
- Criação de um Código do Poder Local, agregando legislação dispersa;
- Promover o debate público sobre a proposta de redução da idade legal para o exercício do direito de voto para os 16 anos;
- Promover o debate público sobre a possibilidade de os círculos eleitorais para a Assembleia da República atenderem, também, à dimensão territorial em conjugação com a proporcionalidade populacional;
- Introduzir o voto por correspondência nas eleições Presidenciais e Europeias para os eleitores das comunidades portuguesas, à semelhança do que sucede nas eleições legislativas;

- Testar o voto eletrónico não presencial para os eleitores das comunidades portuguesas, avaliando a exequibilidade e segurança da sua introdução como método de votação;
- Promover o voto em mobilidade em eleições em que tal seja exequível;
- Criação de um Código Eleitoral, com respeito pelas autonomias das Regiões Autónomas;
- Reforçar as autonomias regionais, logo que possível, em sede de revisão constitucional.

COMUNICAÇÃO SOCIAL E COMBATE À DESINFORMAÇÃO

1. Porque é preciso mudar

O setor dos *média* vive uma das suas mais graves crises de sempre, em resultado de mudanças profundas na organização do espaço público e informativo que, para além de afetarem a sustentabilidade das empresas de comunicação social e a estabilidade dos respetivos trabalhadores, colocam em risco o pluralismo e liberdade de informar e a liberdade de expressão que são pilares fundamentais estruturantes da democracia.

O Estado não pode alhear-se dos problemas de uma área tão sensível e crítica para a saúde da nossa democracia e sociedade, como aconteceu durante os governos do Partido Socialista.

A extensão e escala dos desafios exigem uma articulação e complementaridade entre políticas nacionais e europeias. Do ponto de vista do quadro legislativo europeu, o PSD assumirá um papel ativo na conceção, adoção e transposição e de políticas para promover a sustentabilidade, independência e uma equilibrada regulação dos diferentes intervenientes no ecossistema mediático e da sua articulação com o ecossistema digital, incluindo uma adequada distribuição de valor em toda a cadeia desse ecossistema. Impõe-se nomeadamente a procura de soluções criativas para os problemas do setor e que, ao mesmo tempo, reforcem o seu papel, informativo, social, cultural e económico tanto em Portugal, como no espaço lusófono e no mundo. Em simultâneo, a desinformação e as *fake news* são um dos maiores desafios do nosso tempo. Elas afetam a credibilidade das instituições, a confiança dos cidadãos, a participação cívica, a coesão social e a segurança nacional. São uma ameaça à democracia e aos valores que a sustentam.

Não podemos ficar indiferente a este problema. Pelo contrário, devemos assumir um papel ativo e propositivo na defesa da verdade, da transparência, da pluralidade e da responsabilidade no espaço público. Todos temos de combater a desinformação e as *fake news*, proteger os direitos e deveres dos cidadãos e dos meios de comunicação, e promover a educação e a literacia mediática.

2. Metas

- Garantir a pluralidade, independência e sustentabilidade de uma comunicação social livre, em benefício de uma cidadania informada e plena;
- Aumentar o nível de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, nos meios de comunicação e nos agentes políticos, reduzindo a abstenção e o descrédito.

3. Medidas

- Criar um Plano de Ação para os média, envolvendo o setor dos media tradicionais e digitais, a academia, a sociedade civil, de forma a dar resposta aos graves problemas estruturais e conjunturais decorrentes das profundas mudanças tecnológicas, da configuração da nova oferta de conteúdos, da crise nas cadeias de produção e da violação de direitos de consumidores e empresas;
- Avaliar a possibilidade de criar uma dedução no IRS de despesas com órgãos de comunicação social e introduzir modelos de incentivo ao consumo de conteúdos de órgãos de comunicação social;
- Estudar a adoção de novos modelos jurídicos e fiscais empresariais e de investimento de impacto na área dos media, à semelhança do que já ocorre noutros Estados europeus;
- Rever a Lei de Imprensa, ouvindo as empresas do setor, de forma a corrigir rapidamente o seu anacronismo (face às profundas transformações da sociedade e do impacto das plataformas digitais);
- Avaliar o regime fiscal aplicável às plataformas digitais e incentivar essa discussão a nível Europeu, com as receitas a serem alocadas ao incentivo à procura de conteúdos dos media;
- Clarificar a situação da agência Lusa e resolver o impasse na sua estrutura acionista de forma equilibrada envolvendo todos os agentes do setor;
- Salvaguardar o papel e a missão do serviço público de rádio, televisão e multimédia, garantindo a sua independência e transparência;

- Valorizar os meios de comunicação regional e local;
- Reforçar o papel, independência e eficácia da regulação e supervisão e reforçar o papel da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) na fiscalização e na sanção de práticas de desinformação e de manipulação da informação, garantindo a sua independência, a sua eficácia e a sua articulação com outras entidades nacionais e internacionais;
- Estimular a criação e o reconhecimento de plataformas de verificação de factos (*fact-checking*), que possam contribuir para a validação, a contextualização e a correção da informação que circula nas redes sociais e nos meios digitais;
- Criar um código de conduta para os agentes políticos, os partidos e as campanhas eleitorais, que estabeleça princípios e regras éticas para a comunicação política, e que preveja mecanismos de monitorização e de denúncia de casos de desinformação e de *fake news*, designadamente, através da utilização da inteligência artificial generativa;
- Desenvolver uma estratégia nacional de educação e de literacia mediática, que envolva o sistema educativo, as universidades, as bibliotecas, as associações e as organizações da sociedade civil, e que promova o desenvolvimento de competências críticas, analíticas e criativas dos cidadãos, em relação aos meios de comunicação e à informação.

DEFESA DO CONSUMIDOR

1. Porque é preciso mudar

As políticas de defesa do consumidor devem proteger os interesses e os direitos dos cidadãos que adquirem bens e serviços no mercado. Uma defesa do consumidor eficaz contribui para a qualidade de vida, a segurança, a saúde e a educação dos consumidores, bem como para o desenvolvimento económico e social do país. E devem ser baseadas nos princípios da transparência, da informação, da participação, da prevenção e da reparação.

2. Metas

- Reforçar a educação e a literacia digital dos consumidores;
- Melhorar a fiscalização e a resolução alternativa de litígios de consumo.

3. Medidas

DEFESA DO CONSUMIDOR

- Simplificar os mecanismos de reclamação e de resolução de conflitos;
- Criar um sistema de mediação e arbitragem de consumo, que permita resolver de forma rápida, eficaz e gratuita os conflitos entre consumidores e fornecedores de bens e serviços;
- Reforçar a fiscalização e a aplicação de sanções aos infratores das normas de defesa do consumidor, especialmente nos setores mais sensíveis, como a energia, as telecomunicações, os transportes e a saúde;
- Promover a educação e a literacia financeira dos consumidores, para que possam tomar decisões informadas e responsáveis sobre os seus créditos, poupanças e investimentos.

JUSTIÇA

1. Porque é preciso mudar

A Justiça precisa de uma reforma sólida e não de alterações casuísticas. Precisa de uma reforma profunda, com um horizonte que vá para além de uma legislatura.

A reforma da Justiça deverá ser inspirada em dois eixos transversais fundamentais.

Primeiro, é preciso desgovernamentalizar as escolhas políticas de Justiça. As políticas públicas da Justiça têm sido excessivamente governamentalizadas. O que não é compatível com uma matéria cuja dignidade político-constitucional postula uma visão exigente do princípio da separação e interdependência dos poderes.

Segundo, impõe-se democratizar a Reforma da Justiça, gerando um consenso alargado, político e social, para que a mesma seja implementada com solidez e tenha resultados com eficácia.

Em paralelo, devemos reconhecer que a justiça económica é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável, a coesão social e a competitividade do país. Uma justiça económica que funcione de forma célere, eficaz e transparente é essencial para garantir a confiança dos cidadãos, dos investidores e dos agentes económicos, bem como para prevenir e combater a corrupção, a fraude e a evasão fiscal. Neste domínio, Portugal

ainda enfrenta vários desafios e problemas, como sejam a morosidade e a complexidade dos processos, a falta de recursos humanos e materiais, a insuficiência de meios alternativos de resolução de litígios, a desigualdade no acesso à justiça, a falta de transparência e de prestação de contas, e a insuficiente articulação entre os vários intervenientes do sistema.

No âmbito do combate à morosidade da justiça e do tratamento da litigância complexa, a solução terá de passar por várias medidas, algumas das quais requerem intervenção legislativa, outras decorrerão da introdução de uma nova visão do processo, que estimule a adoção de novas técnicas de gestão processual, para além de uma cultura de eficiência nos tribunais.

O montante elevado das custas judiciais representa muitas vezes um obstáculo no acesso dos cidadãos à justiça. As custas de um processo devem ser claras, transparentes, determináveis e previsíveis. Devem ser ajustadas ao serviço efetivamente prestado e pagas em função da situação, circunstâncias e da posição das partes.

Nenhuma Reforma da Justiça pode lograr sucesso sem o empenho e a motivação de todos os seus agentes. É urgente atrair talentos e valorizar a carreira dos magistrados. Assim como valorizar as carreiras dos funcionários da Justiça e dos Guardas Prisionais. É, igualmente, fundamental que os tribunais disponham de todas as condições físicas, administrativas e financeiras, que garantam o seu normal funcionamento.

2. Metas

- Atingir, de forma significativa, uma redução substancial da duração efetiva dos processos judiciais;
- Expandir o acesso à Justiça, especialmente para as populações mais vulneráveis;
- Fortalecer as medidas de combate à corrupção, com resultados efetivos;
- Implementar sistemas de tecnologia da informação mais eficientes para agilizar os processos judiciais e melhorar a transparência;
- Estabelecer programas de formação contínua para magistrados e demais agentes, nomeadamente, focados em questões emergentes como o direito digital e ambiental;
- Promover uma Justiça económica célere e amiga da competitividade e do desenvolvimento;
- Aumentar o recurso a meios alternativos de resolução de litígios.

3. Medidas

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REFORMA DA JUSTIÇA

- Propor a criação de uma Comissão Permanente para a Reforma da Justiça (CPRJ), a funcionar preferencialmente junto da Assembleia da República, com a seguinte missão:
 - Apresentar uma Proposta de Reforma Integral e Integrada para a Modernização do Sistema de Justiça;
 - Apresentar, num prazo máximo de três meses, uma Proposta de Medidas Urgentes para a Jurisdição Administrativa e Fiscal, elaborada a partir de contributos já existentes, com vista à respetiva implementação imediata;
 - Criar um mecanismo permanente de avaliação das pendências e celeridade processual, através da publicação de um relatório anual;
- Avaliar a exequibilidade de uma alteração constitucional, no sentido de:
 - Incluir a celeridade no artigo 20.º, da CRP, "como uma das respostas exigidas ao sistema de justiça", como "característica geral do sistema";
 - Clarificar o estatuto de todos os juízes, forma de designação, duração dos mandatos, garantias de inamovibilidade, entre outras matérias;
 - Garantir a independência financeira do sistema de justiça;
 - Consagrar as diversas dimensões da independência judicial:
 - Liberdade de julgamento e de decisão;
 - Liberdade contra injunções ou instruções externas;
 - Liberdade de ação, de responsabilidade.
 - Clarificar a posição constitucional do Ministério Público como uma magistratura autónoma, hierarquizada, independente do poder executivo.
- Promover o estudo e um amplo debate sobre as vantagens e desvantagens da unificação da jurisdição comum com a jurisdição administrativa e fiscal, no sentido da existência de uma ordem única de tribunais, um único Supremo Tribunal e um único Conselho Superior da Magistratura Judicial.

CELERIDADE PROCESSUAL

- Desenvolver alterações da legislação processual penal no sentido de combater a formação dos chamados megaprocessos, que entorpecem a ação dos tribunais e se arrastam anos a fio, frustrando a aplicação de uma justiça célere e eficaz;
- Proceder à revisão das normas processuais, nomeadamente em processo civil, em processo penal e em processos administrativo e tributário, de modo a reduzir as situações em que, injustificadamente, é possível a apresentação de expedientes processuais com a única finalidade de atrasar a marcha do processo;
- Rever o regime geral de contraordenações, harmonizando os regimes setoriais;
- Estimular a adoção de novas técnicas de gestão processual e que contribua para a edificação de uma cultura de eficiência nos tribunais, nomeadamente através de:
 - Cumprimento efetivo pelas secretarias dos tribunais e pelos magistrados dos prazos já previstos na lei para execução dos atos processuais;
 - Diminuição da extensão das peças processuais, incluindo decisões dos tribunais;
 - Melhoria dos procedimentos para citação e notificação de partes e intervenientes acidentais;
 - Agendamento das diligências judiciais com prévia (e não subsequente) articulação de agendas entre os intervenientes;
 - Aumento do número de salas de audiência disponíveis, por forma a evitar retardamento nos agendamentos;
- Reforçar a disponibilização de assessores para as magistraturas.

JUSTIÇA ECONÓMICA

- Criar uma unidade para recuperação dos atrasos nos processos, priorizando os mais antigos;
- Apoiar e fomentar a especialização dos juízes, e não apenas dos tribunais, especialmente nas áreas de contencioso económico em transformação acelerada;
- Reforçar e simplificar os procedimentos de resolução alternativa de conflitos no âmbito de causas de pequeno valor e de grandes litigantes, libertando os tribunais cíveis, e garantindo uma justiça mais rápida e eficiente;
- Facilitar a recuperação extrajudicial das empresas, com a instituição de um procedimento de mediação extrajudicial entre credores e devedores, que incentive a negociação fora dos Tribunais, de modo a aumentar a celeridade nos processos de re-

cuperação, que crie um clima de contexto favorável à recuperação de empresas em situação económica difícil, mas não insolvente, e que evite o anátema que constitui para a recuperação de uma empresa a intervenção judicial na homologação de uma recuperação empresarial;

- Reformar os regimes de insolvência, com alteração de paradigma nos regimes de insolvência e recuperação de empresas, adotando as melhores práticas europeias no que respeita ao *cram-down* de credores para facilitação de acordos de reestruturação e no que concerne à facilitação de conversão de dívida em capital; mais responsabilidade (poder de negociação) atribuída aos credores; facilitação de financiamento *floating charge* (credores assumem responsabilidades de gestão em determinadas circunstâncias);
- Agilizar os processos de heranças, em particular quando envolvam bens imóveis e participações sociais em empresas, facilitando o espoletar da sua alienação e/ou divisão (convertendo-se em liquidez essa parte dos ativos da herança), favorecendo em simultâneo a sua resolução fora dos tribunais e evitando pendências de décadas;
- Simplificar os processos de registo de propriedade, combinando o registo de âmbito notarial e fiscal, e diminuindo os custos de transação em particular de propriedades rústicas de pequena dimensão, contribuindo para uma menor pulverização da propriedade e uma mais rentável gestão do território.

VALORIZAÇÃO DE CARREIRAS

- Rever os modelos de formação contínua dos Magistrados;
- Encetar um processo de revisão e valorização das carreiras profissionais, incluindo o estatuto dos funcionários de justiça e o estatuto profissional dos Guardas Prisionais;
- Encetar um processo de revisão e valorização das carreiras profissionais dos Oficiais de Justiça;
- Encetar um processo de revisão e valorização das carreiras profissionais dos Guardas Prisionais;
- Garantir o reforço e otimização dos recursos humanos, bem como assegurar a qualificação dos profissionais para problemáticas criminais específicas;
- Aprofundar a especialização dos magistrados.

SISTEMA PRISIONAL

- Alargar programas específicos de intervenção nas áreas da Saúde Mental/ Toxicod dependência/Novas adições e da Delinquência juvenil;
- Reforçar e alargar as equipas de vigilância eletrónica;
- Promover políticas de reforço da formação profissional e da recuperação da formação escolar dos reclusos;
- Reforçar a prestação de trabalho a favor da comunidade como alternativa à reclusão;
- Redimensionar a rede de Estabelecimentos Prisionais e das equipas de reinserção social e promover a diferenciação e individualização da intervenção dos Estabelecimentos Prisionais.

ACESSO À JUSTIÇA E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS

- Promover a reforma do Regulamento das Custas Judiciais;
- Atribuir autonomia administrativa e financeira aos Tribunais de primeira instância;
- Requalificar os edifícios dos tribunais e reforçar o desenvolvimento dos respetivos equipamentos tecnológicos.

SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

1. Porque é preciso mudar

Portugal é reconhecido como um país estável e um destino seguro. Tal constitui uma vantagem estratégica indiscutível, nomeadamente, em tempos em que se acentuam fatores de instabilidade em tantos países das mais diferentes latitudes. Impõe-se, em primeira instância, reconhecer que esta vantagem advém do mérito, da qualidade, da dedicação e do brio do trabalho das Forças e Serviços de Segurança, que dia-a-dia contribuem para este resultado. Sem segurança, fica diminuída a plena expressão dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A Segurança Interna é um dos pilares fundamentais da ação do Estado, comprometido em assegurar que a ordem e a segurança pública permeiem todas as esferas da sociedade. O respeito pela lei e pelo Estado de Direito democrático é indispensável, garantindo que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos sejam protegidos, reforçados e promovidos.

O atual contexto internacional põe-nos pressões adicionais, aumentando a importância das entidades responsáveis pela segurança interna, que enfrentam uma complexa teia de desafios.

A interação nos fenómenos migratórios e a livre circulação no espaço europeu de Schengen fazem ressaltar a necessidade imperiosa de uma cooperação internacional robusta. Essa colaboração, pautada pelo respeito pela soberania dos Estados, torna-se essencial para a troca eficiente de informações entre os Estados.

Se é indiscutível que Portugal se deve manter como um país acolhedor, aberto a receber quem aqui pretende estudar, trabalhar e viver, é também verdade que devemos assegurar mecanismos de controlo e acompanhamento de quem transpõe as nossas fronteiras, além de regras claras e bem definidas sobre quem está autorizado a residir e permanecer no nosso país. Contudo, o cenário que hoje vivemos, nos nosso País, está bem longe destes princípios elencados.

É necessário inverter a política que tem sido seguida, e que contraria o caminho seguido pelos nossos parceiros europeus, dando lugar a normas claras, concretas e ponderadas que respeitem os princípios e os objetivos definidos do Pacto Global das Migrações e as regras comunitárias do espaço Schengen em que nos inserimos.

No âmbito das ameaças globais à Segurança Interna, assume relevância crítica a estratégia de prevenção e combate ao terrorismo, em que se deve integrar a crescente preocupação com o "terrorismo cibernético".

De igual modo, compete ao Estado garantir serviços de Proteção Civil eficazes e que contribuam para o bem-estar das comunidades. A este respeito, as críticas de que a recente reorganização territorial do modelo de funcionamento da ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil) tem sido alvo. Dever-se-á evitar a duplicação do número de responsáveis em cada um dos territórios e qualquer disrupção que possa cortar laços e capacidade operacional construída ao longo de décadas, acentuando-se, assim, em muitos casos, a diferenciação entre litoral e centros urbanos e o interior com os seus territórios de baixa densidade e inúmeras carências de recursos humanos.

2. Metas

- Redução da taxa de criminalidade, em particular a criminalidade violenta e grave e aumentar os níveis de perceção de segurança;
- Redução da sinistralidade rodoviária;

- Implementação efetiva e eficaz da Diretiva de segurança no ciberespaço (NIS2);
- Plano de Regularização das dívidas aos Corpos de Bombeiros: garantir que todas as entidades efetuam os pagamentos devidos no prazo de 30 dias.

3. Medidas

- Encetar, com carácter prioritário, um processo de valorização profissional e remuneratória dos homens e mulheres que servem nas forças e serviços de segurança;
- Melhorar a ação integrada das forças de segurança pública articulando com a Justiça e a Defesa, de forma a afirmar a autoridade do Estado e a reforçar o sentimento de segurança em todos os seus fatores;
- Promover uma maior cooperação e articulação entre as forças e serviços de segurança;
- Encetar um processo para recuperar a atratividade das carreiras de segurança, designadamente, por via da referida revisão remuneratória;
- Reforçar a autoridade das forças de segurança e defender o agravamento do quadro sancionatório penal nos crimes praticados contra os agentes das forças de segurança;
- Reorganizar a distribuição dos agentes para as tarefas mais adequadas, garantindo policiamento de proximidade e rápido tratamento de processos de investigação, encontrando um novo modelo no domínio administrativo para libertar um maior número de agentes e retirando-lhes tarefas redundantes;
- Executar o quadro plurianual de investimentos nas forças de segurança, nomeadamente, em equipamentos, formação, especialização e instalações que carecem de avultados investimentos que importa concretizar;
- Aprofundar e estender acordos com autarquias locais, em matéria de instalações, que permitam que as intervenções necessárias, e até construções de postos e esquadras (em conformidade com projetos tipo), possam ser concretizadas com recurso a contratos com as autarquias;
- Acelerar a revisão do conceito estratégico de segurança interna (que deveria ter ocorrido antes de qualquer mudança na estrutura das forças de segurança, com a extinção do SEF), atualizando-o e adaptando-o às novas dinâmicas sociodemográficas e a novas ameaças internas, através de uma ampla e alargada reflexão;

- Promover uma rigorosa avaliação da extinção do SEF e a sua integração noutros serviços, designadamente, para identificar e corrigir desconformidades legais, falhas operacionais e áreas de conflito de competências;
- Inverter, em matéria de segurança rodoviária, uma trajetória de abrandamento da convergência com a média europeia em termos de sinistralidade;
- Revisitar o enquadramento legal dos serviços de informações, no sentido de reforço das suas competências e recursos, em linha com o verificado na generalidade dos nossos parceiros europeus;
- Avaliar os novos modelos de controlo dos fluxos fronteiriços, colaborando ativamente nos organismos europeus e internacionais, destacando a relevância da cooperação internacional nesta dimensão.

CIBERSEGURANÇA

- Consensualizar uma revisão da Estratégia Nacional de Segurança no Ciberespaço e adotar adequadamente a Diretiva europeia nesta área (NIS2), com o objetivo de promover uma Nação digital resiliente;
- Dotar o Centro Nacional de Cibersegurança de recursos adequados às necessidades presentes e futuras, alargando as suas responsabilidades e atribuições no domínio da segurança da informação;
- Maximizar a resiliência cibernética da administração pública e local, implementando sistemas de gestão de segurança da informação, transversalmente e em cada Ministério, e desenvolvendo a cooperação com as autarquias;
- Abrir o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço à participação de entidades representativas da sociedade civil;
- Garantir a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos utilizadores da internet, reforçando os mecanismos de fiscalização, de denúncia e de sanção das violações, e promovendo a adoção de padrões de segurança e de encriptação;
- Combater o cibercrime e as ameaças híbridas, como a desinformação, a propaganda e a interferência eleitoral, através de uma legislação adequada, de uma ação judicial eficaz e de uma resposta conjunta, em cooperação com os nossos aliados;
- Assegurar a inclusão e a acessibilidade digital de todos os cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, como os idosos, os deficientes e os carenciados, garantindo-lhes o acesso a equipamentos, serviços e apoios de cibersegurança.

PROTEÇÃO CIVIL

- Reestruturar a organização territorial das entidades de proteção civil;
- Proceder a uma reorganização estrutural do Sector Operacional dos Bombeiros;
- Implementar, de forma progressiva, em todos os Corpos de Bombeiros, a profissionalização da primeira intervenção, garantindo o socorro e emergência 24h/365 dias;
- Adotar um modelo de contratualização plurianual com as entidades detentoras de Corpos de Bombeiros, através de contratos-programa;
- Implementar um Plano Plurianual de Investimento para reequipamento dos Corpos de Bombeiros;
- Desenvolver a valorização dos Bombeiros profissionais e voluntários.

DEFESA NACIONAL

1. Porque é preciso mudar

A Defesa Nacional é uma área de soberania tradicionalmente consensual e convergente entre os partidos do apelidado “arco da governação”. No entanto, iniciamos o ano de 2024 a enfrentar desafios internos e internacionais sem precedentes, com repercussões diretas na Defesa Nacional, sendo necessário perspetivá-la, de forma responsável e coerente, como uma área de soberania capacitada, competitiva e internacionalizada. Nesta senda, pretendemos defender e promover o reforço do papel de Portugal no multilateralismo efetivo no âmbito da NATO, União Europeia e Nações Unidas, ao mesmo tempo que valorizamos a CPLP como ativo estratégico para os nossos interesses e valores, em matéria de política externa, de segurança e defesa.

Nesta área o desígnio será o de dotar Portugal de Forças Armadas capacitadas e competitivas, com plataformas nos vários Ramos das Forças Armadas que deixe de ter um elevado número de veículos e equipamentos imobilizados e inutilizados, capazes de assegurar o elenco de missões para as quais estão acometidas, nas fronteiras nacionais e internacionais, em terra, mar, ar, ciberespaço e espaço.

A pirâmide das Forças Armadas está progressivamente mais deficitária e invertida. A falta de renovação geracional em Portugal não explica porque não conseguimos atrair, recrutar, mas sobretudo manter e desenvolver carreiras profissionais sólidas em todos os níveis hierárquicos das forças armadas. É muito negativa a realidade com que nos deparamos ao nível dos efetivos.

Ao nível de investimentos, a execução da Lei da Programação Militar (LPM) coloca problemas que importa ultrapassar e que estão bem identificados: (1) o Financiamento dos programas da LPM depende de receitas próprias das FFAA; e (2) Persistência de cativações de verbas da LPM.

No que diz respeito à meta dos 2% do PIB definida pela NATO, o governo do Partido Socialista previa atingir o valor de referência de 2% em 2030. Não obstante, a meta dos 2% não deve ser um fim em si mesmo. Mais do que gastar mais é importante gastar melhor, ou seja, investir em investigação e tecnologia com uma preocupação e ambição de médio prazo.

2. Metas

- Garantir a capacidade, os meios e a prontidão das Forças Armadas para o cumprimento das suas missões;
- Aumentar o investimento em Defesa e desenvolver a indústria nacional de defesa, aproximando o valor da despesa em % do PIB do compromisso assumido por Portugal no âmbito da NATO;
- Acentuar a cooperação e colaboração no aprofundamento da defesa com a CPL;
- Reverter a curva descendente do nível de recrutamento;
- Impulsionar e valorizar os quadros permanentes de praças;
- Garantir e consolidar uma capacidade de ciberdefesa resiliente e fiável.

3. Medidas

- Garantir Forças Armadas capacitadas:
 - Manter e desenvolver as capacidades inerentes a um conflito convencional;
 - Manter a capacidade não convencional (operações especiais), determinante em conflitos de subversão e assimétricos;
 - Equilibrar os agregados de despesa com pessoal, investimento e operação de forma a maximizar o produto operacional das FFAA;
 - Coordenar e sincronizar os ciclos de planeamento de efetivos, de investimento, de orçamentos, de treino e aprontamento de forças, em linha com o planeamento do seu emprego;

- Encetar um processo de negociação para a melhoria significativa das condições salariais em geral e em particular da categoria de Praças, para garantir o recrutamento de voluntários necessários para atingir os efetivos autorizados;
- Procurar reforçar os incentivos para os militares contratados;
- Identificar no quadro do processo de planeamento estratégico militar (CEM, MIFA, SFN e Dispositivo) e refletir em termos de prioridades na LPM a aquisição dos meios essenciais ao cumprimento das missões;
- Promover atividades de produção e de prestação de serviços, formação e conhecimento associados ao Espaço, em parceria com países aliados com experiência neste domínio como os EUA, o Reino Unido ou outros países europeus;
- Reforçar a participação em missões internacionais com Forças Nacionais Destacadas (FND) e Elementos Nacionais Destacados, no âmbito das organizações internacionais NATO, ONU e UE;
- Cumprir com a execução da LPM;
- Ampliar a Formação e Educação Estratégica para a Segurança e Defesa Nacional.
- Reforçar capacidades de ciberdefesa, em matéria de formação e treino, resiliência, combate a ameaças e gestão de vulnerabilidades:
 - Garantir a presença operacional em todo o território nacional e internacional onde as nossas forças nacionais destacadas estão presentes;
 - Perspetivar uma estratégia integrada de gestão de crises e ameaças híbridas, interministerial e intersectorial;
 - Assegurar a proteção e sustentação do MDN através da definição e implementação de medidas técnicas e organizativas de cibersegurança em 100% das estruturas centrais de apoio da Defesa;
 - Introduzir mecanismos de valorização e retenção da força de trabalho para a Ciberdefesa;
 - Apoiar a definição da doutrina operacional e tática das FFAA no respeitante a ameaças híbridas;
 - Apoiar a atualização de todos os planos de exercícios militares para integrar elementos relativos à ciberdefesa;
 - Apoiar a condução de exercícios anuais de gestão de crises de ciberdefesa;

- Promover uma indústria de defesa competitiva a nível europeu e internacional, reforçando o investimento, garantindo a aplicação da LPM e os recursos existentes;
- Reforçar a capacidade de exportação da indústria militar e de tecnologias de duplo uso, nomeadamente pela integração nas cadeias de fornecimento dos grandes fabricantes;
- Promover a participação de empresas portuguesas em consórcios de investigação, desenvolvimento e produção nas áreas da defesa, potenciando as encomendas de equipamentos e de material realizadas pelas FFAA;
- Dignificar e respeitar os antigos combatentes e a sua memória, avaliando o aumento dos apoios que lhes são concedidos.

POLÍTICA EXTERNA, COMUNIDADES E ASSUNTOS EUROPEUS

1. Porque é preciso mudar

Portugal, a Europa e o Mundo enfrentam, hoje, grandes desafios.

Num mundo interdependente e em mudança, o posicionamento externo de Portugal é determinante não apenas para a soberania do Estado e para o alinhamento internacional, mas também tem consequências na vida de todos e de cada um de nós. Na nossa segurança, no nosso bem-estar e na nossa liberdade.

É, pois, necessária, e urgente, uma visão clara, integrada e estratégica para Portugal nas diversas dimensões da Política Externa, dos Assuntos Europeus, das Comunidades Portuguesas e da Diáspora.

Em tempos de turbulência geopolítica, assumimos, com determinação e ambição, uma política externa em que Portugal estará empenhado na construção europeia, no aprofundamento do espaço lusófono, na cooperação atlântica e no multilateralismo, como membro ativo e solidário da União Europeia, da CPLP, da NATO e da ONU.

Os tempos que se vivem revelam, porventura mais do que nunca, a importância do projeto europeu e da pertença de Portugal à União Europeia. Por um lado, do ponto de vista geoeconómico, e dos diversos fatores complexos e competitivos ao nível mundial, a União Europeia no seu conjunto tem um peso económico que possibilita uma capacidade de ação que não está ao alcance de cada um dos seus Estados-membros isoladamente.

Portugal deverá empenhar-se no apoio da UE à Ucrânia, na sua defesa contra a agressão e a violação do direito internacional pela Rússia, na necessária reconstrução e no apoio ao processo de adesão à UE.

A localização geográfica de Portugal confere ao Atlântico uma relevância singular. Não ignorando as forças geopolíticas centradas na Ásia e no Pacífico, é necessário reforçar os laços com a comunidade atlântica, aprofundando a relação com o Reino Unido, os Estados Unidos e o Canadá e reforçando a ligação aos países da América Latina, com especial destaque para o Brasil. É, pois, urgente capitalizar a nossa posição atlântica para posicionar Portugal como um ponto central na circulação de pessoas e mercadorias entre a Europa e os restantes continentes.

A Lusofonia é o pilar que assegura a singularidade portuguesa e distingue o nosso país dos restantes estados-membros da União Europeia, devendo, por isso, ser reconhecida como um atributo distintivo e profícuo. A ausência de uma estratégia eficaz para a lusofonia e para a promoção da língua portuguesa no mundo tem resultado num desaproveitamento do verdadeiro potencial do espaço lusófono. A Lusofonia deve transcender a mera comunidade linguística, transformando-se num espaço de solidariedade e cooperação sólida e integrada. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) assume, neste contexto, um papel crucial, promovendo a cooperação e a diplomacia cultural como um meio para fortalecer as nossas relações bilaterais.

É essencial promover uma política externa económica e comercial alinhada com os objetivos de criação de riqueza e de desenvolvimento económico e social, que passa pelo desenvolvimento de uma estratégia de Internacionalização e de Diplomacia Económica.

2. Metas

- Reforçar o papel da diplomacia e na defesa dos interesses de Portugal no mundo e na afirmação externa de Portugal, como um país desenvolvido e uma economia dinâmica baseada em actividades de alto valor acrescentado e conteúdo tecnológico de ponta, que reforce a interdependência com o resto Mundo;
- Cumprir os objetivos da política climática e de transição energética da UE, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, enquanto afirmação e credibilização internacional do País;
- Promover a candidatura da língua portuguesa como Língua Oficial da ONU, no horizonte até 2030;

- Aumentar o número de estudantes lusófonos matriculados em programas de intercâmbio académico entre os países da CPLP;
- Aumentar o volume de comércio entre os países lusófonos, promovendo parcerias económicas e diversificação das relações comerciais;

Contribuir com meios militares e recursos provenientes de países lusófonos em missões internacionais de paz, demonstrando o compromisso ativo dos países lusófonos na promoção da estabilidade global;

- Reforçar o papel da diplomacia económica.

3. Medidas

PORTUGAL GLOBAL

- Promover candidatura de Portugal para o Conselho de Segurança no biénio 2027-2028;
- Promover e apoiar a candidatura e o trabalho de portugueses nas Organizações Internacionais.

PORTUGAL EUROPEU

- Aprofundar a Política Externa e de Segurança Comum, em parceria com a NATO;
- Continuar a apoiar a defesa da Ucrânia, na linha das diretrizes Europeias;
- Acompanhar o processo de um novo alargamento da União Europeia;
- Contribuir para o processo de reforma institucional da União Europeia;
- Completar e concluir os pilares da União Económica e Monetária;
- Apoiar uma política europeia de migração eficaz, humanitária e segura, no âmbito do pacto para migração e asilo e da reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA);
- Implementar a estratégia digital da UE, designadamente no domínio da Inteligência Artificial;
- Redefinir e dinamizar a Estratégia Nacional para as Carreiras Europeias.

PORTUGAL ATLÂNTICO

- Promover a divulgação de informações sobre as atividades da NATO, no sentido de aproximar os cidadãos da Aliança Atlântica e fomentar uma compreensão mais ampla das ações desenvolvidas no âmbito da mesma;
- Implementar medidas efetivas de vigilância e cooperação internacional: assegurar a segurança e a sustentabilidade do espaço atlântico;
- Estreitar os laços luso-americanos: potenciar a posição geoestratégica de Portugal como ponte de ligação transatlântica entre os nossos parceiros europeus e os parceiros americanos da NATO;
- Estabelecer Portugal como uma ponte estratégica entre a União Europeia e o Reino Unido, aproveitando as ligações históricas entre os dois países, para promover a cooperação económica, cultural e estratégica entre ambas as partes;
- Garantir a segurança e a eficiência dos cabos submarinos;
- Promover ações culturais junto das comunidades Portuguesas.

LUSOFONIA

- Contribuir para o reforço do papel da CPLP nas diferentes relações: política, diplomática, social e económica, através da consolidação da identidade Lusófona;
- Promover um alinhamento global e apoio recíproco em candidaturas internacionais;
- Promover o reconhecimento internacional da língua portuguesa: apoiar ativamente a elaboração e implementação de uma estratégia concertada junto da CPLP para que o português seja reconhecido como língua oficial da ONU até 2030, promovendo a língua como um veículo eficaz de comunicação global;
- Alinhar esforços para promover o desenvolvimento sustentável nos países lusófonos, compartilhando experiências, recursos e expertise para abordar desafios comuns, como a pobreza, a educação e as questões ambientais, no âmbito da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030;
- Fomentar parcerias económicas e comerciais entre os países lusófonos, facilitando o comércio, investimentos e iniciativas conjuntas que aproveitem as potencialidades económicas da lusofonia. Neste contexto, dar especial atenção à cooperação no setor energético;
- Implementar programas robustos de diplomacia cultural, facilitando intercâmbios artísticos, literários e educacionais entre os países lusófonos;

- Estimular a promoção e o ensino da língua portuguesa nos sistemas educacionais dos países lusófonos, incentivando intercâmbios académicos e a criação de programas conjuntos que fortaleçam a língua como ferramenta de comunicação e expressão;
- Estabelecer redes de cooperação entre instituições académicas, culturais e empresariais nos países lusófonos, facilitando a troca de conhecimento, tecnologia e boas práticas em diversas áreas.

COMUNIDADES PORTUGUESAS E DIÁSPORA

- Adaptar a rede do Ensino de Português no Estrangeiro e de Escolas Portuguesas à nova realidade sociológica das nossas Comunidades, criando cursos nos novos destinos da nossa emigração e continuando a apostar no crescimento da rede de escolas no exterior;
- Contribuir para uma maior credibilização do Conselho das Comunidades Portuguesas e para o fomento dos níveis de participação política dos portugueses nos países de acolhimento;
- Estudar a reorganização do atual modelo de agendamento de atos consulares, ao mesmo tempo que se procurará aproveitar as potencialidades do Consulado Virtual, da Chave Móvel Digital e das Permanências Consulares;
- Apostar no desenvolvimento da rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante (Gabinetes de Apoio ao Emigrante 2.0) e fomentar a criação dos Conselhos da Diáspora junto dos municípios e uma maior articulação com os serviços dependentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira. Ainda neste domínio, é nossa intenção dar continuidade e melhorar o Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, o Plano Nacional de Apoio ao Investidor da Diáspora e o Programa Regressar.

CENÁRIO ORÇAMENTAL

A evolução da receita fiscal tem em consideração as medidas com impacto orçamental apresentadas na tabela “Cenário Orçamental AD em % PIB” e o alargamento das bases tributárias resultante do cenário macroeconómico da AD. Estas crescem ao ritmo do consumo nominal (para impostos sobre a produção e importação), ao ritmo do PIB nominal (para os impostos sobre rendimento e património), ou ao ritmo das remunerações (no caso das Contribuições para a Segurança Social). Os valores totais reportados são semelhantes aos que seriam obtidos com elasticidades estimadas para obtenção da receita de IVA, IRS, IRC e outros impostos, a partir de dados mais desagregados. Em relação a Vendas e outras receitas correntes admite-se um crescimento igual ao do PIB nominal. As receitas de capital correspondem aos valores nominais (correspondentes às percentagens do PIB nominal) do cenário orçamental do CFP.

Em relação à evolução da despesa, os consumos intermédios, subsídios e outra despesa corrente crescem cerca de 4% em 2025 e 2026 e cerca de 3% em 2027 e 2028. As despesas com pessoal crescem 4.5% por ano entre 2025 e 2028 (agregando aumentos salariais, revisão de carreiras e promoções/progressões). Para as prestações sociais admitem-se valores nominais que correspondam às percentagens do PIB nominal no cenário orçamental do CFP (que incorporam a aplicação das regras de atualização de pensões). Dado o maior crescimento do PIB nominal (via aumento real) no cenário macroeconómico da AD, os valores nominais mais que acomodam os aumentos do CSI, a despesa adicional com as creches e pré-escolar e ao custo líquido da criação do Suplemento Remunerativo Solidário. Também não se considera uma menor despesa com subsídio de desemprego, apesar de uma maior queda da taxa de desemprego no cenário macroeconómico da AD, o que permite uma margem de segurança adicional. Para as despesas de capital admitem-se valores nominais correspondentes às percentagens do PIB nominal no cenário orçamental do CPF; mais uma vez, aplica-se plenamente um princípio de prudência que enviesará em alta este item da despesa dado o maior crescimento do PIB nominal no cenário macroeconómico da AD. A despesa com juros é calculada com base na taxa de juro implícita considerada pelo CFP, que antecipa uma estabilização das taxas de juro aplicáveis ao stock de dívida. A evolução da dívida considera os valores nominais dos ajustamentos défice-dívida (correspondentes às percentagens do PIB nominal) consideradas pelo CFP.

Tabela 1: Cenário Orçamental AD 2023-2028 (% PIB)

Projeção para a Conta das Administrações Públicas (% PIB exceto onde indicado)	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Receita Total	44.1	44.5	43.7	43.3	42.4	42.3
Receita corrente	43.1	43.3	42.2	42.0	41.9	41.8
Receita fiscal	25.5	25.8	24.7	24.5	24.3	24.0
Impostos sobre produção e importação	14.5	14.8	14.6	14.5	14.5	14.4
Impostos sobre rendimento e património	11.0	11.0	10.1	10.0	9.8	9.6
Contribuições para fundos da Segurança Social	12.4	12.4	12.4	12.5	12.6	12.7
Vendas e outras receitas correntes	5.2	5.1	5.1	5.1	5.1	5.1
Receitas de capital	1.0	1.3	1.5	1.3	0.5	0.5
Despesa Total	43.3	43.7	43.5	43.2	42.3	42.0
Despesa Primária	41.2	41.3	41.3	40.9	39.9	39.6
Despesa Corrente Primária	37.3	37.2	37.0	36.7	36.5	36.2
Consumo intermédio	5.7	5.8	5.8	5.7	5.6	5.5
Despesas com pessoal	10.6	10.5	10.5	10.5	10.4	10.3
Prestações sociais	17.6	17.7	17.6	17.4	17.4	17.4
Subsídios e outra despesa corrente	3.4	3.2	3.2	3.2	3.1	3.0
Despesas de capital	3.9	4.1	4.3	4.2	3.4	3.4
Saldo primário	2.9	3.1	2.4	2.4	2.5	2.6
Juros	2.1	2.3	2.2	2.3	2.4	2.4
Saldo global	0.8	0.8	0.2	0.1	0.2	0.2
Dívida Pública (para 2023 valor reportado pelo BdP)	98.7	96.0	92.2	88.5	84.4	80.2
Saldo estrutural	0.3	-0.1	0.0	0.1	0.1	0.2
Saldo estrutural primário	2.4	2.2	2.2	2.4	2.5	2.6
Carga fiscal	37.9	38.2	37.1	36.9	36.8	36.7
Taxa de juro média implícita da Dívida Pública (%)	2.1	2.3	2.4	2.6	2.8	2.8
<i>Por memória</i>						
PIB nominal (mil M€)	261.8	273.2	286.1	299.7	314.8	331.8

Dívida Pública (mil M€)	263.0	262.2	263.7	265.4	265.8	266.0
<i>Por memória</i>						
Saldo global Programa de Estabilidade 2023	-0.4	-0.2	-0.1	0.0	0.1	n.d
Saldo Global CPI do CFP	0.9	0.8	0.6	0.4	0.3	n.d
Dívida Pública Programa de Estabilidade 2023	107.5	103.0	99.2	95.6	92.0	n.d
Dívida Pública CPI do CFP	104.7	100.3	96.5	93.1	89.4	n.d
Ajustamento défice dívida (% do PIB- fonte: CFP)	1.5	0.7	0.7	0.7	0.3	0.3

O impacto orçamental das principais medidas do Programa da AD, encontra-se detalhado na tabela abaixo:

Tabela 3: Receitas

Medida AD	Rúbrica OE	Horizonte Temporal	Total Medida
Redução gradual de IRC de 21% para 15% ao ritmo de 2 p.p. por ano	Impostos sobre rendimento e património	2025-2027	1,500
Isenção de contribuições e IRS sobre prémios de desempenho e redução das taxas marginais de IRS até ao 8º escalão entre 0,5 e 3 p.p. face a 2023	Impostos sobre rendimento e património	2024-2026	2,000
Adoção do IRS Jovem	Impostos sobre rendimento e património	2025	1,000
Eliminação do IMT e Imposto de Selo para compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos e redução para 6% do IVA da construção	Impostos sobre produção e importação	2025	500
TOTAL MEDIDAS			5,000

Tabela 4: Despesas

Medida AD	Rúbrica OE	Horizonte Temporal	Total Medida
Reposição gradual do tempo de serviço dos professores (60 milhões por ano)	Despesas com pessoal	2025-2028	240
Aumento gradual do Complemento Solidário para Idosos até 820€ (estimativa alta de 200 milhões por ano)	Prestações sociais	2025-2028	800
Introdução do Suplemento Remunerativo Solidário	Prestações sociais	2025-2028	800
Universalização do acesso gratuito ao ensino pré escolar e creches	Prestações sociais	2025	400
TOTAL MEDIDAS			2,240

PROGRAMA ECONÓMICO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Reformar a Economia
para pôr Portugal
no Pelotão da Frente

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	102
I. A Nossa Ambição: Portugal no pelotão da frente	107
II. Por que é preciso mudar? O País Estagnado, o Caminho Errado	108
III. Programa de Reformas Económicas da AD	117
1. MENOS IMPOSTOS SOBRE AS FAMÍLIAS E SOBRE O INVESTIMENTO	121
1.1. Reforma para baixar a carga fiscal em IRS e IRC e dar previsibilidade e estabilidade fiscal	121
1.2. Reforma dos Apoios Sociais e da gestão da Segurança Social	126
2. APOSTAR NA INICIATIVA PRIVADA E NA PRODUTIVIDADE	130
2.1. Mais concorrência, menos burocracia, menores custos de contexto	130
2.2. Financiamento e crescimento empresarial	133
2.2.1. Reformas do financiamento empresarial e reestruturação empresarial	133
2.2.2. Reformas para Internacionalização das empresas e atração de Investimento Estrangeiro	136
2.2.3. Reforma do sistema dos Fundos Europeus	139
2.2.4. Inovação, Empreendedorismo e Digitalização	140
2.2.5. Uma Indústria orientada para o exterior	143
2.2.6. Turismo, Comércio e Serviços	144
2.3. Transformar custos em oportunidades	146
2.3.1. Modernização da justiça económica	146
2.3.2. Modernização das infraestruturas	147
2.3.3. Transição energética e descarbonização competitiva da economia	152

3. MELHOR ESTADO, COMBATER A CORRUPÇÃO	157
3.1. Melhor governo público, Estado mais capaz	159
3.1.1. Reforma das finanças públicas e da gestão financeira do Estado	159
3.1.2. Reforma da governação, organização e da prestação do Setor Público Administrativo	161
3.1.3. Medidas para o Setor Empresarial do Estado	163
3.2. Reforma da política de recursos humanos do Setor Público Administrativo	164
4. UMA ECONOMIA DE FUTURO	166
4.1. Mais qualificações, melhor emprego	166
4.1.1. Reformas do mercado de trabalho: mais produtividade, mais rendimentos	166
4.1.2. Reforma da formação profissional e das qualificações	169
4.3. População com futuro: vencer a crise demográfica e expandir a oferta habitacional	172
4.3.1. Vencer a crise demográfica	172
4.3.2. Habitação, reformas para resolver a crise da habitação	176
5. CENÁRIO MACROECONÓMICO DA AD - 2024-2028	181

Sumário Executivo

1.1. A NOSSA AMBIÇÃO

O nosso destino está nas nossas mãos. A AD propõe aos portugueses um Programa Económico de Reformas Estruturais geradoras de uma **Mudança Ambiciosa e Realista da Economia Portuguesa** com:

- Economia competitiva a crescer como as melhores da Europa;
- Salários e rendimentos mais elevados para todos, e não apenas no salário mínimo;
- Redução de impostos sobre trabalho e investimento;
- Responsabilidade e equilíbrio orçamental;
- Aposta na iniciativa privada, confiança nas empresas, mais liberdade económica;
- Reforço das qualificações, da inovação e produtividade;
- Fixação do talento, valorização do mérito e igualdade de oportunidades;
- Redução urgente da pobreza, especialmente dos trabalhadores e pensionistas;
- Regenerar o Contrato Social, com serviços de Educação, Saúde, Habitação e Segurança de qualidade para todos;
- Uma população qualificada, saudável, solidária, tolerante, com emprego de qualidade e que se regenera;
- Uma governação íntegra e confiável, instituições credíveis e uma sociedade civil mais livre;
- Um país sustentável ambiental, social, económica e financeiramente.

1.2. AS NOSSAS METAS

Esta Ambição da AD materializa-se nas seguintes **Metas Estratégicas**:

1. Mais crescimento e produtividade: com crescimento do PIB próximo de 3,5% no final desta legislatura e 4% na próxima;
2. Crescimento dos salários: aumento do salário mínimo para 1.000€ até ao final da legislatura; evolução do salário médio para 1.750€ nesta década, baseada na soma da inflação à totalidade dos ganhos de produtividade;
3. Mais emprego: desemprego estrutural próximo de 5% em 2028;
4. Maior redução da carga fiscal em período de crescimento, em cerca de 1,5 p.p.;
5. Equilíbrio orçamental, com saldos positivos durante a legislatura, assumindo a contenção da despesa pública (peso da despesa corrente primária no PIB desce de 37,7%, para um valor em torno dos 35%, e o peso da despesa total de 44,5% para um valor próximo de 40% no final da década);
6. Redução da dívida pública que ficará abaixo de 85% do PIB em 2028.

2.1. DIAGNÓSTICO DE UM PAÍS ESTAGNADO E ULTRAPASSADO

Após 8 anos de governação do Partido Socialista, que governou 22 dos últimos 29 anos, a realidade portuguesa é preocupante:

- Economia estagnada desde 2000, baixo crescimento médio anual (0,8%) e da produtividade (0,7%);
- Cada vez mais pessoas a receber salário mínimo e compressão salarial;
- Emigração brutal de jovens qualificados;
- Elevados níveis de pobreza e aumento das desigualdades;
- Carga fiscal máxima de sempre e o 4.º esforço fiscal mais elevado da Europa;
- Degradação operacional do Estado;
- O colapso do SNS, duplicação dos utentes sem médico de família, aumento dos tempos de espera;
- Perda de aprendizagens e declínio dos resultados dos alunos nas avaliações internacionais;
- Crise na habitação: preços a subir muito mais do que os rendimentos;
- Baixos níveis de investimento e de poupança.

2.2. ERROS E DIFERENÇAS DO PS

A AD diferencia-se e rejeita, designadamente, as seguintes visões e atitudes do atual Partido Socialista:

- Resignação com a carga fiscal máxima e recusa em baixar impostos;
- Estratégia paternalista de “seleção” pelo Governo dos setores económicos e empresas que devem ser privilegiados com financiamento e recursos públicos;
- A fixação ideológica na propriedade e gestão estatal, menorizando o papel das ofertas privada e social em prejuízo dos cidadãos;
- Desprezo pela cultura do mérito, da exigência e do trabalho;
- Cultura de informalidade na governação e enfraquecimento da independência dos reguladores;
- A captura para o Estado da maior parte dos Fundos Europeus;
- Instrumentalização do Estado e recursos públicos no interesse partidário;
- O desrespeito pela proteção da confiança dos investidores.

3. AS NOSSAS REFORMAS

O Programa Económico de Reformas Estruturais da AD divide-se em **4 pilares**, com as seguintes principais medidas e projetos:

I. REDUZIR IMPOSTOS SOBRE O TRABALHO E O INVESTIMENTO

Reforma Fiscal:

1. Redução do IRS para todos, com redução das taxas, especialmente para a classe média;
2. IRS Jovem até 15% para os jovens até aos 35 anos;
3. Isenção fiscal dos prémios por desempenho até 1 vencimento;
4. Redução gradual do IRC para 15% em 2 p.p. ao ano;
5. Simplificação e estabilidade fiscal;
6. Aceleração da justiça tributária.

Reforma dos apoios sociais com:

- 7.** Criação de Novo Suplemento Remunerativo Solidário, tipo IRS negativo;
- 8.** Aumento do referencial do CSI para 820€;
- 9.** Modernizar a gestão da Segurança Social.

II. APOSTAR NA INICIATIVA PRIVADA E NA PRODUTIVIDADE

- 10.** Ampliar a concorrência, reduzir a burocracia e barreiras à entrada;
- 11.** Reforçar a independência dos reguladores;
- 12.** Acesso às profissões;
- 13.** Estado pagar a horas;
- 14.** Reforço da capitalização das empresas e do capital de risco;
- 15.** Remover os desincentivos ao ganho de escala das empresas;
- 16.** Dinamizar a rede externa para a internacionalização das empresas;
- 17.** Orientar os Fundos Europeus para as empresas e para a geração de valor acrescentado e sua conexão com os resultados avaliados;
- 18.** Aceleração da justiça económica e agilização das insolvências;
- 19.** Programação, decisão e execução de infraestruturas críticas baseadas no valor acrescentado nos domínios dos transportes, comunicações, águas, resíduos e energia;
- 20.** Expansão das interligações europeias para resolução das Ilhas Ferroviária e Energética;
- 21.** Transição energética competitiva para cumprir os compromissos internacionais, em condições de sustentabilidade ambiental e financeira, racionalidade e competitividade económica e neutralidade tecnológica;
- 22.** Aproveitamento sustentável dos recursos naturais nacionais.

III. MELHOR ESTADO, COMBATER A CORRUPÇÃO

- 23.** Reforma das finanças públicas e da gestão financeira do Estado;
- 24.** Promoção da coordenação e capacitação do centro do Governo;

- 25.** Aprofundamento da descentralização;
- 26.** Digitalização e reorganização dos serviços de atendimento da administração pública;
- 27.** Reformas da governação do setor empresarial do Estado;
- 28.** Pacote de medidas para a integridade, transparência da gestão pública e para combater a corrupção;
- 29.** Nova política de recursos humanos do Estado.

IV. UMA ECONOMIA DE FUTURO

- 30.** Modernização da regulação do mercado de trabalho para confrontar a sua segmentação, ajustar às transformações no mundo do trabalho e flexibilizar transições entre emprego, requalificações e reforma;
- 31.** Impulso à concertação social;
- 32.** Reforço do Ensino Profissional e Vocacional;
- 33.** Oferta de formação focada nas competências gerais e específicas necessárias;
- 34.** Incentivar colaboração do sistema científico e tecnológico com as empresas;
- 35.** Educação para o empreendedorismo;
- 36.** Remoção dos obstáculos à natalidade desejada;
- 37.** Imigração regulada: aposta nas famílias e jovens e acolhimento humanista;
- 38.** Resolver a crise na habitação por aumento da oferta, através da redução de impostos e burocracia, injeção dos imóveis públicos no mercado;
- 39.** Aposta num programa de PPP para a construção e reabilitação em larga escala;
- 40.** Proteção de arrendatários vulneráveis, através de apoio público em vez de congelamentos ou limitações administrativas das rendas.

I. A NOSSA AMBIÇÃO: PORTUGAL NO PELOTÃO DA FRENTE

O nosso destino coletivo está nas nossas mãos.

Portugal pode mudar, passar de uma economia relativamente pobre e resignada a cair para a cauda da Europa para um país que acelera para o pelotão da frente.

Essa evolução depende de querermos, e sabermos, fazer as reformas estruturais que introduzam uma mudança profunda na economia portuguesa que sustente a **Ambição** de ter:

- i.** Uma **economia competitiva a crescer como as melhores da Europa**;
- ii.** **Rendimentos mais elevados para todos**, e não apenas o salário mínimo;
- iii.** Um Estado eficiente que cobra **impostos mais baixos** e presta **melhores serviços públicos** em acessibilidade e qualidade;
- iv.** Justiça social, com **redução urgente da pobreza**, especialmente dos trabalhadores e pensionistas;
- v.** Uma **população qualificada, saudável**, solidária, tolerante, com **emprego de qualidade** e que se regenera;
- vi.** **Mais liberdade, igualdade de oportunidades** e mobilidade social;
- vii.** Uma **governança íntegra e confiável**, instituições credíveis e uma sociedade civil forte;
- viii.** Um **país sustentável ambiental, social, económica e financeiramente**.

Esta Ambição materializa-se nos seguintes principais **Objetivos Estratégicos** do programa económico da AD:

- 1. MAIOR PRODUTIVIDADE E CRESCIMENTO:** Crescimento do PIB próximo de 3,5% em 2028 (alicerçado no crescimento da produtividade) e próximo de 4% por ano no final da década;
- 2. MAIS EMPREGO:** Desemprego estrutural próximo de 5% em 2028;
- 3. AUMENTO DOS SALÁRIOS:** Aumento dos salários médios e do salário mínimo, somando à inflação os ganhos de produtividade (salário mínimo de, pelo menos, 1.000 euros em 2028, valor alicerçado no cenário macroeconómico da AD, e evolução do salário médio para 1.750 euros no final da década);

4. **REDUÇÃO GRADUAL DA CARGA FISCAL** (em 1,5 pontos percentuais, de 38,2% do PIB em 2024 para cerca de 36,7% em 2028), com manutenção do **EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL**, assumindo assim a **CONTENÇÃO DA DESPESA PÚBLICA** (peso da despesa corrente primária no PIB desce de 37,7%, para um valor em torno dos 35%, e o peso da despesa total de 44,5% para um valor próximo de 40% no final da década), e a **REDUÇÃO CORRESPONDENTE DA DÍVIDA PÚBLICA** que ficará abaixo de 90% do PIB em 2028.

II. POR QUE É PRECISO MUDAR? O PAÍS ESTAGNADO, O CAMINHO ERRADO

1. DIAGNÓSTICO CRÍTICO DE UM PAÍS ESTAGNADO

Após 8 anos de governação do Partido Socialista, que totalizou 22 dos últimos 29 anos, a realidade portuguesa é dura e preocupante:

- Economia estagnada, com **baixíssimo crescimento económico** nas duas décadas passadas (média anual de 0,8% desde 2000), e na próxima década e meia, segundo projeções credíveis para os próximos anos;
- Portugal tem sido **sucessivamente ultrapassado, caminhando para a cauda da Europa** em PIB per capita em paridades de poder de compra (desde 2000 foi ultrapassado por 6 países da Coesão, e em 2024, prevê-se que o seja também pela Roménia);
- **Cresceu muito o número de trabalhadores que auferem o salário mínimo nacional**, para cerca de 840 mil, e **diminuiu o diferencial para os ganhos médio e mediano**, que não acompanharam a evolução do valor mínimo legalmente fixado. Cerca de dois terços dos jovens têm um rendimento mensal inferior a mil euros;
- A **pobreza atinge níveis inadmissíveis**, tendo a taxa de risco de pobreza aumentado em 2022, com uma taxa antes de prestações sociais superior a 41% da população, maior do que a registada no início do século;
- Têm-se **agravado** os vários indicadores de **desigualdade do rendimento** nos últimos cinco anos;
- A **emigração jovem qualificada atinge níveis brutais**, estimando-se que cerca de 30% dos jovens nascidos em Portugal vivam fora do país; esta é a taxa de emigração mais elevada da Europa e uma das maiores do mundo. Os que não emigram enfrentam um desemprego jovem que ultrapassou os 20% no final de 2023 e são, em média, os que na Europa mais tarde saem de casa dos seus pais;

- A **carga fiscal atingiu o valor máximo de sempre**, tendo batido recordes ano após ano, nos últimos oito anos (de cerca de 37% do PIB em 2015 para 38,5% em 2022). O **esforço fiscal** dos portugueses (que mede a carga fiscal de cada país ajustada pelo nível de vida dos seus cidadãos) **é o 4.º mais elevado da Europa**;
- A essa carga fiscal recorde tem correspondido um **Estado em séria falência operacional**, com gravíssimos problemas nos serviços públicos mais críticos, da saúde à educação, da justiça à segurança, da habitação aos serviços de atendimento ao público;
- Na **Saúde**, o número de utentes sem médico de família passou de cerca de 1 milhão para 1,7 milhões de pessoas, aumentaram as listas de espera para consultas e cirurgias e os tempos de espera tornaram-se ainda mais indignos; as urgências e serviços de maternidade funcionam em intermitência. Em sinal de desistência (possível para quem tem recursos) já cerca de 5 milhões de portugueses têm uma segunda cobertura (seguro de saúde privada, ADSE ou outros sistemas), que é paga em acréscimo aos impostos que suportam para financiar o SNS;
- Na **Educação**, o desempenho dos alunos portugueses tem caído dramaticamente desde 2018, em todas as avaliações internacionais, em todas as dimensões (português, matemática e ciências). Nas escolas acumulam-se os alunos sem aulas, e os professores estão esgotados e em conflito com o Governo. Em sinal de desistência (possível para quem tem recursos) já cerca de 25% dos estudantes do ensino secundário frequentam escolas privadas;
- Os preços das casas aumentaram muito mais do que os rendimentos das famílias. Desde 2016 até ao final de 2022, os preços da habitação subiram 89% ao passo que o rendimento nominal *per capita* aumentou 33,8%;
- A produtividade também tem estado praticamente estagnada, crescendo a uma taxa média anual de 0,7% entre 2000 e 2022;
- Persistem **baixos níveis de investimento e poupança**. A formação bruta de capital fixo em percentagem do PIB é hoje muito inferior aos valores do início do século (20% vs 27%) e a taxa de poupança das famílias atinge os níveis mais baixos de que há memória.

2. CAMINHO ERRADO, ESCOLHAS E ATITUDES QUE NOS DIFERENCIAM

A estagnação económica, a contínua queda do país para a cauda da Europa, a pobreza persistente, a alarmante emigração jovem qualificada, a degradação da capacidade

operacional do Estado, e o triste binómio de carga fiscal máxima para serviços públicos em mínimos são alguns dos maus resultados das escolhas e práticas políticas profundamente erradas das governações socialistas das últimas três décadas, verificadas no Governo que agora cessa e repetidas na candidatura socialista que se apresenta a eleições.

A AD diferencia-se do Partido Socialista pela sua **Ambição para Portugal**, pelo seu programa de reformas económicas, mas também pela firme e inequívoca rejeição dessas escolhas e atitudes, que são as marcas identitárias da abordagem do PS à economia e à governação económica.

A AD rejeita, designadamente, as seguintes **visões e atitudes do atual Partido Socialista**:

- i. A escolha de uma carga fiscal em máximos históricos e a **recusa em baixar os impostos**, designadamente sobre o trabalho e investimento, como proposto pela AD;
- ii. A **estratégia económica centralista, estatista e planificadora, assente na seleção pelo Governo dos setores económicos e empresas** que devem ser privilegiados em termos de financiamento, de recursos públicos, e de tratamento pelo Estado. Esta visão despreza a liberdade económica e a iniciativa privada e acredita que uma mirífica sobrecapacidade do governante planificador é muito superior à riqueza informativa, aos incentivos à inovação, e à melhoria gerados pela atuação livre e descentralizada de milhões de agentes económicos, produtores e consumidores. O reconhecimento da existência de recursos escassos não implica que o papel de determinar a sua alocação seja transferido das empresas e da interação livre e descentralizada dos agentes económicos para o político ou burocrata centralista do momento. Não está em causa questionar o importante e desejável papel do Estado na correção de falhas de mercado, na provisão de bens públicos, ou nas necessárias funções de redistribuição ou estabilização macroeconómica. Está em causa um otimismo ilimitado, como o do líder do Partido Socialista, que se traduz na presunção de que é a mais capaz e apto a escolher como os produtores e consumidores alocam os seus recursos, inovam, ou investem;
- iii. A **fixação ideológica na propriedade e gestão estatal**, em vez de colocar o foco no nível de provisão e acessibilidade geral dos bens, serviços e recursos financeiros. Esta fixação coarct a liberdade de iniciativa privada e social e, sobretudo, prejudica as pessoas. Em áreas tão críticas como a saúde, educação e habitação, a recente governação e as palavras do atual líder socialista mostram como o que conta é a gestão ser pública, e não se a oferta existe e é acessível a tempo e com qualidade. A AD acredita numa economia social de mercado, com coexistência e complemen-

taridade entre as ofertas pública, privada e social. A AD afirma a prioridade política de salvar o SNS e a escola pública da degradação induzida pela governação socialista. E a AD afirma que fundamental é garantir a provisão do serviço: a saúde para doentes e saudáveis, a educação para os alunos, e a casa para quem quer cá residir. Para colocarmos as pessoas no centro das políticas públicas é necessário mobilizar a produção dos três setores, numa complementaridade que maximiza o serviço às pessoas, em vez da cegueira ideológica que restringe a oferta acessível por todos, especialmente os mais pobres;

- iv. A intenção de redistribuir não acompanhada de igual preocupação com a criação significativa da riqueza** que a possa suportar. A diferente visão para os salários é exemplificativa. O Partido Socialista foca-se apenas no salário mínimo, aceitando a compressão do diferencial para o salário médio e a pobreza entre os trabalhadores, e enuncia como objetivo e métrica maior de longo prazo aumentar o peso relativo dos salários no PIB (qualquer que ele seja). O foco da AD é em aumentar os rendimentos de todos, incluindo os mais baixos do trabalho e os dos pensionistas, mas igual, e paralelamente, os da classe média. A AD quer que a fatia dos salários cresça, não necessariamente por redução da fatia do rendimento de capital, mas por aumento do tamanho total do bolo em que ambos participam;
- v. O desprezo pela cultura do mérito, da exigência, do esforço e do trabalho.** Da educação à fiscalidade, do trabalho aos Fundos Europeus, multiplicam-se os exemplos dos desincentivos à exigência, ao reconhecimento e valorização do mérito, e à cultura de avaliação. Multiplicam-se também os sinais de quem prefere nivelar por baixo: a tributação do rendimento do trabalho, que castiga quem transforma qualificações em mais produção, e a que incide sobre as empresas, que penaliza os ganhos de escala e de resultados; a abolição de avaliações na educação; a eliminação das modalidades de oferta pública de saúde que, comprovadamente, atingiram melhores resultados em termos financeiros e de prestação de serviço. Justiça social implica garantir igualdade de oportunidades, mas também reconhecer o esforço, o trabalho, o risco e a inovação;
- vi. A cultura de informalidade e o enfraquecimento das instituições e regras** que garantem a transparência e racionalidade das decisões e a igualdade perante a lei. Seja por perpetuação no poder, seja por características próprias, a experiência do líder do Partido Socialista está marcada por exemplos dessa cultura de informalidade, designadamente em despachos sobre investimentos estruturantes logo desautorizados, ou em autorizações de indemnizações e contratos de gestores públicos à margem da lei, fora dos canais formais e sem a avaliação técnica adequada. Na mesma linha de informalidade e falta de transparência, os vários governos do Partido Socialista repetiram intervenções ocultadas e interferências pouco consentâneas com a impar-

cialidade no âmbito de relações entre acionistas privados, fazendo, designadamente (ou ameaçando fazer) leis à medida de certos investidores ou tomando posições societárias em violação das exigências legais de procedimento e transparência;

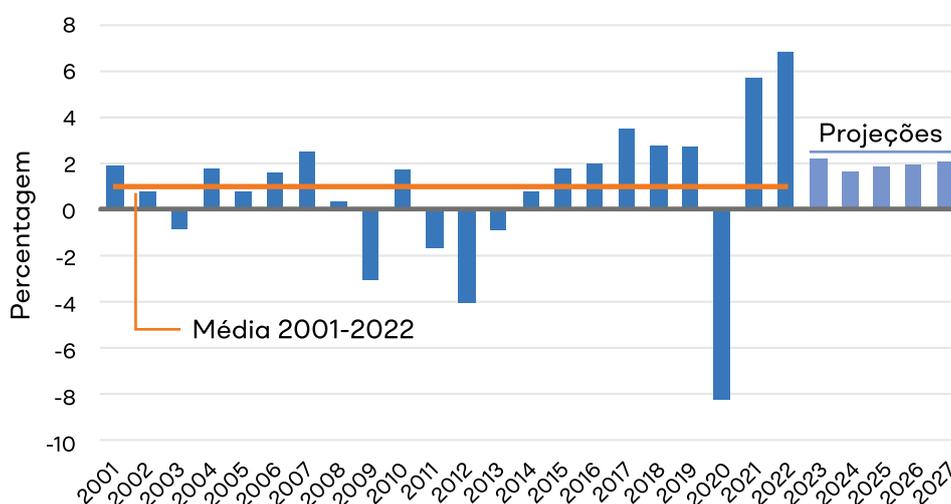
- vii. A captura para o Estado da maior parte dos Fundos Europeus**, designadamente o PRR, desviando-os das empresas que são mais capazes de gerar valor acrescentado. Os governos socialistas têm usado os Fundos Europeus para disfarçar os cortes no investimento público e para financiar despesa corrente do Estado;
- viii. O enfraquecimento da independência dos reguladores** económicos e outras instituições críticas, promovendo a substituição de dirigentes efetivamente autónomos, a ocupação de cargos diretivos por membros ou aliados partidários, e condicionamento financeiro ou por via operacional, usando cativações, limitações financeiras e na gestão de recursos humanos. As nomeações para Banco de Portugal e ERSE, a não recondução do Presidente do Tribunal de Contas e da Procuradora-Geral da República, e as cativações generalizadas que debilitaram reguladores, como a CMVM, são exemplos notórios;
- ix. A instrumentalização dos recursos públicos ao serviço do poder partidário**, que se verificam desde as utilizações de meios públicos até aos negócios e nacionalizações ruinosas em nome de um certo projeto ideológico ou de negociações interpartidárias, como se verificou nas nacionalizações da TAP e da EFACEC, das aquisições clandestinas de capital dos CTT, ou da extinção de PPP na saúde;
- x. O paternalismo económico dos governantes**, que apostam em benefícios e normas fiscais, incluindo em IRC, ou regulatórias, para tentar microgerir as empresas e a sua atividade, convictos de serem os mais capazes para definir como realizar maior valor social em cada setor económico, e aparentemente desconhecedores de que a realidade, inovação e dinâmica económica vai sempre tentar ultrapassar barreiras ineficientes, mas de modos menos transparentes e justos;
- xi. O desrespeito pela proteção da confiança dos investidores**, especialmente dos estrangeiros, que observam governos e dirigentes socialistas que, depois de ameaçarem explicitamente não pagar dívidas assumidas pelo Estado, agora multiplicam iniciativas legislativas e anúncios que rompem unilateral e até retroativamente com compromissos e regimes do Estado português, como se verificou com as licenças de alojamento local, autorizações de residência para investimento, regras tributárias como as para residentes não habituais. E do mesmo modo com o lançamento de tributações "extraordinárias" e ameaças de retaliação individualizada pelo poder público (por exemplo, quando um Secretário de Estado foi encarregue de filtrar politicamente pagamentos de faturas emitidas por serviços comerciais prestados ao setor público por certa empresa que anunciou a sua política de preços);

xii. A desistência de estancar e reverter a queda do stock de capital público que foi causada pela escolha de utilizar o investimento público como variável central do ajustamento orçamental, materializada em anos de cativações, cortes e sub-execução das promessas orçamentais. Estas escolhas deixaram os serviços, equipamentos e o património do Estado em degradação, o que compromete a missão dos seus profissionais e o serviço aos cidadãos.

3. DIAGNÓSTICO DE UMA ECONOMIA ESTAGNADA

A economia portuguesa cresce a um ritmo dececionante desde 2000. Entre 2000 e 2023 cresceu, em termos reais acumulados, cerca de 20%, um crescimento médio anual de 0,8%. O crescimento acumulado médio dos designados países da Coesão (que estão no nosso nível de desenvolvimento e que também recebem Fundos Europeus) foi de 90% e o da União Europeia (UE) foi de 36%. O PIB per capita cresceu em termos reais pouco mais de 10% nesse período, uma média inferior a 0,5% ao ano.

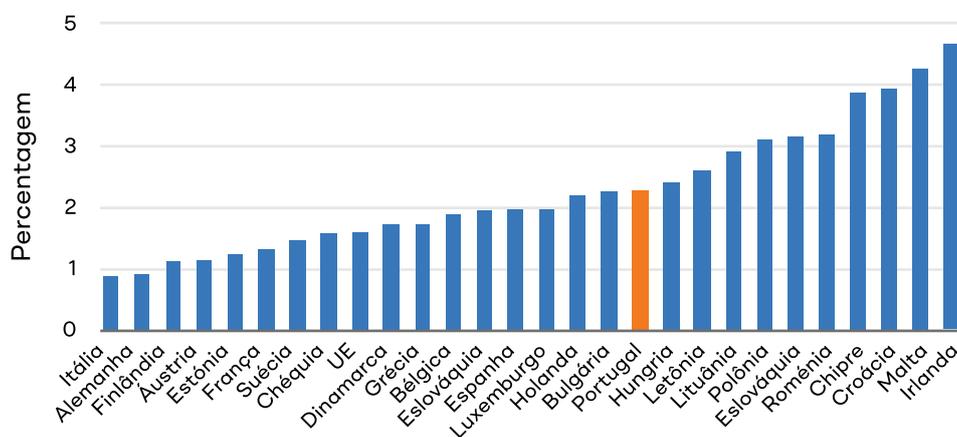
Gráfico 1: Crescimento do PIB Real 2021-2027



Fonte: Eurostat e projeções do Conselho de Finanças Públicas

O gráfico 1 mostra que a economia portuguesa não consegue crescer, de forma sustentada e prolongada no tempo, acima de 2%. Essa “barreira” resulta de um baixo crescimento do PIB potencial, que desde 2013 se tem mantido em torno de 1,5% - 2% ao ano. O gráfico 2 mostra, para 2023, como Portugal tem um dos crescimentos do PIB potencial mais baixos dos países da Coesão, espelho de um baixo crescimento da produtividade.

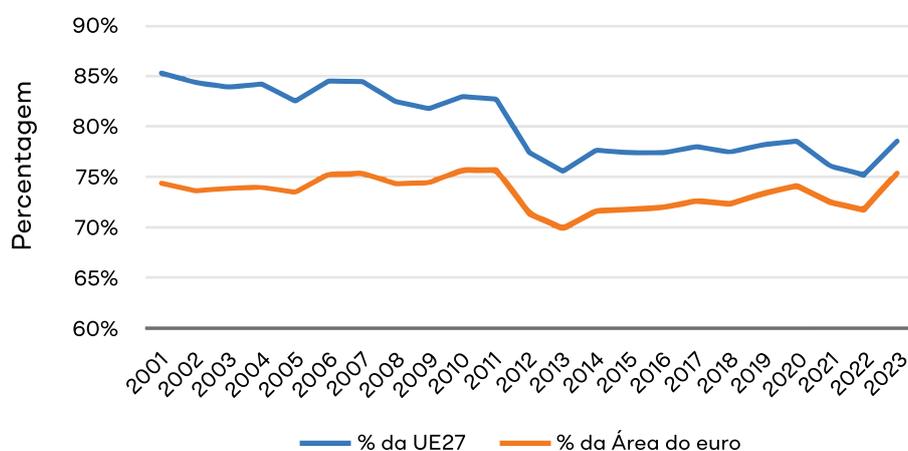
Gráfico 2: Crescimento do PIB potencial



Fonte: Ameco e Conselho de Finanças Públicas

O PIB *per capita* em paridade de poder de compra praticamente não convergiu com a média da área do euro (Gráfico 3), o que significa que não nos aproximamos do pelo-tão da frente da UE, e apresenta uma fortíssima divergência com os países da Coesão. Portugal é sucessivamente ultrapassado pelos países da Coesão, caminhando para a cauda da Europa. Desde 2000, houve seis países da Coesão que nos ultrapassaram nesta medida. Em 2024, segundo as previsões da Comissão Europeia, a Roménia deverá ultrapassar-nos.

Gráfico 3: PIB per capita em paridade de poder de compra em Portugal



Fonte: Eurostat

As perspetivas económicas para os próximos anos (ver Tabela 1, com base nas previsões do Conselho de Finanças Pública até 2037 e que, naturalmente, devem ser consideradas com a cautela exigida a projeções de longo prazo), apresentam a continuação da situação atrás descrita, com um baixo nível de crescimento económico. A partir de 2026, a economia crescerá, em média, em torno de 1% até 2032. Após esse período, o crescimento económico anual médio até 2037 cifra-se em apenas 0,7%. Tal resulta de crescimentos medíocres da produtividade durante todo o período 2023-2037.

Tabela 1: Enquadramento Macroeconómico 2023-2037

Taxa de variação anual média exceto onde indicado	2023-27	2028-32	2033-37	2023-2037
Indicadores macroeconómicos				
PIB real	1,8	1,1	0,7	1,2
Produtividade total dos fatores (p.p.)	1,3	0,9	0,6	0,9
Capital (p.p.)	0,3	0,5	0,4	
Trabalho (p.p.)	0,2	-0,2	-0,3	-0,1
Deflador do PIB	3,4	2,0	2,0	2,5
IHPC	3,0	2,0	2,0	2,3
<i>Rácios do investimento:</i>				
Bruto (% PIB)	19,2	20,0	19,8	19,7
Líquido de depreciação (% stock de capital)	1,0	1,3	1,1	1,1
Intensidade do capital	0,7	1,6	1,6	1,3
Produto potencial	2,0	1,2	0,7	1,3
Mercado de trabalho				
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,2	5,9	6,6	6,3
Emprego	0,3	-0,3	-0,5	-0,2
Taxa de participação (% pop., 15-89 anos)	60,9	60,9	60,9	60,9
Produtividade aparente do trabalho	1,5	1,4	1,1	1,4
Remuneração média por trabalhador	5,2	3,5	3,1	3,9
Demografia				
População em idade ativa (15-89 anos)	0,0	-0,3	-0,3	-0,2

Fonte: CPF e Projeções do Eurostat para população com idade entre 15 e 89 anos; taxa de variação anual média excepto onde indicado

Esta estagnação económica resulta de inúmeros fatores:

- **Uma afetação ineficiente de recursos pelo Estado**, em resultado de uma deficiente organização, controlo e incentivos;
- **Elevada carga fiscal associada ao trabalho e ao investimento, bem como um sistema fiscal instável, complexo**, sem consideração por princípios de tributação ótima, com elevados custos de cumprimento das obrigações, elevada morosidade no contencioso e litígio fiscal, gerando incerteza e enormes distorções nas decisões de famílias e empresas; proliferação de taxas;
- **Serviços públicos pouco eficientes**, que não estão orientados para responder eficazmente às necessidades de famílias e empresas; colapso operacional do Estado em diversos setores;
- **Elevados níveis de corrupção, fragilidade das instituições e cultura de informalidade na governação** e nas relações com o poder;
- **Custos de contexto elevados, burocracia excessiva, regulação desajustada**;
- **Pouca concorrência em diversos setores, com elevadas barreiras à entrada e à saída**, que alimentam um grande número de empresas *zombie*;
- **Sistema de Justiça complexo, oneroso, moroso e pouco eficiente**, com baixo recurso a mecanismos de arbitragem;
- **Rigidez e segmentação do mercado de trabalho, com elevada taxa de desemprego jovem**;
- **Um sistema de apoios sociais que prejudica fortemente os trabalhadores de menores rendimentos** desincentivando-os a aumentar os seus rendimentos e qualificações;
- **Baixo nível de inovação, de investigação e desenvolvimento (I&D)** e de ligação entre as Universidades/Politécnicos e as empresas, em conjunto com o subdesenvolvimento de formas de financiamento alternativas ao financiamento bancário;
- **Má afetação de Fundos Europeus**, privilegiando a pulverização dos apoios e a substituição de despesa corrente no Estado;
- **Desincentivos ao crescimento empresarial**, resultando numa elevada proporção de empresas pequenas, descapitalizadas, sem capacidade de exportação e de internacionalização;

- **Escassez de Capital humano qualificado em diversos setores**, agravado pelo elevado fluxo de emigração jovem qualificada e deficiente adequação entre a formação escolar e as necessidades do mercado de trabalho;
- **Desvalorização da família** resultando na manutenção de perspetivas demográficas muito preocupantes, com baixa natalidade e emigração de jovens qualificados.

Todos estes fatores concorrem para significativas distorções na afetação de recursos, para uma economia inflexível e pouco concorrencial, que se repercute em várias dimensões: estagnação dos rendimentos e dos salários (e salários dos mais baixos no contexto Europeu); um Estado que oferece cada vez piores serviços públicos; a perpetuação da pobreza efetiva e do risco de pobreza; uma quebra acentuada da natalidade com a redução da população nascida em Portugal; uma tendência para o aumento do endividamento (não apenas público, mas também das empresas e famílias – traduzido em endividamento externo).

Também em resultado destes fatores, **a sociedade portuguesa está economicamente e socialmente partida**: entre jovens e menos jovens; entre quem tem proteção no emprego e quem não tem proteção alguma; entre quem tem acesso e escolha nos serviços privados, na saúde, na educação, no apoio legal e outros, e quem não consegue ter acesso e não tem escolha alguma; entre quem tem uma casa ou uma renda reduzida e quem já dificilmente consegue arrendar ou comprar uma casa; entre quem fica em Portugal e quem desiste de Portugal. Este Portugal partido, sem igualdade de oportunidades, com imobilidade social e desesperança, corrói-nos e traduz-se na perceção de que falhámos enquanto comunidade.

III. Programa de Reformas Económicas da AD

Os maus resultados dos últimos oito anos de governação socialista tornam urgente repensar as políticas públicas de forma profunda e propor uma agenda transformadora da economia. A política económica da AD tem de ser substancialmente diferente da seguida nestes 25 anos. Não pode ser uma política de emergência financeira – como a que teve de ser seguida pelos governos PSD/CDS-PP de Durão Barroso e Passos Coelho, – nem pode ser uma política financeiramente insustentável, como a adotada pelos governos de José Sócrates, nem ainda uma política imobilista e puramente redistributiva, sem reformas estruturais de António Guterres e António Costa, com este último inclusive revertendo algumas reformas desenvolvidas pelo Governo PSD/CDS de Passos Coelho. Não se podem esperar resultados diferentes com as mesmas políticas, ou com alterações marginais das mesmas políticas.

Temos de tirar Portugal do caminho que fez nos últimos anos, de empobrecimento relativo e em rota para ser o país mais pobre da Europa em termos de PIB *per capita*. A experiência portuguesa na década que se iniciou em 1985 e vários casos europeus no presente demonstram que é possível alcançar muito mais, desde que o país e o Governo queiram e façam por isso. Portugal pode conseguir muito mais, desde que haja visão, ambição, coragem e capacidade de reformar e implementar políticas diferentes.

O nosso destino está nas nossas mãos. Estamos num mundo globalizado e interdependente, e somos uma economia aberta, relativamente pequena, com recursos e vantagens competitivas limitados e algumas heranças pesadas. No passado, já fomos capazes de alcançar elevados níveis de desenvolvimento e muitos nestas mesmas condições crescem e prosperam mais do que nós. É possível consegui-lo também hoje. Tal depende principalmente das nossas escolhas, da nossa ambição e da nossa capacidade reformista.

Portugal tem potencial e vantagens competitivas: de localização geoestratégica, segurança, relativa coesão social, língua, integração europeia, posição nas relações internacionais (incluindo laços lusófonos e transatlânticos), estabilidade e credibilidade na gestão financeira pública recuperada a partir de 2011, capacidade empresarial instalada em muitos setores, capacidade formativa e de inovação de grande qualidade em algumas áreas, alguns recursos naturais e culturais com elevado potencial, recursos humanos muito competitivos em contexto adequado, e dimensão e centralidade territorial marítima.

Infelizmente, a história deste século e, em particular, destes **últimos 8 anos de governação socialista, é de uma oportunidade perdida.** Desde logo, por um lamentável desperdício daquele potencial e vantagens competitivas. Depois, por uma incapacidade de, além da propaganda, aproveitar as oportunidades trazidas por fenómenos globais de relocalização das cadeias de produção (*nearshoring*), transição energética e digital, bem como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e os restantes Fundos Europeus.

Em particular, a governação socialista desperdiçou a conjuntura económica externa mais favorável de qualquer Governo desde a estabilização da nossa democracia, as possibilidades abertas pelo ciclo reformista do último Governo do PSD/CDS-PP (preservação das instituições, recuperação financeira do Estado, banca e sector privado, abertura da economia e início da recuperação económica e do emprego), o enorme estímulo monetário e financeiro do BCE e um conjunto de Fundos Europeus recebidos, sem precedente histórico.

Portugal não tem de estar condenado ao imobilismo e ao desperdício de oportunidades históricas.

Portugal pode e deve adotar as medidas reformistas necessárias para atingir outros patamares de crescimento e prosperidade e, por outro lado, para ficar muito mais bem preparado do que em crises anteriores para suportar choques económicos externos, de modo a proteger todos e, sobretudo, os mais vulneráveis, reforçando a resiliência da economia e do sistema de proteção social.

Não podemos mais adiar a adoção de um programa económico que promova mudanças profundas e adote políticas públicas reformistas e realistas.

A Visão da AD coloca o foco na criação de riqueza de forma sustentável, que seja geradora de melhores empregos e salários, com menor carga fiscal, menor peso do Estado, e com melhores prestações sociais e serviços públicos, diminuindo desigualdades e fomentando a mobilidade social.

Esta Visão é sustentada nas seguintes **10 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS:**

- 1. Ampliar as condições de efetiva liberdade económica**, para alcançar uma economia mais flexível, mais concorrencial, com menos impostos e menores distorções. As restrições à liberdade económica e incentivos específicos são aceitáveis desde que adequadamente justificadas com base na análise de externalidades e outras fontes geradoras de falhas de mercado;
- 2. Aumento da produtividade assente na melhoria contínua do capital humano**, como condição da melhoria da competitividade da economia portuguesa e do seu crescimento sustentável;
- 3. Assegurar níveis de proteção social robustos**, principalmente para os mais desfavorecidos, e com incentivos adequados;
- 4. Garantir os mecanismos de mobilidade social**, assegurando a igualdade de oportunidades assente na efetiva igualdade no acesso a Educação de qualidade;
- 5. Criação de condições para atração de investimento privado** (nacional e estrangeiro em setores reprodutivos) e para o aumento das exportações de maior valor acrescentado;
- 6. Garantir a prioridade da sustentabilidade ambiental, social, económica e financeira** de uma economia que participa nas transições ambiental, energética e digital;
- 7. Assegurar que a economia portuguesa caminha para a fronteira da inovação** e da criação de riqueza;
- 8. Perspetivar uma economia social de mercado**, que aceita a complementaridade entre ofertas pública, privada e social, sem promover substituições forçadas, e acau-

telando falhas, quer de mercado, quer de intervenção pública, de modo a maximizar os retornos em termos de bem-estar social, incluindo pelo efetivo acesso à saúde, incluindo saúde mental;

- 9. Gestão de recursos pelo Estado de forma eficiente e olhando a incentivos, desburocratizado, descentralizado e com responsabilização dos seus agentes,** colocando o foco nas pessoas que são servidas e na acessibilidade e qualidade dos serviços que lhes são prestados, e não no aparelho que as serve ou no modo concreto de provisão;
- 10. Responsabilidade e sustentabilidade orçamental,** assente numa consolidação orçamental estrutural (ao contrário do que foi feito entre 2015 e 2019 e entre 2022 e 2024, que foi meramente conjuntural) que permita melhores serviços públicos financiados por menos impostos e uma gestão prudente da dívida pública.

A Ambição, a Visão e as Orientações Estratégicas da AD materializam-se num Programa Económico de reformas estruturais da AD que se divide em 4 dimensões:

- 1. Reduzir impostos sobre o trabalho e o investimento;**
- 2. Apostar na iniciativa privada e na produtividade;**
- 3. Melhor Estado e combate à corrupção;**
- 4. Uma economia de futuro.**

1. Menos Impostos sobre as Famílias e sobre o Investimento

1.1. REFORMA PARA BAIXAR A CARGA FISCAL EM IRS E IRC E DAR PREVISIBILIDADE E ESTABILIDADE FISCAL

Agravou-se nos últimos anos uma política de forte tributação dos rendimentos do trabalho, consagrando um nível de progressividade muito significativo por esta via, a que corresponde uma desconsideração pelo esforço individual e pelo investimento em educação realizado, num contexto em que os níveis de rendimento sujeitos a brutais taxas de imposto são irrisórios quando comparados com os dos países europeus mais desenvolvidos, que concorrem pela atração dos nossos trabalhadores mais qualificados. O investimento (e a poupança) são também fortemente penalizados fiscalmente, afastando o sistema fiscal português de princípios elementares de tributação.

Adicionalmente, o sistema fiscal português apresenta uma complexidade e instabilidade extrema, fruto de um processo de acumulação, ao longo dos anos, de camadas de ajustamentos, alterações e exceções. Por outro lado, existe uma teia de obrigações declarativas, cujo cumprimento requer um grande consumo de recursos materiais e humanos e que, em muitos casos, não serve sequer o propósito de estimular o cumprimento voluntário e de auxiliar a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), no cruzamento de informação e na sua ação inspetiva. De acordo com um estudo da Tax Foundation, em 2019, em Portugal, cada empresa necessitava, em média, de 63 horas para cumprir as suas obrigações fiscais (24ª posição em 26 países). Em Espanha, no mesmo período, eram necessárias, em média, 33 horas (12ª posição) e na Irlanda, apenas 12 horas para idêntico efeito (2ª posição).

O Sistema Fiscal português promove, assim, um enorme desperdício de recursos produtivos, pela exacerbação dos custos de cumprimento, pelas oportunidades de erosão da base fiscal que proporciona, e por via dos enormes custos administrativos e de controlo que requer. Em conjunto com a desconsideração de princípios elementares de tributação, tal resulta em significativas distorções na afetação de recursos na economia, resultantes de alterações ineficientes nas decisões de trabalhar, de poupar, de investir e de expandir a atividade.

Fruto deste desempenho, o sistema fiscal português é, hoje, considerado o quarto pior em termos de competitividade entre os estados-membros da OCDE no 2023 International Tax Competitiveness Index elaborado pela Tax Foundation. Entre os 38 países da OCDE, Portugal ocupa a 34ª posição na ordenação global, a 37ª e penúltima posição no ranking da tributação das empresas e a 29ª posição na tributação dos indivíduos.

A Reforma Fiscal proposta pela AD pretende alterar este *status quo* e, em consonância com o objetivo de gestão mais eficiente da despesa pública, tem como objetivos centrais: **(a) a redução gradual e sustentável da carga fiscal**, com prioridade para a redução do IRS e em especial para os jovens até aos 35 anos, e sobre o investimento/poupança, e otimização (adicional) do Sistema Fiscal por via de uma reconfiguração que privilegie o alívio nos impostos mais distorcivos da atividade económica (b) **simplificação e redução dos custos de cumprimento das obrigações fiscais**, (c) **diminuição e racionalização da despesa fiscal** (benefícios fiscais), (d) **reforço da estabilidade e previsibilidade tributária** (e) **agilização da justiça tributária**, (f) **aperfeiçoamento da administração tributária** na sua organização e equilíbrio na relação com os contribuintes.

a. A redução da carga fiscal é uma prioridade assumida, devendo ser implementada de modo gradual e sustentável. O esforço de redução de impostos será **concentrado no IRS**, especialmente sobre o trabalho, pensões e poupança e **no IRC**, especialmente sobre o investimento. Além do efeito da redução fiscal na aceleração do crescimento económico (que, por um princípio de prudência, não deve ser sobrevalorizado), a sustentabilidade orçamental desta redução de impostos é reforçada pela racionalização dos benefícios fiscais dispersos, numa ótica de ampliação das bases tributárias. Assim, incluem-se nesta orientação as seguintes medidas:

- **Redução do IRS até ao 8.º escalão**, através da redução de taxas marginais entre 0,5 e até 3 pontos percentuais face a 2023, com maior enfoque na classe média;
- **Isenção de contribuições e impostos sobre prémios de desempenho** até ao limite equivalente a um vencimento mensal;
- **Adoção do IRS Jovem** de forma duradoura e estrutural, que implica uma redução de 2/3 nas taxas atualmente aplicáveis, com uma taxa máxima de apenas 15%, aplicadas a todos os jovens até aos 35 anos, com exceção do último escalão de rendimentos;
- Tornar obrigatória a **atualização dos escalões e das tabelas de retenção de IRS em linha com a inflação e com o crescimento da produtividade**, evitando os vários agravamentos de IRS encapotados realizados pelo Governo socialista nos últimos anos;

- **Aperfeiçoar, com realismo e justiça social, a progressividade e coerência do IRS**, designadamente através de:
 - **Revisão dos limiares dos escalões de IRS** de forma a garantir que os mesmos se encontram adaptados à realidade da economia portuguesa;
 - Introdução de uma **noção sintética e abrangente de rendimento** sujeito a IRS, que corrija as injustiças e sub-tributações resultantes da atual definição limitativa de rendimentos sujeitos a IRS, que permita um maior desagramento das taxas marginais;
 - Criação de um **imposto negativo para beneficiar as famílias de menores rendimentos**, consagrado num designado Suplemento Remunerativo Solidário (ver Reforma dos Apoios Sociais), em plena articulação com o mínimo de existência do IRS, e financiado pela consolidação nesta prestação da miríade de apoios sociais dispersos.
- **Criação de contas-poupança isenta de impostos**, adotando um regime em que certo nível de contribuições dos trabalhadores e das suas entidades empregadoras sejam livres de IRS, salvo se e quando forem distribuídas, pagas ou, de qualquer forma, apropriadas pelos respetivos titulares. Tal passa pela introdução de contas poupança com possibilidade de acesso a grande diversidade de instrumentos, com eventuais limites à entrada, inspirada no modelo de ISA *accounts* no Reino Unido ou nas contas 401K nos Estados Unidos. As contribuições e reinvestimentos destes proveitos não são tributados, incluindo se forem utilizados para amortização de crédito à habitação que onere a casa de morada de família. Poderá ponderar-se tratamento semelhante aos rendimentos prediais e de capitais (aplicando-se, assim, o princípio de que, se reinvestidos, continuam a não ser tributados);
- **Redução das taxas de IRC**, começando com a redução gradual de 2 pontos percentuais por ano até aos 15% no final da Legislatura. Esta redução deverá acompanhar a transposição para a ordem jurídica nacional dos trabalhos em curso, ao nível da OCDE e da UE, relativas à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União, que se destina a assegurar a tributação efetiva dos lucros a uma taxa de 15%. Por outro lado, verifica-se que a imposição de estruturas progressivas de taxas está associada a fenómenos de fragmentação do lucro por estruturas multi-societárias, com impactos na escala dos negócios e na dimensão das empresas. A derrama municipal e a sua distribuição por município têm escassa eficácia e produzem efeitos perniciosos na eficiência e transparência. Deve, assim, caminhar-se no sentido de eliminar, de forma gradual, a progressividade da derrama estadual, e de eliminar a derrama municipal em sede de IRC;

- **Medidas promotoras do (re)investimento e de ganhos de escala:**
 - Eliminação de constrangimentos à realização de reorganizações societárias e de benefícios em função da dimensão, através do aperfeiçoamento de clarificação do regime legal e fiscal aplicável às reorganizações empresariais. No caso de cisões e/ou reorganizações empresariais, evitando que o tratamento dos benefícios fiscais nas empresas resultantes seja um incentivo à inação. Revisão dos custos fiscais associados a operações de aquisição e/ou fusão;
 - Revisão dos limites quantitativos ao reporte de prejuízos, e expansão das possibilidades de dedução total (sob a forma de custos) dos investimentos realizados, de modo a atenuar a tributação implícita sobre o reinvestimento empresarial;
 - Criação do regime de Grupos de IVA que permita a consolidação das obrigações de IVA no contexto de um Grupo de sociedades;
 - Eliminar as medidas que prejudicam o financiamento das empresas portuguesas.
- **Rever o regime geral das taxas que possa disciplinar e reduzir a criação de taxas pelas várias entidades das administrações públicas** (segundo alguns cálculos serão cerca de 4.300 as taxas atualmente existentes);
- Fixar as diretrizes para uma política fiscal internacional ajustada às opções de política fiscal de Portugal, em especial no que diz respeito à renegociação dos tratados para eliminar a dupla tributação mais relevantes e à celebração de novos convénios para eliminar a dupla tributação com parceiros-chave (por exemplo, Austrália, Singapura, Nova Zelândia).
- b. Simplificação e redução dos custos de cumprimento das obrigações** declarativas, passando pela simplificação e racionalização das plataformas informáticas ao serviço da AT, em especial, as interfaces existentes no “Portal das Finanças”, a racionalização e redução da atitude litigante da AT, a promoção do cumprimento voluntário das obrigações fiscais e a implementação de estratégias dirigidas a estimular a colaboração entre a AT e os contribuintes, sejam estes pessoas individuais ou coletivas;
- c. Forte Simplificação fiscal**, eliminando exceções, regimes especiais e incentivos fiscais dispersos (em particular os que dependem de condições não observáveis ou in verificáveis) em todos os códigos tributários, reduzindo assim a ineficiência e complexidade, diminuindo também os custos de cumprimento das obrigações fiscais pelos agentes económicos, e melhorando a justiça redistributiva;

- d. Reforço da Estabilidade tributária** (para impedir uma mini reforma fiscal a cada orçamento) e **garantir a previsibilidade no pagamento de impostos;**
- e. Reformular a justiça tributária**, com o intuito de reduzir drasticamente a litigância e as pendências em todos os tribunais tributários. Assim, propõe-se, em particular:
- Aumentar a eficiência dos tribunais tributários, em termos humanos e materiais, de forma a reduzir as pendências judiciais em matéria tributária;
 - A instalação de duas grandes câmaras tributárias para a decisão de processos de valor igual ou superior a 1 milhão de euros, dotando estes tribunais dos meios humanos e materiais necessários a uma boa e atempada decisão destas causas;
 - Numa primeira fase, aumentar o limiar de vinculação da arbitragem tributária, bem como um levantamento dos entraves processuais ao recurso à arbitragem fiscal;
 - Ponderar a criação de formas de processo simplificadas para a resolução de casos de menor valor;
 - Reforçar a celeridade e a eficácia dos pedidos de informação vinculativa, em particular os urgentes, eliminando a necessidade de justificar o carácter de urgência, bem como a possibilidade de escusa absoluta da AT em que estes pedidos tramitem sob a forma urgente.
- f. Reforma da AT, para reforçar equilíbrio da relação com os contribuintes**, a adequação dos sistemas de incentivos atuais (que poderão contribuir para a litigância), a articulação com a administração da segurança social, e o estímulo ao cumprimento voluntário:
- Reforçar a independência da AT face ao Governo, através da transformação da AT numa Agência Tributária Independente;
 - Reforçar o combate à fraude e evasão fiscais, assegurando, ao mesmo tempo, maiores níveis de equidade fiscal e garantindo sempre os direitos dos contribuintes. Funcionalizar a utilização das tecnologias mais avançadas na gestão, em particular inteligência artificial, de um programa de combate à fraude e evasão fiscais, sem comprometer as garantias constitucionais dos contribuintes;
 - Implementação de um sistema de controlo do cumprimento tempestivo das decisões judiciais por parte da AT e de devolução célere dos impostos pagos que tenham sido anulados por decisões administrativas ou judiciais, e divulgação/publicação de forma autonomizada dos valores pagos anualmente em juros de mora agravados.

1.2. REFORMA DOS APOIOS SOCIAIS E DA GESTÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

É objetivo da AD caminharmos para um sistema de **Segurança Social que seja uma forte rede de segurança**, caracterizada por clareza, previsibilidade e sustentabilidade em relação às contribuições e aos benefícios, que não perpetue a pobreza, nem represente um desincentivo ao trabalho e à valorização profissional, nem impeça ou limite o envelhecimento ativo, com estabilidade e em segurança.

Relativamente ao sistema de pensões, cuja sustentabilidade tem sido questionada, importa evitar a recorrência de debates públicos baseados em mistificações e **promover uma discussão esclarecida e serena, num contexto de estabilidade e previsibilidade das regras, contribuições e benefícios, durante a atual legislatura.**

A AD assume que as alterações estruturais demográficas na população portuguesa (envelhecimento, prolongamento da esperança de vida, baixa natalidade, alongamento do ensino obrigatório e aumento da frequência do ensino superior) e na economia e atividade produtiva colocam sérios desafios ao sistema de pensões, que o país deve enfrentar.

É necessária, porém, a existência de condições de debate e discussão racional, pelo que a AD assume que a legislatura iniciada em 2024 deve ser dedicada ao Estudo, com Análise e Discussão dos Desafios e Respostas para a Segurança Social, o qual deve ser o mais amplo possível, participado pela sociedade e por personalidades e instituições independentes, sereno, baseado em factos, e dirigido à construção de soluções que funcionem, preservem a sustentabilidade num quadro de equidade-intergeracional. O Estudo, com análise e eventual proposta de caminhos e soluções, deve permitir a sua adoção e implementação na legislatura seguinte.

Durante a presente legislativa, a AD considera crítico, por não poder esperar, que a Segurança social dê uma resposta mais efetiva às situações economicamente mais frágeis, contribuindo decisivamente para retirar os portugueses com menores rendimentos da pobreza, tanto reformados como trabalhadores. Assim, a AD propõe o reforço do Complemento Solidário para Idosos e a criação do Suplemento Remunerativo Solidário.

O NOVO SUPLEMENTO REMUNERATIVO SOLIDÁRIO PARA COMBATER A POBREZA ENTRE TRABALHADORES

O sistema de Proteção Social deve estar focado em proporcionar uma efetiva proteção a quem está mais vulnerável, promovendo o seu emprego e a sua valorização profissional. Existe em Portugal uma armadilha de pobreza. A multiplicidade de compo-

nentes do regime de segurança social e dos Apoios sociais, e a complexidade das suas regras, dificulta o seu acesso ao cidadão mais vulnerável, e a previsibilidade do apoio público quando esta é mais necessária.

As regras de retirada dos apoios sociais ignoram os riscos inerentes à entrada no mercado de trabalho, colocando o trabalhador no dilema de participar no mercado e perder apoios sociais, ou manter-se na inatividade. Este impacto pernicioso na participação no mercado e na valorização profissional tem de ser corrigido com vista a incentivar o trabalho e a assegurar a justiça social. Por princípio, quem participa no mercado de trabalho não deve ter rendimentos inferiores ao apoio público que teria se tivesse ficado inativo.

Hoje, quem tenha rendimentos baixos vê-lhe retirados diversos apoios sociais de forma repentina, caso ultrapasse em um euro determinados níveis de rendimento. Tal sucede porque os valores de inúmeros apoios sociais são indexados a escalões de rendimentos, por vezes definidos de forma ligeiramente diferente.

Na transição entre escalões ocorre uma substancial perda de apoios, ou até mesmo a sua retirada total, o que resulta numa barreira efetiva a que estes trabalhadores procurem aumentar os seus rendimentos do trabalho ou se valorizem profissionalmente. São retirados sem exceções nem contemplações abonos de família, a ação social escolar, a isenção de taxas moderadoras na saúde, a tarifa social de eletricidade, a tarifa social de gás, a isenção de pagamento (ou a passagem para outro escalão) em escolas em regime de IPSS (pré-escolar). Torna-se desta forma indesejável ser promovido ou procurar um emprego melhor.

Para resolver esta situação, a AD propõe **a criação de um Suplemento Remunerativo Solidário** com as seguintes características:

- Simplificação do atual sistema pulverizado de apoios sociais através da sua agregação económica;
- Atribui a cada agregado familiar:
 - o valor das prestações sociais atualmente recebidas pelo agregado familiar;
 - um suplemento que garante que o aumento do rendimento do trabalho não conduz a uma perda de rendimento disponível.

Elimina-se desta forma o absurdo sistema de escalões e descontinuidades, **resultando num sistema de subsídio ao trabalho até determinado nível de rendimento**, e taxas marginais de imposto relativamente baixas na fase de eliminação (gradual) do apoio,

que garante um impulso nos rendimentos, que deverá ser crescente com o número de dependentes, para os trabalhadores que auferem baixos rendimentos, promovendo a sua integração e permanência no mercado de trabalho e mitigando o risco associado aos seus rendimentos no contexto do mercado de trabalho.

As famílias passam a receber uma transferência do Estado, que deverá ser antecipada mensalmente, através, por exemplo, da introdução de taxas de retenção negativas de IRS para os rendimentos mais baixos.

O REFORÇO DO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS PARA COMBATER A POBREZA EM IDADES MAIS AVANÇADAS

Em 2022, cerca de 1,5 milhões de pensões têm um valor inferior ao salário mínimo, com uma pensão mínima mensal de cerca de 292€. O regime atual do Complemento Solidário para Idosos (CSI), reconhecendo a grande fragilidade de quem sem mais rendimento ou parco património recebe estes valores ou próximos, pouco faz para retirar estes reformados da pobreza. O CSI atribui um reforço de rendimentos médio de apenas 144€, garantindo um valor de cerca de 489€ a 135 mil reformados.

A AD considera não ser possível, sem mais rendimentos ou património, evitar a pobreza com este fraco apoio, e assim compromete-se a reforçar o Complemento Solidário para idosos, numa trajetória que garanta que os reformados em situações mais vulneráveis recebem um apoio efetivo da Segurança Social para viverem com dignidade. O reforço do Complemento Solidário para Idosos tem as seguintes características:

- Define-se uma trajetória de reforço do valor de referência do CSI para que em 2028 todos os reformados em situações de maior fragilidade tenham um valor de referência garantido de 820€;
- Ajusta-se a condição de recursos de acesso do CSI em linha com a atualização do valor de referência.

REFORMA DA GESTÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

- **Reforma da máquina administrativa da Segurança Social, que merece profunda modernização e transformação, de modo a gerir eficientemente todo o sistema de benefícios sociais, permitindo, por exemplo, a adequada contabilização de todos os apoios dispersos (incluindo em espécie) e a criação de contas individuais,** que registem todos os movimentos e direitos relativos às medidas relacionadas com o mercado de trabalho e aos direitos constituídos em termos de pensão de reforma. É

fundamental um salto tecnológico, nomeadamente nas tarefas de recolha, agregação e tratamento de informação e dados pela Segurança Social;

- **No plano organizacional, deve ser ponderada a aproximação ao modelo, sistema de incentivos e capacidade técnica operacional da Autoridade Tributária, com maior interconexão entre ambas ou até a sua fusão;** neste caso, com segregação interna;
- É necessário melhorar a relação com as Instituições Sociais (IPSS, Misericórdias, Mutualidades, entre outras) e privados com equipamentos sociais, que deve seguir um modelo contratualizado (em linha com os princípios preconizados nas Reformas do Estado), com fiscalização eficaz e garantia de provisão dos serviços em condições dignas e humanizantes;
- Importa melhorar o papel da gestão de ativos, seja preparando a Segurança Social pública para gerir fundos de capitalização de adesão voluntária, em competição com o setor privado e mutualista.

2. Apostar na Iniciativa Privada e na Produtividade

2.1. MAIS CONCORRÊNCIA, MENOS BUROCRACIA, MENORES CUSTOS DE CONTEXTO:

Um mercado de bens e serviços mais concorrencial e dinâmico é fundamental para proporcionar a consumidores e empresas maior qualidade a preços mais baixos. A AD pugnará por esta visão, num contexto em que há evidência abundante de limitações à concorrência e à livre entrada em diversos setores (incluindo profissões), rendas excessivas e incapacidade dos Reguladores. A complexidade regulatória é vasta, persistindo uma enorme incerteza na aplicação da regulação e na aprovação de projetos industriais, comerciais, agrícolas ou urbanísticos.

O ambiente de negócios em Portugal degradou-se nos últimos anos. Portugal passou de 24ª economia mundial com melhor ambiente de negócios para as empresas em 2015 para 39ª em 2023 (Doing Business, Banco Mundial). Para inverter esta degradação é importante que haja uma avaliação regular dos efeitos da legislação sobre a atividade das empresas, a simplificação da burocracia e o reforço da concorrência no mercado nacional.

MEDIDAS TENDENTES A ELIMINAR BARREIRAS E CONSTRANGIMENTOS À ATIVIDADE ECONÓMICA

- **Proceder ao levantamento e subsequente eliminação ou redução significativa das barreiras e constrangimentos à atividade económica** com o apoio das associações setoriais. Priorizar setores já identificados como colocando maiores barreiras à entrada e à concorrência como sejam os Transportes (incluindo ferrovia), Energia e Comunicações;
- **Promover a simplificação geral dos processos administrativos e licenciamentos nas diferentes áreas para os cidadãos e empresas.** Fazer avaliações regulares da execução dos mecanismos de simplificação de licenciamento existentes (por exemplo licenciamento urbanístico) e futuros;

- Imposição de “sunset clauses” às regras de licenciamento, ou seja, as regras/exigências burocráticas expiram no final de determinado prazo ou na ausência de uma clarificação relativa a um processo (necessidade de mapeamento público e claro do workflow dos processos administrativos e digitalização integral dos processos);
- **Aplicação de princípios de “only once”, proibindo entidades públicas de solicitarem documentos e informações que estão na posse de outras entidades públicas;**
- **Evoluir para uma orientação geral de substituição do controlo prévio por fiscalização a posteriori.** Nos regimes de controlo prévio, impor o deferimento tácito como regra geral, sustentado em termos de responsabilidade dos autores dos projetos, mas sem prescindir da responsabilização pública pelo silêncio ou omissão de análise;
- **Criação de incentivos ao “aconselhamento para a aprovação”** (em vez da atitude de “rejeição à partida” por receios de responsabilização por ilegalidade);
- **Consagrar o Ponto único de entrada para licenciamentos complexos** (em vez de submissão a múltiplas entidades).

Reforço da Regulação Económica Independente (da concorrência e setorial), designadamente através de:

- **Robustecimento da independência das Entidades Reguladoras por:**
 - Alteração das regras de designação para os órgãos de administração das entidades reguladoras envolvendo:
 - Procedimento concursal internacional, potencialmente prevendo a nomeação de pelo menos um membro que seja cidadão estrangeiro não residente em Portugal (à imagem do que já sucede no CFP);
 - Designação final pelo Presidente da República, sob proposta do Governo, com audição prévia na Assembleia da República;
 - Requisitos robustos de conflitos de interesse, incluído período de nojo prévio à nomeação no qual os nomeados não podem ter desempenhado cargos de eleição ou nomeação política, incluindo em Governo (membros ou gabinetes de apoio), Parlamento e órgãos de direção dos partidos políticos.
 - Garantia da efetiva independência orgânica, funcional, técnica e financeira das entidades reguladoras, designadamente excluindo condicionamentos políticos como cativações orçamentais ou interferências nas políticas de recursos humanos;

- Reforço do regime de receitas próprias dos Reguladores e da sua autonomia financeira e administrativa;
- Obrigatoriedade de formação dos membros da administração das entidades reguladoras em áreas como, por exemplo, a gestão de projetos e comunicação.
- Reforço da prestação de contas (*accountability*) e da avaliação e monitorização da atividade das Entidades Reguladoras e análise de Impacto regulatório (AIR), incluindo exigência de desenvolvimento de um barómetro de avaliação das entidades reguladoras, com indicadores agregados de medidas de independência, transparência, desempenho e governança; e obrigatoriedade de publicação, na página da internet de cada entidade reguladora, do plano de atividades, com nível e detalhe e objetivos que permitam a sua avaliação e do relatório de regulação;
- Garantia de uniformidade e especialização no controlo jurisdicional das entidades reguladoras, designadamente com:
 - Criação de um Regime Único de Contraordenações das Autoridades Reguladoras;
 - Atribuição de efetivos poderes de intervenção processual a todas as Autoridades Reguladoras;
 - Fortalecimento do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, com criação de quadros de assessores judiciais e assessores económicos, alargamento da jurisdição, ajustamento das regras de seleção dos respetivos magistrados judiciais para garantir efetiva especialização e exercício efetivo de funções, e implementação da base de dados das respetivas sentenças e decisões.
- Reforço e melhoria do envolvimento das partes interessadas nos procedimentos regulatórios, incluindo sistematização de mecanismos de participação e consulta, dever de fundamentação e resposta especificada às participações dos interessados, equalização da representação dos diferentes interesses, e transparência e prevenção da captura regulatória;
- Ampliação de competências e do âmbito de atuação dos reguladores às recentes exigências da regulação digital, inteligência artificial, cripto-ativos e ESG.

Evoluir ainda mais (não obstante as medidas recentes aprovadas por pressão europeia) na liberalização do acesso a profissões, impondo o princípio de inexistência de conflito de interesses nas entidades que regulam o acesso às profissões.

Libertar recursos financeiros das empresas que são retidos pelo Estado:

- Aplicação efetiva, aceleração e automatização da compensação de créditos tributários;
- Implementar, até ao final da legislatura, no âmbito de toda a Administração Pública, a Conta-Corrente de empresas com o Estado;
- Iniciar esforços junto da Comissão Europeia por forma a alargar o regime de IVA de Caixa existente dos atuais 500 mil € de faturação para 2 milhões (máximo permitido pela Diretiva, sujeito a autorização da Comissão Europeia);
- Eliminar Pagamentos em Atraso do Estado às Empresas Fornecedoras de bens e serviços, implementando modelos de pagamento compulsório de faturas em certo prazo; Garantir nas entidades públicas pagamento a 30 dias.

Consagração da IES (reformulada) como meio privilegiado para o fornecimento de toda a informação para fins estatísticos e fiscais pelas empresas.

Apostar na **promoção da Concorrência no Setor bancário**, que passa pelo estudo criterioso e implementação de: restrições ao *bundling* de produtos (ou a penalizações no *spread* do Crédito a Empresas e Crédito à Habitação por não contratação de seguros e outros produtos; revisão dos seguros obrigatórios); promoção de acesso a fundos do mercado monetário e a dívida pública de forma simples, permitindo um acesso mais generalizado a instrumentos muito líquidos e concorrentes dos depósitos bancários.

Revogação de Medidas penalizadoras do Alojamento Local

Eliminar de imediato a Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local, a caducidade das licenças anteriores ao programa Mais Habitação, e revendo simultaneamente as limitações legais impostas pelo Governo socialista.

2.2. FINANCIAMENTO E CRESCIMENTO EMPRESARIAL

2.2.1. REFORMAS DO FINANCIAMENTO EMPRESARIAL E REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL

A participação no euro propiciou condições de financiamento nunca antes verificadas na economia portuguesa e resultou num significativo aumento do endividamento bancário das empresas. A concentração do financiamento empresarial sob a forma de crédito bancário encerra riscos e não é característica de economias na fronteira da inovação,

caracterizadas por empresas com projetos disruptivos, com risco, e em que os investidores exigem direitos de controlo.

Este paradigma contribui também para a dificuldade de as empresas crescerem, de se capitalizarem, de atingirem escala, dimensão, de se internacionalizarem, e de exportarem. Em contextos de aumentos de taxas de juro, contribui ainda para maior dificuldade no acesso a financiamento em todos os estágios de maturidade das empresas. O capital público não é suficiente para fazer face aos desafios que a economia atravessa, sendo necessário mobilizar investidores nacionais e estrangeiros de modo que apostem na economia portuguesa.

Em primeiro lugar, e em linha com o Reforço dos mecanismos fiscais de capitalização das empresas, é necessário avançar com:

- **Maior flexibilidade na aplicação e utilização dos diferentes instrumentos de apoio à capitalização e à recapitalização.** Eliminar/minimizar custos relativos a comissões, taxas, emolumentos, escrituras, etc;
- Apoiar o investimento em capital de risco, estudando a possibilidade de introduzir instrumentos como:
 - **Linha de coinvestimento para start-ups e capital de risco:** Criação de um fundo para investimento híbridos de capital (títulos convertíveis) disponíveis para fundos de capital de risco, aceleradoras, "business angels" e "corporate ventures" que pretendam reforçar o capital e assegurar uma almofada financeira para empresas em carteira, muitas vezes impossibilitadas de aceder ao crédito bancário em condições acessíveis;
 - e/ou a criação de um fundo de fundos, a ser implementado até ao final da legislatura, financiado com fundos do PT 2030, que possa adquirir unidades de participação em fundos de venture capital, sejam já existentes, sejam novos fundos, desde que demonstrem a capacidade de encontrar financiamento privado. O Fundo poderá ter por objetivo adquirir Unidades de Participação em fundos orientados para empresas em fase de *scale-up*.
- **Reforço dos fundos de capitalização das empresas:** Reforço/criação de fundos imobiliários em conjunto com os bancos e proprietários, de modo que as empresas possam financiar a sua atividade através da entrega e arrendamento dos seus imóveis, com um prazo de recompra;
- **Auditoria aos mais de 30 fundos de investimento e garantias geridos por entidades públicas** com especial destaque ao Fundo de Contra-Garantia Mútuo que, pela sua dimensão, representa um risco relevante para as contas públicas. Será dada priori-

dade à resolução de portfólios com mais de 10 anos de forma a identificar e resolver participações não-estratégicas do Estado. Esta abordagem assegura uma gestão responsável e eficaz dos fundos, promove a transparência e liberta recursos públicos para co-investir com investidores privados em novos projetos estratégicos;

- **Negociar com Comissão Europeia a eliminação da restrição das empresas detidas por capital de risco em serem consideradas como PME.** A lógica de grupo, nas empresas detidas por capital de risco, deve cingir-se à matéria fiscal das normas anti-abuso;
- Eliminação das restrições/obstáculos injustificados ao acesso das empresas ao mercado de capitais, incluindo entrada em bolsa;
- Eliminação das restrições/obstáculos injustificados a formas alternativas e inovadoras de financiamento (*fintech*, fundos de reestruturação, modelos de entrada de capital, quasi-capital etc.) preservando a segurança dos pequenos investidores.

Dada a importância do financiamento bancário nas empresas portuguesas, justificam-se ainda medidas nesta área:

- **Linha de partilha de risco para PMEs**, garantida pelo Estado Português e pela UE, através do reforço do programa InvestEU. Esta medida deverá facilitar o acesso das empresas a financiamento, num montante total de €10,000 milhões em empréstimos;
- **Garantias de Portefólio para PME's:** Criar uma linha de garantias de portefólio (em parceria com o BEI) para PME's sem restrições de elegibilidade quanto à natureza dos empréstimos. Contrariamente à atual linha, que é intermediada pela SPGM gerando atrasos nos processos de decisão, o processo de decisão desta garantia de portefólio seria delegado nos bancos, com elevados ganhos de eficiência;
- **Cooperação com o Grupo Banco Europeu de Investimento (BEI)**, permitindo a renovação e criação de novas parcerias para que as empresas Portuguesas e o próprio Estado beneficiem de uma maior fatia de recursos europeus geridos pelo BEI com condições de financiamento mais favoráveis e de mais longo prazo.

O Banco Português de Fomento (BPF) poderá transformar-se num instrumento fundamental na aplicação de Fundos Europeus e do BEI em Portugal:

- O seu balanço poderá ser reforçado (atendendo a uma análise custo-benefício) para acorrer a projetos estruturantes e com custos elevados e maturidades longas, onde o número de investidores interessados e com capacidade de financiamento é mais limitada;

- O BPF deve ser dotado de um modelo de governação sólido, que equilibre a necessidade de acomodar prioridades políticas na orientação estratégica, com total autonomia e independência na implementação dessas prioridades e capacitação técnica e financeira; é crucial assumir politicamente a necessidade de um investimento forte nos recursos do BPF; recursos humanos com elevada credibilidade, competência e experiência relevante, e recursos financeiros que garantam independência e capacidade operacional;
- Ponderar a abertura da estrutura acionista a bancos privados e bancos promocionais europeus, tais como o Grupo BEI, o KfW (Alemanha), o BPI (França), a CDP (Itália), ou o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa; esta medida aumentará os recursos disponíveis, induzirá uma dinâmica de escrutínio mais abrangente, trará maior independência na seleção do conselho de administração do BPF e permitirá capturar as melhores práticas das experiências internacionais de sucesso.

É evidente a **falta de escala das empresas nacionais**, para a qual concorrem inúmeras distorções regulamentares e fiscais. Assim, propõe-se, entre outras, medidas relativas à internacionalização e à atração de IDE (que por si pode trazer escala à economia nacional):

- **Em linha com os princípios de neutralidade fiscal relativos à concentração e fusão de empresas**, eliminação de disposições regulamentares, de acesso a apoios, etc. que incentivem as empresas a permanecerem pequenas.

2.2.2. REFORMAS PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Há, em Portugal, cerca de 50 mil empresas exportadoras (num total de 350 mil sociedades), mas pouco mais de 20 mil o fazem regularmente e com um volume significativo. Para as empresas dos sectores transacionáveis como a indústria, agricultura ou turismo, é fundamental ganharem dimensão e aumentarem a sua presença em novos mercados e conseguirem integrar-se em cadeias de valor global, contribuindo para a internacionalização da economia e para o crescimento da produtividade.

A aceleração da internacionalização da economia portuguesa e o crescimento da orientação das exportações das empresas para países com elevado crescimento, diversificando os mercados e os produtos e serviços transacionados, é chave na aceleração do crescimento económico. Para que o nível de vida dos portugueses alcance o dos restantes países desenvolvidos é necessário que as exportações atinjam a prazo um nível similar ao das nações desenvolvidas com uma dimensão similar à nossa.

A maior abertura da nossa economia ao exterior (quer no reforço da sua internacionalização, quer no aumento do peso das exportações no PIB, quer na maior atração de investimento externo estruturante, quer ainda no debelar dos custos de contexto que bloqueiam um crescimento sustentável) passa pela densificação de cadeias de valor nacionais e pela atração de parceiros e fornecedores especializados para integrar em propostas de valor robustas.

A atração de IDE é fundamental, devido ao elevado nível de endividamento das empresas e das famílias. O IDE, além do efeito direto no investimento, emprego e criação de valor, tem, por regra, dois efeitos adicionais: primeiro, permite à economia portuguesa entrar em novas cadeias de valor, desenvolvendo empresas a montante/jusante do projeto; segundo, permite criar escala, valor e competências nesses setores.

O IDE pode ser levado a cabo, na prática, por duas vias distintas, mas complementares: atuando de uma forma sobre a oferta do conjunto dos investidores potenciais, ou sobre a procura. O programa ativo de atração de IDE deve:

- incentivar as empresas já instaladas no nosso país a aumentarem a sua dimensão; terem um peso crescente na estrutura da cadeia de valor das empresas-mãe no quadro das suas opções de crescimento regional e global; e desenvolverem parcerias com empresas de raiz portuguesa com potencial de expansão;
- visar novas atividades e novos grupos empresariais ainda sem presença no nosso país em sectores de futuro. Adicionalmente, Portugal deve posicionar-se como uma "plataforma" de "expansão internacional" para investidores.

É preciso robustecer o papel da AICEP, dando-lhe uma abrangência territorial e setorial mais profunda, nomeadamente reforçando a rede de Lojas de exportação (atualmente existem 10), e promovendo a sua estreita colaboração com as Comunidades Intermunicipais. Noutro plano, é preciso reforçar os laços entre o AICEP e as Embaixadas portuguesas, e aproveitar a rede das câmaras de comércio e indústria portuguesas no mundo e o Conselho da Diáspora para apoiar a estratégia de internacionalização e de atração de investimento estrangeiro.

Ainda relativo à AICEP, é necessário organizar a revisão dos estatutos e a definição de um novo modelo de financiamento para dar sustentabilidade, estabilidade e previsibilidade à gestão da Agência bem como assegurar os recursos necessários à reorganização e reforço da sua Rede Externa e do Regime Contratual de Investimento sempre no sentido de a posicionar como um dos vetores centrais da política de dinamização da economia.

Relativamente ao papel da AICEP, a AD defende a aposta profunda e estruturada na diplomacia económica, nomeadamente através dos seguintes vetores:

- Reforçar determinantemente a Rede Externa da AICEP, possibilitando a cobertura de novos mercados, o reforço da espessura das suas equipas e orçamentos de promoção nos mercados prioritários e o aumento de analistas com especialização setorial na captação de investimento externo;
- **Criar na AICEP ainda mais Unidades Especializadas de captação de investimento direto estrangeiro**, com a missão de identificar a nível internacional empresas com planos de investimento passíveis de serem feitos em Portugal. Estas Unidades serão compostas por profissionais altamente qualificados, com competências específicas, em função do tipo de empresa a contactar, e autonomia para negociar as condições de entrada, dentro de um quadro pré-aprovado pelo Governo (modelo semelhante ao que permitiu a captação da Autoeuropa, entre outros investimentos relevantes para Portugal);
- **Reforçar a articulação entre AICEP e IAPMEI**, bem como outras instituições com impacto no desenvolvimento económico das empresas, para alinhar os vetores estratégicos. Em termos de estrutura orgânica, reforçar a tutela do Ministério da Economia, de modo a agilizar decisões e facilitar a convergência nos processos e prazos com impacto nas empresas. Reforçar a articulação próxima com o Turismo de Portugal, nomeadamente no que toca a missões e ações externas;
- Rever as técnicas de “screening” de mercados e de empresas com potencial para investir;
- Criar equipas de negociação dedicada a cada projeto, com experiência e conhecimento dos requisitos sectoriais e com valências úteis (sectoriais, financeiras, fiscais, logística);
- Definir objetivos diferenciados para as ações de captação de novo investimento das que visam aumentar a capitalização das empresas estrangeiras que já estão instaladas em Portugal.

Em matéria de internacionalização das empresas, a AD defende que **devem ser desenvolvidos ou reforçados um Programas de apoio à internacionalização das empresas Portuguesas, um Programa de apoio à concentração e fusão de empresas exportadoras, e os programas “Portugal sou Eu” e “Marca Portugal”**.

Em matéria de atração de IDE, a AD propõe:

- **Estudar um programa específico (com medidas fiscais e não-fiscais) para a captação de grandes projetos industriais e aproveitamento do movimento global de reorganização das cadeias de valor e *nearshoring*;**
- **Criação de um regime de “Validação prévia de Investimento”:** Neste programa, que visa atrair investimento privado, sobretudo IDE, deve ser criado um regime fiscal e de incentivos a vigorar por 10 anos. Este regime deve ser baseado em “templates” previamente preparados e uniformes de pedido e de decisão, assinados com cada empresa investidora. Deve inspirar-se nos conceitos de Acordos Prévios de Preços de Transferência e de Pedido de Informação Prévia Vinculativa (APA e PIV) e deve permitir alargar o campo de aplicação destes instrumentos no futuro, graças à experiência ganha com a sua aplicação prática.

2.2.3. REFORMA DO SISTEMA DOS FUNDOS EUROPEUS

Na Reforma do Sistema de Fundos Europeu da AD o Estado assume-se como parceiro das empresas na potenciação do investimento privado. Os Fundos Europeus terão o seu foco em projetos que permitam à economia dar um salto na criação de riqueza, que potenciem as vantagens competitivas nacionais e que elevem o Valor Acrescentado da Economia e das suas exportações, com critérios mais claros e uma aplicação transparente. Atualmente, o foco de alguns agentes é “caçar” financiamento entre os múltiplos programas e múltiplas entidades que gerem os fundos. A aplicação dos fundos é lenta e as decisões de investimento são adiadas em função desse atraso. A afetação dos recursos tende a privilegiar o número de pessoas ou empresas beneficiárias (quantidade) e não o mérito (qualidade) dos projetos. Além disso, uma parte significativa dos fundos (por exemplo, do PRR) é usada para financiar despesa corrente do Estado. Esta Reforma inclui as seguintes medidas:

- No âmbito da governação do PRR, corrigir as deficiências que têm sido identificadas pelos diferentes órgãos de supervisão, tais como a falta de capacidade para evitar o duplo financiamento e os conflitos de interesse;
- Reforçar os meios humanos e tecnológicos para poder acelerar o PT2030, cuja implementação está significativamente atrasada;
- Normalizar, racionalizar e estratificar a informação a prestar pelas empresas, solicitando cada estrato de informação em função da necessidade e depositando toda a informação numa plataforma única e acessível a todas as entidades públicas, em articulação com a reforma do Estado;

- Neste quadro, criar a noção de “gestor de cliente”, que pode ser digital, que permite a oportunidade de conexão rápida e ágil com plataformas de captação de investimento, via Banco Português de Fomento, *private equity* e financiamento pela banca comercial. Neste modelo, o “gestor de cliente” da empresa pode propor os fundos e quadros comunitários adequados ao crescimento da empresa;
- Otimizar a execução dos fundos comunitários, com enfoque no valor acrescentado, com máxima exigência na aprovação e total alinhamento com transformação de longo prazo da economia;
- Promover soluções de cedência gratuita de liquidez, que poderão envolver a banca comercial ou o BPF, para eliminação dos atrasos acumulados na disponibilização de fundos já aprovados;
- Dar prioridade à capacitação dos gestores, com programas formativos sugeridos, em parceria com as escolas de negócios nacionais, por forma a aumentar a capacidade dos gestores nacionais. Os programas formativos devem ser desenhados à medida, com um pendor prático forte, com partilhas de casos e modelos de gestão. Esta medida seria de cariz facultativo, mas poderia resultar na majoração dos incentivos relacionados com os fundos.

2.2.4. INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E DIGITALIZAÇÃO

Atravessamos uma revolução digital, à escala global, que afeta a forma como vivemos, como trabalhamos e como nos relacionamos. E que condiciona, de forma determinante, como as sociedades se organizam e prosperam. Este momento deveria estar a ser potenciado como uma grande oportunidade para Portugal transformar a sua economia, incrementando os níveis de produtividade e competitividade e eliminando os tradicionais bloqueios que condicionam a escala e a capacidade de abertura a novos mercados das nossas empresas.

Apesar de excelentes exemplos casuísticos, nomeadamente em vários Municípios e nas Regiões Autónomas, não se conhece um propósito político que leve esta área como uma prioridade estratégica que poderá ser o “game changer” para o futuro da nossa economia e, assim, para a melhoria das condições de vida dos portugueses. A velocidade com que tudo está a mudar, em que a massificação das aplicações de inteligência artificial (IA) e o advento da computação quântica são o paradigma, convoca-nos para uma ação de emergência para afirmar Portugal na primeira linha da inovação, da transformação digital e do desenvolvimento de soluções que permitam servir o País e abrir novos mercados às nossas empresas.

A IA pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a competitividade da economia, para a inclusão social e para a qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, a IA também apresenta desafios e riscos, que exigem uma abordagem ética, legal e socialmente responsável. Reconhecemos a sua importância estratégica, enquanto oportunidade económica, e assumimos a necessidade de uma regulação inteligente e eficaz.

Assim, pretendemos:

- Afirmar o País no top 10 dos Países digitalmente mais avançados da União Europeia até 2030;
- Aumentar significativamente o nível e o número de patentes por empresa em Portugal;
- Posicionar Portugal como um centro global de talento digital, empreendedorismo e impacto social, atraindo e retendo as melhores mentes e ideias e promovendo uma cultura de colaboração, criatividade e sustentabilidade;
- Incrementar as competências e a literacia digitais da população portuguesa, especialmente entre os jovens, os idosos e os grupos desfavorecidos, investindo na educação, na formação e em campanhas de sensibilização;
- Adotar o ensino de programação na totalidade do ensino básico até ao final da legislatura;
- Assegurar a inclusão digital e a capacitação de todos os cidadãos.

Para atingir estes objetivos, propomos:

- Criar uma Estratégia Digital Nacional, com uma visão, objetivos, indicadores e prazos claros, e um orçamento e uma estrutura de governação específicos, envolvendo todas as partes interessadas relevantes dos sectores público, privado e da sociedade civil;
- Lançar um Pacto de Competências Digitais, com o objetivo de aumentar as competências digitais de todos os cidadãos portugueses;
- Introduzir os conteúdos curriculares de programação no ensino básico;
- Investir na formação e na qualificação dos recursos humanos em IA;
- Incentivar investimentos em tecnologias digitais que promovam a criação de emprego em sectores que carecem de elevado nível de formação e competências especializadas, garantindo a formação e requalificação de trabalhadores e a adaptação da organização do trabalho às novas tecnologias;

- Reforçar a participação em projetos de investigação de redes europeias;
- Alargar o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) à mobilidade de professores a outras Universidades de Investigação;
- Estimular a cultura de *spin-off* de empresas a partir da academia;
- Criar um Fundo de Inovação Digital, com o objetivo de apoiar a investigação, o desenvolvimento e a adoção de tecnologias emergentes pelas empresas portuguesas, através da prestação de assistência financeira e técnica e da facilitação do acesso a mercados e redes;
- Promover a integração digital na criação de novos produtos e serviços e na implementação de novas práticas, processos e modelos de produção e de negócio, incluindo canais de distribuição;
- Fortalecer a infraestrutura digital e cibernética do país para garantir independência e soberania tecnológica, e investir em tecnologias emergentes, assegurando a cibersegurança da informação, a proteção das infraestruturas, a proteção de dados e a privacidade online;
- Assegurar o fornecimento de boas infraestruturas digitais, a preços acessíveis, e incentivar a redução de barreiras ao comércio digital, a facilitação de pagamentos e o uso de assinaturas eletrónicas, e o acesso a ferramentas de cibersegurança, facilitando a concorrência e a mobilidade entre operadores, e a transparência na venda de serviços e reduzindo a burocracia exigida às empresas;
- Modernizar e digitalizar a administração pública e Implementar um Plano de Serviços Públicos Digitais, com o objetivo de disponibilizar todos os serviços públicos online e garantir a sua qualidade, eficiência e facilidade de utilização, aplicando os princípios da conceção centrada no utilizador, dos dados abertos e da interoperabilidade;
- Reforçar as qualificações da Administração Pública na área da digitalização e desenvolver um programa especial de contratação de especialistas em tecnologias de informação:
 - **Fase 1: "One-stop-shop"** - Acelerar a agregação dos diversos serviços públicos numa só plataforma para cidadãos e empresas: Portal das Finanças, segurança social direta, Siga, IRN, id.gov.pt, Portal do SNS, Portal das Matrículas, Portal da empresa, etc;
 - **Fase 2: "No-stop-shop"** - Prestação de serviços públicos de forma automática - aqui inverte-se o *modus operandi*, sendo o cidadão apenas responsável por garantir a informação atualizada para que o Estado possa espoletar o serviço automaticamente;

- **Fase 3: "Proactive-stop-shop"** - Interação com o cidadão e recomendação mediante necessidades, com base em algoritmos e em inteligência artificial.
- Apoiar a investigação, a inovação e o empreendedorismo em IA e estimular a adoção e a utilização da IA nos setores público e privado;
- Promover e investir no desenvolvimento da infraestrutura computacional de alto desempenho em Portugal, que permita a investigação, inovação, desenvolvimento e comercialização de soluções de inteligência artificial em Portugal;
- Desenvolver e implementar soluções de IA para a administração pública que permitam obter ganhos de eficiência, transparência e proximidade;
- Salvaguardar os direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos na esfera digital.

2.2.5. UMA INDÚSTRIA ORIENTADA PARA O EXTERIOR

A Economia Portuguesa deve complementar os restantes sectores com a actividade industrial e os serviços que lhe dão directamente apoio, que são essenciais para o crescimento da produtividade, a criação de emprego qualificado e sustentável, mais tecnologia proprietária, a internacionalização e as exportações com maior valor acrescentado e, por consequência, contribuem para o aumento das receitas do Estado e o equilíbrio da Balança externa.

As empresas nacionais têm hoje que ultrapassar dificuldades imediatas associadas à conjuntura internacional - a reorganização das cadeias de fornecimento, a guerra na Ucrânia e no Próximo Oriente, o acesso limitado a matéria-prima ou o aumento de custos de energia - a que se juntam as mediatas e estruturais - uma grande exigência do acompanhamento da evolução tecnológica e no desenvolvimento de produtos e serviços, e uma concorrência cada vez mais numerosa, bem preparada e competitiva - e as provocadas pelos governos socialistas - uma carga fiscal muito pesada que limita a acumulação de capital necessária para que possam investir mais e crescer, e uma teia burocrática que as obriga a aplicar recursos em actividades não produtivas.

Portugal tem algumas das empresas industriais mais produtivas do mundo e pode criar condições para ter muitas mais se apostar em robustecer os factores de competitividade - inovação, energia, financiamento, recursos humanos, capacidade organizacional, tecnologia - fundamentais para o desenvolvimento estrutural de uma economia com maior valor acrescentado e que não tiveram suficiente atenção dos governos socialistas.

A aceleração do crescimento económico em Portugal beneficia com a revitalização da Indústria e dos serviços de suporte, reforçando o investimento, eliminando os obstáculos ao aumento da produtividade, promovendo uma rede de colaboração e interdependência para as exportações, procurando novos mercados de rápido crescimento, acedendo a novas oportunidades para o ganho de dimensão do tecido empresarial, reduzindo os custos unitários de produção e fomentando uma maior capacidade competitiva em mercado aberto.

2.2.6. TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Os setores do Turismo e Serviços em Portugal são fundamentais para a economia nacional. Em 2022, o peso do setor do Turismo na Economia atingiu 29,2 mil milhões de euros, 12,2% do PIB, um valor que representa um recorde em termos relativos e que conheceu novos aumentos. O impacto do setor na economia estende-se igualmente à sua importância no território e no emprego, para além do seu impacto em setores como a Cultura, Saúde ou a Educação. Contudo, este reforço do peso do setor na economia terá de ser suportado numa estrutura de remuneração que não seja assente numa competitividade de baixos salários ou salários mínimos.

No contexto de um conjunto de tendências no Turismo, Comércio e Serviços, as soluções de políticas públicas no Espaço Europeu, que Portugal deve acompanhar para ser competitivo, têm procurado acautelar modelos de crescimento de oferta turística que criem valor acrescentado, mas também integração com as economias locais. No que concerne concretamente aos Serviços, a crescente localização de recursos e estruturas de multinacionais (*nearshore*), no País, impõe políticas de habitação, de acesso a cuidados de saúde, e de educação e formação compatíveis. Tem-se verificado igualmente uma tendência para a requalificação de profissionais aproveitando todas as capacidades disponíveis, bem como atração, desenvolvimento e qualificação de imigrantes, ao mesmo tempo que os regimes de trabalho devem ser compatibilizados com a prestação de alguns serviços à escala internacional, prestados a partir de geografias locais.

Desta forma, temos como objetivos neste setor:

- Incrementar o valor das exportações associadas ao Turismo, Comércio e Serviços;
- Incrementar o salário médio do setor Serviços, Comércio e Turismo, pelo aumento de produtividade e maior valor acrescentado;
- Reduzir a precariedade e a economia informal.

Para alcançar estes objetivos, temos as seguintes medidas:

TURISMO

- Qualificar a oferta turística e aumentar a procura concentrando em mercados que garantam um crescimento em valor e combatendo a sazonalidade;
- Promover uma imigração qualificada;
- Atrair Transporte Aéreo regular e diversificado nos aeroportos nacionais, e decidir rapidamente sobre a construção do novo aeroporto;
- Clarificar as regras de investimento imobiliário e atração de investimento (residentes e não residentes);
- Valorizar o ensino e formação contínua em Turismo e criar/consolidar uma rede nacional integrada de formação (*hubs*), com escala e qualidade, suportando conteúdos programáticos complementares que potenciam a oferta de qualidade;
- Consolidar Portugal como destino turístico de excelência em tudo o que está ligado à economia azul, ao mar e às atividades náuticas, eixo fundamental para a nossa oferta.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Ativar políticas de promoção de imigração qualificada e orientada;
- Valorizar o ensino e formação contínua;
- Apoiar a internacionalização dos sectores do Comércio e Serviços através das redes de delegações da AICEP em conjunto com a Rede das Câmaras de Comércio e os elementos do Conselho da Diáspora;
- Promover o investimento na criação e promoção das marcas portuguesas como fator de criação de maior mais-valia nos produtos e serviços nacionais;
- Potenciar o próximo ciclo de fundos comunitários ao dispor do País para que, no setor do comércio e dos serviços, sejam criados sistemas de incentivo que concorram para os objetivos de modernização das empresas do sector, melhorando a sua eficiência e, aumentando a sua produtividade.

2.3. TRANSFORMAR CUSTOS EM OPORTUNIDADES

2.3.1. MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA ECONÓMICA

Em linha com a reforma da Justiça, deve alcançar-se uma **Justiça económica** que seja célere e eficiente, quer para os particulares, quer para as empresas, e em que o combate à corrupção seja uma prioridade.

Algumas medidas prioritárias incluem:

- Criação de uma unidade para recuperação dos atrasos nos processos, a começar pelos mais antigos;
- Apoiar e fomentar a especialização dos juízes, e não apenas dos tribunais, especialmente nas áreas de contencioso económico em transformação acelerada;
- Reforçar e simplificar os procedimentos de resolução alternativa de conflitos no âmbito de causas de pequeno valor e de grandes litigantes, libertando os tribunais cíveis, e garantindo uma justiça mais rápida e eficiente;
- Simplificar e reforçar os direitos dos cidadãos no âmbito do direito administrativo [e fiscal, ver Reforma Fiscal], garantindo aos cidadãos um processo mais célere e equilibrado;
- **Agilizar os processos de heranças**, em particular quando envolvam bens imóveis e participações sociais em empresas, facilitando o despoletar da sua alienação e/ou divisão (convertendo-se em liquidez essa parte dos ativos da herança), favorecendo em simultâneo a sua resolução fora dos tribunais e evitando pendências de décadas;
- **Simplificar os processos de registo de propriedade**, combinando o registo de âmbito notarial e fiscal, e diminuindo os custos de transação em particular de propriedades rústicas de pequena dimensão, contribuindo para uma menor pulverização da propriedade e uma mais rentável gestão do território;
- **Reforma dos regimes de Insolvência**, com alteração de paradigma nos regimes de insolvência e recuperação de empresas, adotando as melhores práticas europeias no que respeita ao *cram-down* de credores para facilitação de acordos de reestruturação e no que concerne à facilitação de conversão de dívida em capital; mais responsabilidade (poder de negociação) atribuída aos credores; facilitação de financiamento *floating charge* (credores assumem responsabilidades de gestão em determinadas circunstâncias);

- **Rever o regime dos avais pessoais** exigidos pelas instituições financeiras e que na prática destroem a responsabilidade limitada das empresas (e/ou a sua capacidade de financiamento e tomada de risco), como sucede em outros países europeus;
- **Criação de uma unidade para recuperação dos atrasos nos processos**, a começar pelos mais antigos;
- **Apoiar e fomentar a especialização dos juízes** - e não apenas dos tribunais, principalmente nas áreas de contencioso económico e técnico em transformação acelerada: digital, concorrência e regulação, contratação pública, energia, ambiente, questões financeiras e fiscais, criminalidade internacional e criminalidade violenta.

2.3.2. MOBILIDADE, INFRAESTRUTURAS E COMUNICAÇÕES

Em Portugal, cerca de metade da população vive nos grandes centros urbanos, concentrada em cerca de 5% do território. Isto significa que as cidades, todos os dias, enfrentam o congestionamento e poluição atmosférica e sonora, com o elevado número de automóveis em movimentos pendulares, com consequências negativas, também, em termos de segurança rodoviária. O crescimento urbano e de concentração populacional, pressionando a procura por transportes públicos de passageiros, que não foi, contudo, acompanhada por um aumento da oferta e atratividade de modos de transporte de alta capacidade, demonstra a necessidade de modernização de infraestruturas, apoiada por uma abordagem multimodal e pela digitalização.

Portugal caracteriza-se, genericamente, por um baixo nível de utilização do transporte público, falta de capacidade de oferta, ausência de estratégia integrada, o que leva a medidas desarticuladas e incoerentes, a uma gritante insustentabilidade dos modelos de financiamento do transporte público e a um atraso crónico na renovação das frotas, independentemente dos modos.

O papel do transporte ferroviário é indelével no ecossistema do serviço público de transporte de passageiros e de mercadorias. E representa um fator estruturante do território, ao mesmo tempo que constitui um sistema central da política de mobilidade urbana e interurbana, necessitando assim de maior concorrência e novos operadores. Em Portugal, o transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias, perdeu, ao longo das últimas décadas, esta função estruturante. O setor ferroviário é fundamental para os objetivos de descarbonização.

Já no que refere ao sistema portuário e o transporte marítimo nacionais, estes foram votados, na última década, a um atraso significativo. Assistimos a falta de gestão com

cultura empresarial nas administrações portuárias, que têm atuado sem instrumentos de coordenação e planeamento integrado setorial, a um défice de investimento público e privado e ao desfasamento das regras legais e regulatórias relativamente às necessidades infraestruturais e tecnológicas do setor. Por outro lado, os Portos, tal como a indústria marítima em geral e a logística como conceito envolvente, estão em período de mudança de paradigma com enfoque na digitalização e na sustentabilidade.

Os setores da aviação e aeroportuário têm sido dominados na última década por decisões e indecisões paralisantes: a falta de capacidade do Aeroporto Humberto Delgado e o adiamento da escolha da melhor opção de expansão, bem como o atribulado processo de nacionalização da TAP, que deixa a companhia numa encruzilhada quanto ao futuro.

É essencial garantir a acessibilidade a infraestruturas de serviços digitais em todo o território em condições de elevada qualidade e segurança, promovendo a inovação e sustentabilidade destes serviços.

No que se refere aos serviços postais, estes continuam a ser essenciais para a população e um importante fator de coesão social e territorial. A evolução na procura por serviços postais, no serviço universal ou no correio expresso, representa um desafio, pelo que o papel do Estado, enquanto regulador, continua a ser fundamental para garantir a sua prestação eficiente e sustentável. É, portanto, essencial, defender o caráter público e universal do serviço postal moderno, garantindo a sua qualidade, eficiência e sustentabilidade, com um acompanhamento rigoroso do contrato de concessão do Serviço Postal Universal.

Como tal, a AD tem as seguintes metas:

- Aumento da utilização do transporte público;
- Redução da sinistralidade rodoviária;
- Redução das emissões do transporte de mercadorias;
- Aumento da quota do transporte ferroviário de passageiros;
- Aumento da quota do transporte ferroviário de mercadorias;
- Recuperação do atraso em cobertura de 5G, como fator de inovação e competitividade, incentivando a participação de operadores nacionais, e garantindo a segurança e a resiliência das infraestruturas e dos equipamentos;
- Cobertura de internet no território nacional, incluindo as zonas rurais e de baixa densidade, com velocidades adequadas às necessidades dos utilizadores;

- Aumento da concorrência e da diversidade de oferta nos serviços de comunicações eletrónicas, garantindo a neutralidade da rede, a transparência dos preços e a defesa dos direitos dos consumidores e a sua confiança no mercado;
- Garantia de prestação do serviço postal de qualidade em todo o território nacional.

Para atingir essas metas, propomos as seguintes medidas:

INFRAESTRUTURAS

- Adotar uma estratégia de médio e longo prazo, independente dos ciclos políticos, à semelhança das experiências do PETI3+ (2015) e PNI2030 (2023);
- Concretizar os projetos previstos e aprovados pelo Plano Nacional de Investimentos 2030;
- Atuar nos eixos crónicos de ineficiência de tráfego rodoviário, com retorno económico global, incluindo custos de imobilidade e socioeconómicos, e combater os pontos negros de sinistralidade e de mobilidade urbana que persistem;
- Promover, através dos fundos Europeus, a expansão de infraestruturas de carregamento para veículos elétricos e a hidrogénio nas cidades e criar rede de abastecimento a hidrogénio que permita uma ampla utilização nos transportes de longo curso de passageiros e mercadorias;
- Tomar uma decisão sobre o novo aeroporto de Lisboa.

MOBILIDADE

- Acelerar a imposição de Planos de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) locais;
- Aumentar a oferta de transporte público com reforço da frota, nomeadamente verde, e frequências;
- Aprofundar a tendência de gratuidade do Transporte Público de Passageiros para residentes, e acompanhá-la de indicadores de eficiência e eficácia;
- Definir padrões de informação e bilhética harmonizadas e interoperáveis entre territórios, modos de transporte e empresas de mobilidade e implementar sistemas tarifários que permitam uma maior flexibilidade, simplificação e universalidade na utilização do transporte público;
- Implementar mecanismos efetivos que garantam a proteção dos direitos dos passageiros na utilização de serviços de transportes e através de plataformas digitais;

- Avaliar a criação de incentivos à conversão energética para veículos de transporte de passageiros;
- Promover a eficácia da logística do transporte urbano de mercadorias e das “entregas último quilómetro” com emissões nulas;
- Apostar em Sistemas de Transporte Inteligentes.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

- Criar um novo modelo de exploração no transporte ferroviário de passageiros, descentralizando a gestão dos serviços de transporte de natureza eminentemente local, bem como reduzindo substancialmente as barreiras a entrada de novos concorrentes:
- Impulsionar o transporte ferroviário de mercadorias:
 - Rever a aplicação da Taxa de Uso da Infraestrutura para comboios de mercadorias, eliminando a distorção existente relativamente ao transporte rodoviário;
 - Adotar mecanismos de incentivo à modernização e interoperabilidade do transporte de mercadorias;
 - Eliminar custos de contexto, nomeadamente, limitações na formação de pessoal e das condições de operação.
- Promover uma nova relação entre o transporte ferroviário e os passageiros:
 - Aprovar um regime legal de defesa dos direitos dos clientes/passageiros, efetivo e transversal a todo o transporte público (rodoviário, ferroviário e marítimo/fluviál);
 - Renovar a imagem do transporte público junto dos passageiros, recuperando a confiança perdida.

PORTOS

- Implementar a transformação digital dos Portos, com recurso a Fundos Europeus e em parceira com os privados;
- Concretizar os investimentos, com recurso a Fundos Europeus e em parceira com os privados, que se afigurem necessários para maximizar a utilização do potencial dos Portos, pelo aumento de capacidade das infraestruturas, em especial no segmento dos contentores, e pelo aumento das ligações terrestres rodoferroviárias;
- Atualizar e adequar o quadro legislativo do sistema marítimo portuário;

- Apoiar a Transição Energética dos Portos;
- Assegurar a integração dos cinco principais portos do continente nas redes transeuropeias de transportes;
- Ajustar o modelo de governação das administrações portuárias;
- Assegurar um regime do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na cabotagem nacional, e em particular no que reporta a obrigações de serviço público (OSP), importando a análise da sua adequação ao momento presente e, ou, eventual necessidade de revisão de forma articulada entre os Governos da República e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

TRANSPORTE AÉREO

- Aumentar a capacidade e eficiência de todo o setor da aviação e aeroportuário, tanto no lado dos passageiros, como no lado da carga (infraestruturas, serviços de navegação aérea, carga e conectividade);
- Lançar o processo de privatização do capital social da TAP;
- Melhorar as condições de processamento de carga e passageiros nos aeroportos nacionais;
- Implementar soluções inovadoras e digitais, que permitam melhorar o controlo de entradas e saídas de passageiros e carga, por via aérea, potenciando a utilização das infraestruturas à procura variada existente.

COMUNICAÇÕES

- Facilitar a construção de redes, em particular, simplificando procedimentos e acelerando o processamento de pedidos de construção de infraestruturas aptas (condução, postes, etc.) junto de todas as entidades competentes, tais como as autarquias locais, portos ou concessionárias de autoestradas;
- Criar condições para a construção e reparação de infraestruturas, designadamente através da desburocratização dos trabalhos na via pública em infraestruturas já existentes, simplificando processos junto das autarquias locais e forças de segurança;
- Garantir a continuação da prestação do serviço público em todo o território nacional através do contrato de concessão do serviço postal universal e aprofundamento de uma regulação independente;

2.3.3. UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMPETITIVA

Nos últimos anos, a União Europeia (UE) tem liderado várias iniciativas políticas para promover uma transição energética que acompanhe a tendência global de redução das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), assumindo com os seus Estados-membros, e muitos outros países compromissos internacionais e objetivos muito ambiciosos de transição energética e descarbonização para as próximas décadas.

Contudo, o cumprimento desses compromissos de sustentabilidade envolve vários desafios de implementação, mas também de conjugação e compatibilização com outros interesses coletivos. Existem desafios tecnológicos e exigências de racionalidade em apostar em opções de oferta maduras, economicamente eficientes e assentes em conhecimento técnico, ao passo que a crescente procura energética a nível mundial, as ameaças decorrentes das alterações climáticas e a lentidão dos processos de melhoria da eficiência energética colocam pressões sobre a procura.

Existem desafios financeiros, desde logo quanto à disponibilidade e custo dos enormes volumes de financiamento aos investimentos necessários à transição energética e descarbonização, especialmente num período em que as economias se defrontam com juros altos, volumes de dívida pública e privada muito elevados e a concorrência das exigências de financiar outras necessidades coletivas também fundamentais, como a segurança e defesa (designadamente com o esforço de guerra na Europa) e as prestações do Estado Social agravadas pelo envelhecimento populacional.

Existem desafios de segurança de abastecimento e de soberania económica e energética da Europa, de insuficiências infraestruturais nas redes de transporte (de energia mas também de mobilidade sustentável), assim como de pobreza energética entre as nossas populações e de impacto sério na competitividade das empresas Europeias e nacionais e no poder de compra das famílias que se viram afetadas quer por escaladas de preços da energia, quer por certas medidas públicas inequitativas ou menos racionais designadamente quanto a preços e rendas garantidas para alguns.

No plano nacional há desafios particulares, desde a incapacidade de execução do Governo do partido Socialista e da máquina administrativa sob sua direção, à desistência prática do interesse nacional quanto ao reforço das interligações elétricas entre Península Ibérica e resto da Europa, às decisões tecnológicas parciais e equivocadas (incluindo quanto à curva de maturidade e à acumulação de défices e dívida tarifária) ou à visão anti-concorrencial com pulsões intervencionistas que, no conjunto, têm levado a que os preços suportados por famílias e empresas sejam muito altos no contexto da UE, e ao falhanço de praticamente todos os objetivos a que Portugal se propôs na área da energia.

São demonstrativos os fracassos da execução dos leilões alegadamente “históricos” do solar fotovoltaico (que mesmo com revisões arbitrárias e não transparentes das contrapartidas, apresentam à data apenas 50% da produção adjudicada em 2019 em operação e 0% em operação do leilão de 2020), das comunidades de energia, das unidades de autoconsumo e de produção descentralizada, das medidas para a eficiência energética e dos concursos para a concessão da distribuição de energia Elétrica em Baixa Tensão (cujos prazos mais do que expiraram).

No que respeita à pobreza energética, Portugal apresenta resultados absolutamente inaceitáveis para um país desenvolvido e inserido na união europeia: a falta de concretização e o insucesso no desenho dos programas lançados condena quase dois milhões de pessoas (19%) a viver em condições de pobreza energética, das quais 700.000 estão em situação de pobreza energética extrema.

Também assim o abandono pela Espanha e França da parte mais importante das obrigações firmadas em 2014 e 2015 com Portugal para reforço das interligações elétricas nos Pirinéus - disfarçado com uma propaganda inconsequente de um novo “corredor verde” que não passou da proclamação - condena a península ibérica a ser uma ilha energética isolada do resto da Europa, prejudicando a nossa independência e segurança energética, mas também a nossa economia, pois se estivessemos devidamente interligados poderíamos vender produção energética nacional renovável e adquirir energia do resto da Europa quando o preço fosse mais competitivo para as nossas empresas e famílias.

Outro sinal preocupante diz respeito ao enfraquecimento da independência e capacidade do regulador da energia, seja pela nomeação direta de membros do conselho administração com ligações ao governo e ao partido socialista, seja pela interferência da maioria socialista quer em sede tarifária, quer quanto à sujeição a cativações e outras subordinações organizativas ao governo. Como resultado das erradas políticas socialistas e de um regulador pouco independente do poder político, Portugal inverteu uma tendência de descida no défice tarifário que já durava há muitos anos, passando para valores perto de 2.000M€, um valor enorme que pesará nos próximos anos nos bolsos dos portugueses e dificultará algumas políticas estruturais de transição energética.

No que diz respeito à concorrência no mercado português, entre operadores nacionais e internacionais, seja na eletricidade ou no gás, os dados também não são animadores. As alterações constantes de regras e de políticas aumentaram a perceção de risco para as empresas, tendo algumas abandonado a atividade no nosso país, com consequências diretas para o MIBEL, sendo a face visível da falta de transparência, racionalidade e garantias de competitividade na exploração de oportunidades de produção de energias renováveis (desde logo, no eólico *offshore*) e de produção industrial ligada ao setor (do hidrogénio à extração e refinação do lítio).

A transição energética e a descarbonização são necessidades civilizacionais e oportunidades económicas muito importantes para Portugal, mas não podem ser implementadas “a qualquer custo”. Pelo contrário, devem assentar num equilíbrio virtuoso entre, por um lado, ambição nos objetivos de transição energética, e, por outro, escolhas políticas, planeamento e implementação assentes no realismo, imparcialidade, transparência, integridade e competência decisória, racionalidade económica, sustentabilidade financeira, neutralidade tecnológica e competitividade para as empresas e famílias portuguesas. Para isso, também na energia é necessário que Portugal tenha uma nova política e uma nova governação.

Assim, assumimos como principais metas:

- Concretizar os compromissos internacionais de Portugal em transição energética e descarbonização efetiva e competitiva da economia nacional, incluindo quanto ao aumento da proporção de Energia Renovável no consumo final bruto de Energia, de acordo com os princípios de sustentabilidade ambiental, racionalidade e eficiência económica, competitividade para a economia nacional, neutralidade tecnológica, sustentabilidade financeira, e segurança e independência energética do País;
- Reduzir os custos com a energia dos consumidores e da indústria, promovendo maior concorrência de mercado, tendo como meta alcançar preços inferiores aos da média da UE para a indústria e consumidores em geral;
- Reduzir substancialmente a pobreza energética e o número de edifícios com baixas classificações energéticas e promover a eficiência energética;
- Assumir como prioridade da política europeia de Portugal, o reforço das interligações europeias de energia e a concretização da integração (física, económico-financeira e jurídica) do mercado europeu da energia, desfazendo a “ilha energética” que é atualmente a Península Ibérica;
- Eliminação da dívida tarifária.

Para atingir estas metas propomos as seguintes medidas:

- Promover a análise e planeamento, transparentes e participados, das necessidades adicionais de geração, transporte e distribuição elétrica do Sistema Elétrico Nacional e do desenvolvimento de energias renováveis, que devem ponderar os compromissos de descarbonização do Estado Português, as intenções de consumo, a articulação das variabilidades na produção e no consumo, a maturidade tecnológica, as possibilidades de produção descentralizada junto do consumidor, as capacidades de interligação e de armazenamento e as exportações e importações;

- Promover a transição para energias renováveis, quer de produção de energia elétrica em terra e no mar (*offshore*), quer de gases renováveis, com vista a cumprir os compromissos internacionais de Portugal e aproveitar os recursos naturais do País, e respeitando os princípios de sustentabilidade ambiental, racionalidade e eficiência económica, competitividade para a economia nacional, neutralidade tecnológica, sustentabilidade financeira, transparência, liberdade e igualdade concorrencial (incluindo no acesso às possibilidades de produção), proteção dos consumidores relativamente aos custos, e segurança e independência energética do País;
- Promover o uso de matérias renováveis provenientes da agricultura, pecuária e floresta como substitutos de matérias de origem fóssil, através da incorporação de produtos agrícolas e florestais na economia circular e na construção sustentável. Promover a instalação de centros de recolha e transporte de biomassa residual para facilitar o aproveitamento desses recursos de forma mais eficiente;
- Reformar as instituições públicas de regulação e administração no setor da energia, de modo a desburocratizar e acelerar os processos de licenciamento e autorização e reforçar a fiscalização. É indispensável respeitar e fortalecer a independência da ERSE. É necessário também capacitar técnica e humanamente a DGEG e as outras instituições e agências públicas nacionais de energia, ponderando a sua fusão;
- Lutar pela concretização efetiva do reforço significativo das interligações elétricas entre Península Ibérica e França, garantindo um aumento de capacidade equivalente, pelo menos, ao constante dos compromissos subscritos por Portugal, Espanha, França e Comissão Europeia em 2014-15;
- Promover o investimento economicamente racional e a execução efetiva das redes e infraestruturas de transporte e distribuição de eletricidade e gás necessários às evoluções de oferta e procura, considerando os desafios e implicações da transição energética, nomeadamente a variabilidade da tecnologia renovável e a descentralização da produção;
- Promover maior concorrência em toda a cadeia de valor do setor, da produção à comercialização e distribuição, de forma a baixar os preços para as famílias e empresas. É fundamental remover barreiras à entrada ou transição dos consumidores entre fornecedores, incentivar o aparecimento de novos agentes, garantir processos concorrenciais transparentes, regras claras de horizonte temporal alargado, menos burocracia e mais eficiência nos procedimentos;
- Apostar na dinamização e estabilização das regras dos mercados de longo prazo da eletricidade e do gás e alinhar o âmbito do mercado regulado com as melhores práticas europeias. O mercado regulado pode ter um papel relevante de "backup"

para situações de inacessibilidade e para garantia de estabilidade económica, em benefício dos consumidores;

- Rejeitar novas medidas e avaliar as atuais que agravem o défice tarifário do Sistema Elétrico Nacional e respeitar as condições de independência regulatória;
- Concretizar o processo de atribuição das concessões da distribuição de eletricidade em Baixa Tensão, respeitando a autonomia local e procurando estimular a coesão e equidade territorial e os ganhos de escala em benefício dos consumidores.
- Combater a pobreza energética, combinando ferramentas públicas e privadas, aumentando a literacia energética dos portugueses, permitindo-lhes melhorar a eficiência energética das suas casas e das suas empresas.
- Estimular o conceito de consumidor-produtor, desburocratizando e acelerando o licenciamento das formas de produção descentralizada, incluindo UPAC, UPP, Comunidades de Energia Renovável e Unidades de Autoconsumo coletivo, de forma a garantir, a médio e longo prazo, custos de energia baixos para famílias com menores rendimentos.
- Promover a eficiência energética dos edifícios públicos e privados, com programas de apoio à remodelação infraestrutural e energética, e adotando políticas públicas conducentes à construção sustentável.
- Apostar na dinamização de projetos de cidades inteligentes, melhorando a respetiva gestão da energia;
- Acompanhar o alargamento das redes de pontos de carregamento para veículos elétricos, a sua interoperacionalidade e as possibilidades de sistemas de carregamento bidirecional;
- Adotar uma abordagem equilibrada, com abertura de princípio mas firme exigência nas condições, quanto ao aproveitamento de recursos naturais no solo e no mar português, cuja exploração deve depender do cumprimento de elevadas exigências ambientais (incluindo quanto ao uso da água, prevenção do ruído, qualidade do ar e obrigações de restauração dos solos e paisagem), dos devidos diálogos e compensação económica e financeira dos territórios e populações afetados, e do indispensável pagamento de contrapartidas financeiras para o País.

3. Melhor Estado, Combater a Corrupção

A necessidade de reformas no Estado é evidente há várias décadas. Uma reforma do Estado que seja mais do que simplificação e desburocratização, elementos consensuais, apesar de continuarem a ser necessários. Menos consensual é a necessidade de uma análise profunda e crítica de todas as estruturas da Administração pública, incluindo institutos, observatórios e fundações. Mais fundamentalmente, é urgente desenhar uma nova estrutura da administração pública, ao serviço dos cidadãos. A Reforma do Estado deverá resultar numa organização coerente, eficiente e eficaz, fundada nos objetivos e funções fundamentais da intervenção do Estado, e flexível para permitir diferentes escolhas políticas em relação aos meios de alcançar esses fins. Deverá ser promovida a descentralização e a autonomia das estruturas da Administração pública, com responsabilização correspondente. Em paralelo, deve implementar-se um sistema transparente de monitorização dos recursos do Estado. Como elemento transversal de qualquer reforma, deve afirmar-se que o Estado está ao serviço das pessoas, e não o contrário.

O contexto de partida é o da descapitalização humana e material, e a falência operacional do Estado, após anos de escolhas erradas, de desvalorização dos funcionários públicos mais qualificados, de desincentivo ao esforço, mérito e produtividade no setor público, e ineficiência na afetação de recursos, via cativações, cortes transversais e esmagamento do investimento público reprodutivo, resultando na diminuição do stock de capital público.

As reformas do Estado devem ser orientadas pelos princípios gerais de Descentralização, Autonomia, Responsabilização, Capacitação, e Comparação Internacional. A concretização de uma reforma profunda deve ser caracterizada por medidas incrementais e por um pacto de médio-longo prazo.

De forma alinhada com estes princípios, será desejável adotar um modelo de procedimento orçamental contratual (por oposição a um modelo de delegação centralizado no Ministério das Finanças), que se inicia com a definição clara dos recursos afetos a cada área governativa, de preferência numa perspetiva plurianual, tornando o ministro sectorial o responsável máximo pela sua execução e permitindo uma gestão descentralizada dos recursos que lhe estão atribuídos. Mas não só; transita-se para um paradigma em

que, por exemplo, escolas públicas e hospitais públicos têm a mesma autonomia de gestão e orçamental que têm os hospitais em regime de PPP ou as escolas em regime de contrato de associação. Neste sentido, cria-se a indistinção entre a provisão pública ou privada, dando capacidade às entidades públicas de competir de forma equilibrada com o setor privado. Só com autonomia, flexibilidade para contratar, para realizar despesas, para melhorar processos parece ser possível as entidades públicas aproximarem-se da eficiência que se aponta ao setor privado.

Como elemento prévio deste procedimento orçamental contratual, é necessário implementar um sistema transparente de monitorização da restrição de recursos do Estado, com uma visão global e consolidada sobre a sua receita, despesa, tesouraria central e situação patrimonial. No processo de tomada de decisão, o Governo tem de ter uma visão completa dos custos e benefícios das suas escolhas, de forma a minimizar a possibilidade de estas colocarem em risco a sustentabilidade das finanças públicas. Atualmente, esta visão global é dificultada pelo elevado nível de fragmentação orçamental, que consente uma tomada de decisão a níveis inferiores sem uma correta internalização dos custos dessas escolhas.

Em complemento a esta abordagem é indispensável promover a adoção de medidas específicas para promoção da integridade, transparência, e responsabilidade política na governação, bem como de firme e efetivo combate à corrupção. A situação portuguesa e as últimas experiências de governação socialista tornam indispensável uma resposta robusta em políticas públicas. A fragilidade ética, a cultura de informalidade e promiscuidade entre poderes públicos e certos agentes económicos, a ausência de responsabilização política e a atuação política e pública facilitadora da corrupção e tráfico de influências minam a qualidade e confiança na democracia, mas também corroem o ambiente económico e de investimento e criam desigualdades concorrenciais e ineficiências de alocação de recursos que diminuem o crescimento potencial da economia e o bem-estar social.

Nesse sentido, o Programa Eleitoral da AD inclui um “Pacote de Medidas para a Integridade e Transparência e Combate à Corrupção” com respostas robustas e diferenciadas que nele são explanadas, desde a regulamentação do lobbying, redução de conflitos de interesse, de criminalização do enriquecimento ilícito, reforma dos mecanismos institucionais e processuais de prevenção da corrupção.

3.1. MELHOR GOVERNO PÚBLICO, ESTADO MAIS CAPAZ

3.1.1. REFORMA DAS FINANÇAS PÚBLICAS E DA GESTÃO FINANCEIRA DO ESTADO

A Reforma das Finanças Públicas e da Gestão Financeira do Estado implica dotar o Setor Público de instrumentos de gestão (financeira, contabilística, de custeio, de património, *asset management*, recursos humanos e tecnologia) modernos e de ponta, e não a atual situação, em que parte substancial desta gestão é feita com instrumentos dos anos 80 e tecnologia obsoleta. Só uma reforma profunda pode permitir uma melhor gestão pública, com melhores serviços, e poupanças efetivas na despesa pública.

Os portugueses exigem um “Estado mais Qualificado” e eficiente, capaz de produzir níveis de proteção e de desenvolvimento social elevados com um nível rigoroso de utilização de recursos, que não comprometa a competitividade da economia e a produção de riqueza. Deste modo, os portugueses poderão usufruir de serviços públicos de qualidade com carga fiscal e custos de contexto mais baixos.

Alcançar um “Estado mais Qualificado” pressupõe uma reforma profunda do Estado, em que uma das partes críticas é a reforma das Finanças Públicas, que melhore a gestão financeira e patrimonial do Estado, aumente a transparência da gestão pública, reduza os desperdícios e aumente a autonomia e a responsabilização da gestão no Setor Público Administrativo. A RAFE XXI – Reforma da Administração Financeira do Estado para o Século XXI terá como principais vetores:

- Reorganização de funções, e extinção de observatórios inúteis, estruturas duplicadas e revisão de despesa associada, transversal a toda a Administração Pública. Elaboração de um plano para realizar revisões da despesa nos principais ministérios e nas grandes áreas de despesa, baseados em auditorias externas, avaliações independentes, com o apoio do Tribunal de Contas, da IGF e da OCDE;
- Elaboração de um quadro de referência orçamental de médio prazo, enquadrado por uma regra da despesa, definindo quais os tetos máximos de despesa por ministério;
- Aumento da flexibilidade gestionária dos organismos e entidades operativas, assegurando, assim, uma maior responsabilização dessas entidades e dos ministérios setoriais, dando-lhes uma maior autonomia financeira e reduzindo o grau de rigidez da despesa corrente;

- Reformar o processo orçamental, melhorando a sua transparência, e reforçar o papel do Conselho de Finanças Públicas. Uma abordagem *top-down*, que permita uma definição clara das dotações orçamentais atribuídas a cada Ministério e serviço. Reforço da autorização de despesa como elemento central do processo orçamental. Atribuição de capacidade e responsabilidade pela gestão das dotações orçamentais aos respetivos ministérios e organismos, com a manutenção de mecanismos de controlo de emergência atribuídos ao Ministério das Finanças. A política abusiva de cativações é a negação destes princípios e significa a demissão de fazer uma gestão eficiente dos recursos públicos;
- Implementar uma efetiva orçamentação por programas (OP), definindo para cada ministério objetivos, indicadores e metas. Trata-se de uma alteração da tradicional orçamentação centrada nos recursos disponíveis (“inputs”), para uma lógica assente em objetivos e metas para a produção do setor público (“outputs”) e para os impactos das políticas (“outcomes”);
- Implementar o SNC-AP e, conseqüentemente, ter uma contabilidade analítica em cada serviço, apurando o custo de cada bem/serviço produzido e de cada departamento interno;
- Criar um Portal da transparência orçamental que permita aos portugueses conhecer, de uma forma acessível, onde são aplicados os recursos que cedem ao Estado sob a forma de impostos e outras transferências;
 - Identificar e mapear o património urbano e rural na posse do Estado, e planear e implementar medidas com vista à sua manutenção e valorização de modo a potenciar a sua utilização e o seu aproveitamento;
 - Distinguir entre despesas em serviços prestados diretamente à sociedade, que fortalecem o papel do Estado e orientam os recursos para servir famílias e empresas, e despesas internas que servem de suporte a outros organismos da AP; e entre despesas produtivas, que contribuem para o desenvolvimento ou reduzem a necessidade de procura futura de serviços do Estado, e despesas paliativas para resolver problemas imediatos;
 - Reforçar a transparência do Estado através de contas correntes por família e empresa que abranja créditos e os débitos face ao Estado e permita o encontro de contas.

3.1.2. REFORMA DA GOVERNAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

- Desenvolvimento da coordenação política e do “CENTRO DO GOVERNO” por transformação da Presidência do Conselho de Ministros e agregação de serviços dispersos em unidades, serviços, direções gerais e inspeções, relativamente às tarefas de coordenação de políticas públicas; agregação, aquisição e desenvolvimento de centros de competências de excelência de apoio ao Governo, para avaliação de políticas e inspeções de desempenho;
 - Centro de Coordenação, que altere o modelo de governação em “silos”;
 - Desenvolvimento de Centros de competências de excelência de apoio ao Governo que agreguem os vários recursos e gabinetes de estudos e prospeção, de avaliação de políticas públicas, e serviços especializados como os jurídicos, com vocação de substituir a abundante e onerosa contratação de serviços técnicos externos;
 - Criação de Planeamento Prospetivo a 20 anos: relatório sobre a perspetiva estratégica de longo prazo para o país.
- Impulso à descentralização e à modernização da gestão autárquica;
 - Descentralização de competências do Estado central para os municípios e entidades intermunicipais, assegurando meios financeiros, incentivos, garantias de qualidade, coesão territorial e igualdade de oportunidades no país, e avaliação dos resultados obtidos, seguindo os princípios de autonomia com responsabilização. A descentralização deve avançar nas áreas preferenciais identificadas desde 2013 (ex. cuidados de saúde primários, educação até ao nível secundário, ação social), retomando a opção de descentralizar a efetiva responsabilidade pela gestão e prestação do serviço público, em vez da mera transferência de tarefas de suporte e infraestruturais que não permitem à gestão local assumir escolhas e responsabilidade;
 - Promoção da partilha e integração de serviços entre municípios, multilaterais e ao nível das entidades intermunicipais, com vista a racionalizar e otimizar a escala da organização, de contratação e de prestação dos mesmos;
 - Retomar mecanismos de comparabilidade entre os desempenhos da gestão dos diferentes municípios como ferramentas de transparência e de estímulo às melhores práticas;

- Avaliar e Rever a Lei de Financiamento das Autarquias Locais após a sua primeira década de vigência, tendo em conta a evolução no papel das autarquias, das suas competências e recursos disponíveis.
- Reforçar a subsidiariedade na organização vertical da Administração Central do Estado;
 - Estimular a desconcentração com autonomia e responsabilidade para a gestão de proximidade;
 - Impulsionando a deslocalização pelo território nacional dos serviços centrais e administrativos de entidades públicas da administração direta e indireta;
 - Garantir o acesso com qualidade dos serviços públicos essenciais às populações de todo o território nacional, estabelecendo os Critérios de Proximidade Garantida para os vários Serviços Essenciais, ponderando localização territorial, condições de acessibilidade efetivas, e complementaridade de oferta.
- Aprofundar a reforma da articulação front-office - back-office dos serviços públicos de atendimento administrativo, com recurso às tecnologias e a uma reengenharia de processos, expandindo as experiências das Lojas, Espaços e Carrinhas do Cidadão, os serviços públicos que podem ser tramitados integralmente por via digital, com reforço das capacidades técnicas e de apoio dos serviços da administração pública;
 - Garantir um modelo de tempo de resposta máximo dos serviços públicos ao cidadão e empresa que possa ser avaliado e comparado;
 - Assegurar a interoperabilidade dos vários serviços das administrações públicas;
 - Progredir na digitalização, desmaterialização de processos, desenvolvimento tecnológico, reforço da cibersegurança, e integração de ferramentas de inteligência artificial na Administração Pública;
 - Avançar na disseminação da interação por via digital e remota com os serviços administrativos do Estado, mas sempre garantindo a assistência pessoal (incluindo através dos Espaços do Cidadão e apoio telefónico) aos que têm dificuldades técnicas, económicas ou de info-exclusão;
 - Simplificar, concentrar e responsabilizar a interface da relação entre a empresa e a Administração Pública, através de uma **Rede Pública de Gestores dos Clientes Empresariais**, que seja também um Balcão ou Ponto Único, com interface também digital (e-balcão), baseado no **conceito de one-stop-shop**, onde os investidores e empresários podem tratar de todos os temas relacionados com a empresa: laborais, licenças, fiscalidade, segurança social, entre outros.

- Aprofundamento da digitalização dos processos internos e externos da administração pública e introdução gradual de inteligência artificial, sempre desenhada e controlada por pessoas nos processos administrativos decisórios;
- Implementar uma cultura e prática de sistemática Avaliação de Políticas Públicas, incluindo por entidades privadas ou públicas independentes; Portugal tem uma das piores classificações da UE (3.4. em 10) na área da definição de políticas com base em factos e de avaliação do seu impacto à posteriori;
 - Reforçar a utilização de métricas que permitam avaliar a qualidade nos serviços prestados, através da monitorização dos resultados e com implementação de planos de melhoria;
 - Criar um barómetro de resultados dos serviços prestados pela Administração Pública, tendo em conta o resultado da avaliação da satisfação dos cidadãos e das empresas, publicando trimestralmente os resultados e a sua evolução.

3.1.3. MEDIDAS PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

O universo das empresas públicas é composto pelo setor empresarial do Estado, o setor empresarial regional e o setor empresarial local. As atividades, a forma de atuação, a origem das receitas e a natureza das despesas, bem como o objetivo de serviço público é muito diferenciado, o que pode dificultar a análise do seu desempenho.

Em 2013, o Governo do PSD/CDS-PP alterou a legislação de forma a aplicar à gestão do setor público empresarial as melhores práticas internacionais. O controlo é realizado através de 3 instrumentos: Relatório e Contas, Relatório do Governo Societário e Planos de atividade e Orçamento. Segundo o Conselho das Finanças Públicas, em fevereiro de 2023, 96% das empresas tinha apresentado o Relatório e Contas relativo a 2021, 80% o Relatório de Governo Societário, e apenas 62% tinham Planos de Atividade e Orçamento analisados pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial. Em fevereiro de 2023, a DGTF tinha aprovado apenas 56% dos Relatórios e Contas submetidos ao Tribunal de Contas, 57% dos relatórios de Governo Societário analisados pela UTAM e 77% dos planos de Atividade e orçamento analisados pela UTAM. Urge assim a adoção de medidas tendentes a resolver as atuais insuficiências.

- **Medidas de reporte:**
 - Acelerar a implementação da legislação introduzida em 2013, em particular no que diz respeito à publicação e aprovação dos instrumentos de gestão, permitindo um reforço de *accountability* do setor público, e que sejam feitas recomendações à gestão das empresas de forma mais eficiente;

- Assegurar que em todas empresas relevantes o reporte inclui as obrigações de serviço público e as compensações que a empresa recebe do Estado para o cumprir;
- Retomar a publicação do Relatório sobre o Cumprimento das Práticas de Bom Governo da UTAM (o último refere-se ao exercício de 2017);
- **Medidas para o Conselho da Administração.** Em vários países da OCDE, as empresas do setor empresarial do estado têm membros independentes, que não representam os acionistas, mas que servem para defender os interesses de outros *stakeholders*, por exemplo trabalhadores e utilizadores dos serviços da empresa pública;
 - Nas empresas de maior dimensão, à semelhança das empresas privadas, introduzir membros independentes e representantes dos trabalhadores como Administradores não executivos;
 - Incentivar uma maior diversidade no Conselho de Administração, designadamente no que diz respeito à nacionalidade;
 - Introduzir critérios objetivos de avaliação da Administração, incluindo o desempenho na obrigação de prestação do serviço público.

3.2. REFORMA DA POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

A política de recursos humanos do Estado deve dotar os serviços públicos e os seus trabalhadores de competências críticas, de estratégias e políticas ajustadas de recursos humanos, e de autonomia e flexibilidade para realizarem as suas missões, e deve valorizar uma cultura de iniciativa e recompensa nos profissionais do Estado. Com vista à recuperação da valorização, qualificação, propósito e incentivo ao emprego público, defende-se:

- A prioridade estratégica e orçamental de resolver as carências mais dramáticas de um conjunto de profissões essenciais dentro do Estado, como sejam os professores, profissionais de saúde, forças de segurança e os técnicos superiores, assumindo-se a necessidade de esforços especiais para compensar o desincentivo e desvalorização (material e profissional);

- A definição da política de recursos humanos de médio prazo de cada serviço num contexto de autonomia de política remuneratória e de definição dos seus objetivos estratégicos. Este instrumento permitirá prever a evolução das competências humanas críticas, a integração do desenvolvimento tecnológico e o seu reflexo nos quadros de pessoal do serviço, as necessidades de renovação intergeracional, e desenvolver modelos de tutoria e passagem de conhecimento intergeracional;
- Permitir a capacitação da gestão dos serviços/entidades através do desenvolvimento de sistemas de partilha de boas práticas de gestão e da aposta em programas de formação avançada dos quadros dirigentes, aprofundando as parcerias com as escolas de gestão do ensino superior português;
- Implementar planos individuais de desenvolvimento de carreira dos trabalhadores, numa cultura de flexibilidade e conciliação entre vida familiar e trabalho, facilitando a mobilidade intra e inter-Administrações Públicas e carreiras, e apostando na permanente qualificação e formação profissional dos trabalhadores;
- A garantia que o mérito profissional tenha um reflexo imediato nas condições remuneratórias dos trabalhadores. O mérito deve ponderar o desempenho efetivo individual dos trabalhadores e coletivo do respetivo serviço/entidade, e ser aferido através de avaliações 360 graus desburocratizadas e focadas num processo de melhoria contínua, onde a autonomia e consequente responsabilização dos dirigentes e gestores públicos se assumam como pilares fundamentais;
- A modernização dos sistemas de avaliação e progressões das carreiras gerais (SIA-DAP e similares) criando-se o suplemento remuneratório de desempenho que a cada ano aumenta de valor com base no desempenho do trabalhador e do seu serviço/entidade no ano anterior. Tal permite reconhecer o mérito e desempenho contínuo dos trabalhadores. Supletivamente, contempla-se a possibilidade de trabalhadores com desempenho meritório elevado receberem bónus variáveis no final de cada ano;
- Assegurar o alinhamento e competitividade do emprego público com as condições das posições comparáveis no setor privado, preservando as proteções de emprego público. Em particular, pretende-se permitir bonificações nos salários de entrada e dos salários dos profissionais de determinada carreira sempre que o recrutamento e retenção de trabalhadores com competências essenciais se torne dificultado;
- Aplicar critérios transparentes e reforçar a imparcialidade nos processos de recrutamento para cargos públicos, de forma a atestar que a escolha dos candidatos é objetiva e de acordo com as suas qualificações, e de forma a promover um sistema baseado no mérito como forma de captar e reter bons profissionais e melhorar funcionamento das entidades públicas.

4. Uma Economia de Futuro

4.1. MAIS QUALIFICAÇÕES, MELHOR EMPREGO

4.1.1. REFORMAS DO MERCADO DE TRABALHO: MAIS PRODUTIVIDADE, MAIS RENDIMENTOS

O mercado de trabalho em Portugal evidencia sérias debilidades. Os rendimentos do trabalho líquidos não chegam a 60% da média europeia, e o salário mínimo está cada vez mais próximo do salário médio. Embora os níveis de desemprego sejam moderados, os níveis de rendimentos baixos perpetuam uma muito elevada pobreza na população empregada (12,2%).

O mercado não dá suficientes oportunidades aos jovens que têm sofrido uma queda significativa do salário real, mesmo os com formação superior, a taxa de desemprego jovem permanece elevada e superior à da média dos países da UE (13,6% em PT vs 11,4% na UE), e muitos dos jovens com ensino superior trabalham em profissões que não exigem esse nível de escolaridade (16,6% em 2011 para 22,4% em 2022).

Ao mesmo tempo, vários setores de atividade encontram dificuldades em contratar novos trabalhadores, em virtude dos desajustamentos entre as suas competências e aquelas que são procuradas pelas empresas, num contexto onde a formação profissional ao longo da vida é frequentemente desajustada face às necessidades, e de limitada qualidade.

A regulamentação perpetua uma segmentação elevada no mercado de trabalho e na proteção social, entre trabalhadores com contratos sem termo e aqueles com contratos a termo ou a tempo parcial, os cuidadores informais, todos os que trabalham através de agências de trabalho temporário e ainda em novas formas de emprego (trabalhadores nas plataformas digitais e em trabalho remoto para empresas externas).

Portugal precisa de superar este paradigma e recuperar o atraso ainda existente nas qualificações da população ativa e preparar e requalificar a força de trabalho nacional (formada localmente e imigrantes) para as transformações tecnológicas em perspetiva. Este programa de reformas pretende estimular um mercado de trabalho dinâmico que melhore a eficiência na afetação de recursos humanos, combata a pobreza e a precariedade através da promoção do investimento em Capital Humano gerador de aumentos de produtividade, que dignifique o emprego, e seja aberto à diversidade de equilíbrios

concertados entre trabalhadores e empregadores. Assim, envolverá as seguintes medidas:

Dignificar o trabalho e o emprego, combater a pobreza e a precariedade

- **Modernizar as regras para confrontar a segmentação do mercado e ajustar às transformações no mundo do trabalho;**
- **Potenciar** as relações laborais estáveis, o investimento das partes na relação laboral, e a efetiva integração dos trabalhadores;
- **Maior adaptabilidade dos tempos e modos de trabalho de forma a dar resposta aos desafios que o equilíbrio entre vida pessoal e profissional** colocam aos trabalhadores e empresas:
 - **Reforço da possibilidade de transição, mesmo que temporária, entre regimes de horário de trabalho e possibilidade de trabalho remoto por acordo entre as partes;**
 - **Enquadramento flexível de transição entre durações do período normal de trabalho semanal, mesmo que temporária, com possível ajuste percentual da remuneração, permitindo um contacto mais ligeiro com o mercado trabalho quando tal é desejado e por iniciativa exclusiva do trabalhador;** por exemplo, como complemento à formação académica dos mais jovens, como uma via de transição suave para a reforma, como forma de reforçar o equilíbrio entre trabalho e vida familiar, ou no propósito de desenvolvimento de projetos pessoais do trabalhador;
 - Salvaguarda que desacordos negociais entre trabalhador e empregador, em particular face aos pontos anteriores, não podem ser causa de despedimento;
 - **Maior flexibilidade no gozo de férias por iniciativa do trabalhador,** com a possibilidade de aquisição de dias de férias, com um limite a definir contratualmente entre as partes;
 - **Fim da obrigatoriedade de cessação de contrato do trabalhador quando este transita para o estado de reformado. Por acordo entre as partes, o contrato, eventualmente ajustado nos períodos normais de trabalho e horário de trabalho pode manter-se;**
 - Enquadramento reforçado face a questões de discriminação, exploração laboral, assédio laboral e sexual em contexto laboral, com um enquadramento de penalizações cíveis associadas, sem prejuízo e em reforço do enquadramento penal existente;

- **Reforço do papel da Autoridade das Condições de Trabalho**, através da criação do balcão da relação laboral que arbitra diferendos entre as partes, produzindo decisões arbitrais céleres;
- **Introdução de mecanismos de reforma a tempo parcial que permitam prolongar a vida ativa**, continuar a trabalhar e a acumular rendimentos do trabalho e de pensões, atingindo uma maior flexibilidade da idade de acesso à pensão completa por velhice;
- **Simplificação do código do trabalho através da racionalização do articulado, focada em reduzir custos de contexto por procedimentos de carácter administrativo com baixo valor económico e social**, assim garantindo a maior implementação e compreensão das regras pelas partes;
- **Garantir o aumento do salário mínimo nacional em linha com a inflação mais os ganhos de produtividade como regra geral**, e criação de uma comissão técnica independente sobre o “Salário Digno” que analise e avalie o impacto da subida do SMN no emprego (que motive desvios à regra geral) e que proponha políticas a médio prazo tendo em vista a redução da pobreza e a dignidade no emprego dos trabalhadores com baixos salários;
- **Convergir os direitos à proteção social dos trabalhadores independentes, eventualmente os cuidadores informais e ainda em novas formas de emprego** (trabalhadores nas plataformas digitais e em trabalho remoto para empresas externas) com o regime dos trabalhadores por conta de outrem, no que diz respeito à proteção no desemprego, doença, parentalidade ou reforma, no âmbito de uma revisão profunda do Código Contributivo, no sentido de garantir simplificação, harmonização e equidade;
- **Substituição de um conjunto alargado de apoios sociais por um Suplemento Remunerativo Solidário** (ver *Reforma dos apoios sociais*).

Valorizar a concertação social e o diálogo social

- **Novo impulso para a concertação social**, procurando a convergência entre empresários e trabalhadores em torno do objetivo de aumentar a produtividade;
- Deve ser **negociada a definição de critérios de representação empresarial e sindical mínimos para publicação de portarias de extensão das convenções coletivas de trabalho** de forma a desincentivar a fragmentação sindical e reforçar o diálogo social nas empresas;

- Revisitar o enquadramento legal e privilegiar a concertação social na definição das regras da relação laboral, ajustadas à realidade de cada setor, ao invés do código do trabalho e demais enquadramentos genéricos legislativos associados.

Reestruturar o sistema de formação profissional e reformar o serviço público de emprego

- **IEFP deve assumir um papel de regulador / certificador das entidades intervenientes** no mercado da formação de alta qualidade, sendo a **oferta do IEFP supletiva**, e dirigida a públicos vulneráveis, face à oferta existente no mercado;
- **Promoção de “cheques-formação”** dirigidos a empresas e trabalhadores que através do mercado de formação adquiram competências geradoras de produtividade, tanto no contexto da atual relação laboral como das seguintes que o trabalhador eventualmente venha a ter;
- **Publicação de um “Código da Formação Profissional”** que colija toda a legislação que regula esta atividade, por exemplo em termos de serviços, apoios e obrigações legais das empresas;
- **Reestruturação do serviço público de emprego, da responsabilidade do IEFP**, e implementação de Sistemas de Emprego e Formação Regionais, integrando entidades públicas de tutela (IEFP, municípios, ANQEP e Ministério da Educação), operadores de formação e educação, parceiros sociais, e entidades do ensino superior, para o planeamento oferta de formação de nível não-superior e gestão de medidas ativas de emprego;
- Promover a formação profissional na área digital, de trabalhadores, de desempregados e de pessoas à procura do primeiro emprego, de molde a permitir que todos acompanhem a transição digital; adequar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial e empregadores, e à especificidades locais e regionais, aprofundando a autonomia e a avaliação da formação e educação, tornando mais claro o seu financiamento, e promovendo a formação de gestores e colaboradores.

4.1.2. REFORMA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DAS QUALIFICAÇÕES

É fundamental reformar o sistema de educação e formação profissional de modo a alinhá-lo com as necessidades e potencialidades da economia portuguesa e do seu tecido empresarial, criar um ambiente de ligação entre as Universidades e as empresas, e preparar a força de trabalho nacional para as transformações tecnológicas em curso e as mudanças fundamentais no futuro do trabalho, designadamente por via da digitalização e das transformações geradas pela disseminação da inteligência artificial.

É preciso introduzir mudanças ao nível do ensino profissional secundário e do ensino superior para articular as qualificações com as necessidades empresariais, as prioridades estratégicas da economia nacional, as ferramentas de futuro e a capacidade de re aprender e se requalificar. Assim importa:

- **Reforçar e Qualificar o ensino profissional**, de nível secundário, no sentido um equilíbrio entre conhecimento, competências e aptidões técnicas; reforço a componente de aprendizagem em contexto de trabalho; e maior envolvimento das empresas na definição dos conteúdos curriculares;
 - Criar um Programa nacional de sensibilização para a importância do ensino profissional e promover a progressão para o ensino superior para os alunos que o desejem, promovendo as ações necessárias para que **pelo menos 50% dos alunos que concluem um curso do Ensino Profissional prossigam os seus estudos através da frequência de uma licenciatura** (de preferência alinhada com a área de Educação e Formação do curso de Ensino Profissional concluído);
 - Criar um **Sistema Nacional de Orientação Vocacional** que articule todas as ofertas de Educação e Formação e que permita alinhar os interesses individuais dos jovens com as necessidades de qualificação do país. Este sistema deve apoiar os jovens na identificação da melhor escolha em função do seu perfil e do contexto que os envolve. O sistema deve envolver todas as modalidades de educação e formação para jovens independentemente do Operador de Educação e Formação;
 - Envolver as empresas numa participação mais profunda e ativa no Ensino Profissional, quer no desenvolvimento curricular dos cursos, quer nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos, evoluindo a componente de Formação em Contexto de Trabalho para Aprendizagem em Ambiente Profissional;
 - Desenvolver a aprendizagem assente em experiências integradas de trabalho - formação-ação para a aquisição de competências socioprofissionais e a promoção do empreendedorismo e inovação;
 - Promover o adequado financiamento das escolas de ensino profissional, com atualização do valor do financiamento por aluno e com majoração pelo contexto social e territórios de baixa densidade;
 - Reforçar o envolvimento das famílias no processo educativo e formativo dos jovens, com vista a potenciar o seu sucesso e a redução das taxas de abandono.
- **Qualificar** a formação profissional de nível superior, ajustar as ofertas orientadas para as competências que serão mais valorizadas no âmbito da (r)evolução tecnológica em curso, designadamente:

- Alargando a diversidade dos CTeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais);
- Aumentar a transparência sobre a empregabilidade dos diversas vias e graus de ensino;
- Aumentar a autonomia curricular das instituições de ensino superior (para propor, adaptar, inovar) que cumpram e registem elevados níveis de empregabilidade.
- **Recuperar o programa JTI – Jovens Técnicos para a Indústria**, desenvolvendo com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais, programas de incentivo à integração dos nossos jovens licenciados, nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, nas empresas portuguesas;
- **Criar um programa JDI – Jovens Doutorados para a Indústria**, desenvolvendo, com o apoio das Associações Empresariais Nacionais, programas de incentivo à integração dos nossos jovens doutorados, nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, nas empresas portuguesas, substituindo, com vantagens para a economia portuguesa, o atual sistema de bolsas de investigação;
- **Desenvolver, com o apoio dos Centros Tecnológicos Sectoriais, programas de formação, qualificação e certificação de quadros técnicos intermédios**, preenchendo, adequadamente, a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas. Por último, é necessário reforçar os mecanismos da concertação social enquanto local preferencial de construção de compromissos, de forma a criar incentivos e alinhar os interesses dos vários parceiros, tendo em vista contribuir para o aumento da produtividade nacional e a geração de emprego;
- Promover a **formação e qualificação dos gestores** e melhorar as práticas de gestão de forma a melhorar as condições de trabalho e estimular um melhor desempenho dos trabalhadores e uma maior produtividade das empresas;
- Apostar decisivamente na **qualificação dos portugueses em competências tecnológicas e digitais e preparando a força de trabalho para a revolução da inteligência artificial**, incluindo por:
 - Formação ao longo de todo o processo educativo, incluindo reforço dos currículos académicos em programação e análise de dados;
 - Desenhar uma estratégia público-privada de requalificação para as funções mais afetadas.

4.3. POPULAÇÃO COM FUTURO: VENCER A CRISE DEMOGRÁFICA E EXPANDIR A OFERTA HABITACIONAL

4.3.1. VENCER A CRISE DEMOGRÁFICA

Natalidade e regresso de emigrantes

Portugal enfrenta um dos maiores invernos demográficos da União Europeia, tendo o 5.º mais baixo índice sintético de fecundidade (1.35 filhos por mulher em 2021), e sendo o 5.º país onde as mulheres têm filhos mais tarde (idade média aquando nascimento de 31,8 anos). A realidade é o resultado de um país onde a autonomização e concretização dos projetos de vida dos jovens é cada vez mais difícil e, portanto, tardia, e a porta da emigração cada vez mais a alternativa presente.

Portugal enfrenta mais do que nunca um desafio existencial. A governação dos últimos 8 anos falhou em reconhecer as dificuldades, falhou em identificar os problemas, e falhou em desenhar as soluções. Hoje, para demasiados jovens o caminho socialista para Portugal não lhes dá futuro, e não conta com eles. O país deixou de ter um sistema de educação de qualidade para os seus filhos, deixou de ter um serviço nacional de saúde que seja capaz de dar resposta aos seus anseios mínimos, continuou a perpetuar muito para além da emergência financeira uma carga fiscal que lhes asfixia os seus sonhos, deixou de promover um contexto onde uma habitação seja acessível, e tornou-se cada vez mais bloqueado, estrangido e incapaz de se desenvolver com ambição.

A AD reconhece a gravidade do momento, e considera que apenas uma política integrada, que reflita a realidade dos jovens, os seus anseios e a suas preocupações lhes dá a possibilidade de responderem ao apelo de fazer Portugal. Assim, existe uma abordagem de largo espectro procurando auxiliar os jovens a poderem estar e ser em Portugal, que em parte se espelha neste documento, nomeadamente:

- **Adoção do IRS Jovem (previsto no ponto 1.1 do documento)** que procura reforçar rendimentos aos jovens até aos 35 anos, e reconhecer a enorme perda que a sua emigração massiva gera;
- **Isenção de IMT e Imposto de Selo na compra na primeira casa pelos jovens;**
- **Garantia pública para viabilizar o financiamento bancário da totalidade do preço da aquisição da primeira casa por jovens;**
- **Expansão da Oferta de Habitação e o reforço do funcionamento do mercado de arrendamento** como forma de garantia do 1.º direito e da trave basilar ao projeto de vida de cada um;

- **Um mercado de trabalho onde os contratos de trabalho** permitam maleabilidade para diferentes estilos de vida, prioridades, conciliação trabalho lazer e contínuo investimento pessoal;
- **Estado Social focado nos cidadãos**, utilizando toda a capacidade instalada para garantir uma resposta efetiva aos jovens, aos agregados familiares que vão criar, e às gerações anteriores. Além da Saúde e da Educação, **será garantido o acesso universal e gratuito às creches, mobilizando os setores público, social e privado**;
- **Uma Economia a crescer mais e a distribuir melhor**, através de apoios sociais que não se constituam uma armadilha de pobreza, e assim promovendo coesão e harmonia social que potencie a riqueza intrínseca do país, e o ofereça como um sítio onde os jovens desejam viver.

Valorização da diáspora

No actual contexto de crise demográfica em Portugal, importa manter uma relação de forte proximidade com a diáspora, como forma de garantir um vínculo fundamental entre o país e os seus cidadãos a viver fora, que são fundamentais no apoio às gerações de pais e avós que têm ficado em Portugal.

A experiência internacional da diáspora dá origem a aprendizagens que podem ser muito úteis ao país. Ideias novas, formas de trabalhar e implementar processos que os portugueses residentes no estrangeiro trazem de volta no regresso ao país podem ser formas muito eficazes de aumentar a produtividade e os salários nacionais. Do mesmo modo, ainda que continuem na diáspora, estes cidadãos nacionais a residir fora de Portugal podem contribuir muito para o desenvolvimento do país através de projetos inovadores, investimentos e laços comerciais internacionais.

O regresso de portugueses qualificados tenderá a promover, ainda com mais facilidade do que nos caso de outras nacionalidades, o empreendedorismo, inovação e a potenciar sinergias produtivas com os nacionais residentes.

Assim a AD considera crítico que Portugal esteja perto e presente na vida dos seus emigrantes, e tenha uma porta aberta e uma política de muito maior proximidade para com a diáspora. A AD propõe:

- **Reforço de recursos da rede consular e câmaras de comércio, dando resposta ao crescimento da diáspora** e reforçando a ligação efetiva entre a diáspora e o tecido económico e empresarial português;

- **Criação de um serviço de apoio ao emigrante** (com presença online) com o objetivo de promover a informação e assim a integração mais próxima das redes de emigração portuguesa na vida nacional;
- **Adaptação, agilização e desburocratização dos processos notariais e de registos formalizados na rede consular;**
- **Ligação com associações de emigrantes** e incentivo especial à criação de *networks* internacionais;
- Realização de um Fórum Anual da Emigração em Portugal para promover a participação da diáspora em Portugal com o objetivo de dar conhecimento aos emigrantes portugueses de oportunidades de **investimento** em negócios existentes ou novos negócios, **comércio** (*export/import*), e até **emprego** em Portugal ou fora (ex: exportação de serviços pode ser feita através de comunidades emigrantes);
- **Recolha de informação sobre os destinos, qualificações e expectativas profissionais dos emigrantes que deixam Portugal** – temporários e permanentes, por forma a garantir o permanente ajuste da ligação de Portugal à Diáspora.

Imigração regulada com integração humanista

Promoveremos uma política de imigração regulada e orientada para as necessidades do mercado de trabalho, flexível na sua execução e que permita a entrada legal de imigrantes em território nacional.

Portugal é historicamente um país aberto ao mundo, a AD vê na diversidade das comunidades de imigrantes que Portugal recebe uma fonte de valor social, cultural e económico imprescindível para desenvolver o nosso país, e ao mesmo tempo a AD promoverá uma integração humanista dos imigrantes, acolhendo bem os que procuram o nosso país para trabalhar e melhorar as suas vidas, contribuindo também para o crescimento nacional. Vencer a crise demográfica também passa por políticas de integração de imigrantes, e de um olhar atento às necessidades dos que chegam.

Uma política de imigração regulada deve simultaneamente acolher, estar atento para cuidar, e investir nas qualificações e no capital humano dos imigrantes acelerando o seu conhecimento cultural, linguístico, o seu capital humano, e assim a sua efetiva integração na comunidade. Igualmente, a AD irá avaliar e estudar a imigração regulada dos núcleos familiares.

A AD considera que é possível reforçar o trabalho na atração de imigrantes em condições que garantam um acolhimento de sucesso, reforcem os ganhos pessoais e sociais desta escolha, e acima de tudo rejeite situações de promessas falhadas, pobreza e exclusão social. Assim, a AD propõe:

- **Política pró-ativa de atração de:**
 - **núcleos familiares, e reforço do incentivo à reunificação familiar**, estimulando assim a criação de uma base estável e duradoura para a integração de cada imigrante;
 - **jovens, e em particular estudantes**, permitindo o reforço da abertura de horizontes, conhecimento e da multiculturalidade, das futuras gerações;
 - **trabalhadores qualificados;**
- **Um reforço significativo da capacidade de resposta do Ensino e da Formação Profissional no processo de integração** através:
 - do ensino do Português para os imigrantes não falantes;
 - da capacidade da Escola Pública em dar uma resposta diferenciada aos mais jovens, garantido uma efetiva integração gradual nos processos ensino-aprendizagem;
 - do Sistema de Formação Profissional e Qualificações no sentido de potenciar os conhecimentos e desenvolver competências e capacidades dos imigrantes e assim aumentar a sua produtividade e integração.
- **Reforço da interligação entre Segurança Social, Instituto de Registos e Notariado, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), forças de segurança e Municípios para acompanhamento e resposta de proximidade conjunta na integração dos imigrantes**, e garantindo:
 - a existência de atendimento físico de proximidade e um portal, traduzido em todos os idiomas, e harmonizando todas as valências das entidades referidas na integração efetiva dos imigrantes, com uma resposta de proximidade e humanista face às dificuldades no processo de integração;
 - agilização dos processos relacionados com registos, vistos e autorizações de residência;
 - Criação de uma linha telefónica de interpretes que permita a qualquer serviço público interagir eficazmente com qualquer imigrante, mesmo que este não domine o Português, ou algum dos outros idiomas mais falados em Portugal;

- um reforço do controlo das condições de trabalho em particular dos Imigrantes, numa perspetiva humanista e protetora do imigrante, reforçando o combate a fenómenos de tráfico de pessoas e exploração laboral.

4.3.2. HABITAÇÃO, REFORMAS PARA RESOLVER A CRISE DA HABITAÇÃO

As políticas de Habitação dos últimos anos, onde o Programa “Mais Habitação” é exemplo claro, falharam no objetivo de aumentar o acesso à habitação, e aumentaram a dificuldade de as populações, em particular os jovens, em acederem a uma habitação. Esta política limita a sua autonomia, liberdade e acesso a um projeto de vida condigno em Portugal, não lhes deixando muitas vezes alternativas à extrema precariedade habitacional, ou à emigração.

A aposta ideológica em medidas restritivas que limitam e colidem com o direito de propriedade, que colocam uns contra outros, que limitam a iniciativa económica privada, que reduzem o investimento privado e cooperativo, e que apostam em exclusivo em promessas falhadas de Habitação Pública, deixam o Estado sozinho e incapaz de garantir um impulso ao mercado de habitação que garanta o acesso para todos.

Ao contrário das políticas atuais, a AD defende a mobilização de toda a sociedade para um efetivo estímulo à oferta de habitações acessíveis tanto no mercado de arrendamento como de aquisição. Enquanto esta oferta estimulada em todas as direções não produz todos os seus efeitos, entende-se que medidas restritivas que visam diminuir a procura deverão ser limitadas na estrita medida do necessário para fazer face a situações de emergência social. Entendemos também que este desafio não se ganha sem a recuperação da confiança do mercado de arrendamento, sendo imperioso criar um clima de confiança e de segurança para que os alojamentos aptos para habitação sejam colocados no mercado de arrendamento. E entendemos que são precisos apoios públicos e estímulos transitórios para fazer face às situações mais prementes de carência e falta de acessibilidade habitacional.

A resposta socialista imediata à grave crise de acessibilidade habitacional, desde há décadas e de novo nesta última governação, tem sido a do controlo administrativo de preços, por congelamento de rendas ou pela sua limitação dentro de bandas muito estritas, ignorando as regras vigentes, para todos.

Ora, as experiências de travões de rendas muito estritos resultaram mal em Portugal e no mundo fora, e falharam de tal forma, com aumentos de 30% das rendas dos novos contratos, que o atual Governo recuou temporariamente em 2023 na sua adoção.

Estas medidas não apoiam quem mais precisa. Os arrendatários já dentro do mercado poderão sentir um benefício no curto prazo, mas no médio e longo prazo são prejudicados pela quebra do investimento e da renovação e manutenção dos imóveis. Os proprietários são prejudicados por lhes ser imposta uma tarefa de redistributiva que cumpre ao Estado e à política orçamental e fiscal. Os maiores prejudicados são os que procuram casa agora, ou num futuro breve quando os seus contratos terminam, porque são confrontados com um mercado mais pequeno, resultado da fuga dos proprietários que vendem os imóveis e procuram outras formas de investimento. A medida é também socialmente injusta, tantas vezes protegendo arrendatários com rendimentos superiores aos proprietários que vêm congelada a remuneração das suas poupanças.

A ambição da AD passa por **melhorar o acesso à habitação com vista à criação de cidades que sejam verdadeiramente sustentáveis (e que não excluam ninguém) ou seja, cidades** que (i) promovam o bem-estar de todos os seus habitantes e permitam a revitalização e não gentrificação dos bairros e comunidades, (ii) apostem na educação, na inovação e em soluções que consigam proporcionar habitação a preços acessíveis (designadamente aos jovens), (iii) permitam acolher novos residentes, (iv) promovam uma maior interação, integração social e facilidade na prestação de serviços de assistência e de cuidados continuados à população sénior, e (v) estimulem a criação de uma rede de transportes mais sustentável que desbloqueie novas áreas do território.

Assim a política da AD baseia-se nos seguintes eixos:

Choque de Oferta Privada, Pública e Cooperativa

Para assegurar o aumento da oferta habitacional, seja ela privada, estimulada com a adoção de diversas medidas de incentivo, designadamente fiscais, seja ela pública para apoio a famílias e indivíduos em situação mais vulnerável, mediante a mobilização do stock habitacional existente ou nova construção, seja ela cooperativa, seja ela resultado de uma resposta articulada com o terceiro setor, a AD propõe:

- **Flexibilização das limitações de ocupação dos solos, densidades urbanísticas (incluindo construção em altura) e exigências e requisitos construtivos**, bem como a possibilidade de aumento dos perímetros urbanos, garantindo uma utilização do território de forma sustentável e socialmente coesa e harmoniosa como forma de garantir acesso à habitação;
- Injeção no mercado, quase-automática, dos imóveis e solos públicos devolutos ou subutilizados;

- **Regime Excecional e temporário de eliminação ou Redução dos Custos Tributários em obras de construção ou reabilitação** em imóveis destinados a habitação permanente independentemente da localização em ARU, com compensação das autarquias por perdas de receita (a realizar através do Orçamento do Estado com devida garantia no Regime Financeiro das Autarquias Locais):
 - Redução substancial ou eliminação de taxas de urbanização, edificação, utilização e ocupação;
 - Aplicação de IVA à taxa mínima de 6% nas obras e serviços de construção e reabilitação e alargamento da dedutibilidade.
- **Programa de Parcerias Público-Privadas para a construção e reabilitação em larga escala**, quer de habitação geral quer de alojamento para estudantes;
- **Estímulo e facilitação de novos conceitos de alojamento no mercado português**, incluindo com regulatory sand box (build to rent, mixed housing com bónus de densidade urbanística para habitação a custos moderados, co-living, habitação modular, cooperativas de habitação, utilização flexível dual das residências de estudantes);
- **Análise do novo enquadramento legislativo do licenciamento e controlo urbanístico**, reforçando sempre que necessário o caminho da simplificação e redução de obstáculos ao licenciamento e transição de modelo de controlo urbanístico prévio para fiscalização *ex-post*;
- **Planeamento e implementação da política e oferta de transportes públicos que sustente a possibilidade de aumento dos perímetros urbanos** e o encurtamento das distâncias físicas e temporais entre os existentes, garantindo uma utilização do território de forma sustentável e socialmente coesa e harmoniosa como forma de garantir acesso à habitação.

Estabilidade e confiança no mercado de arrendamento

A Estabilidade e Segurança no Arrendamento Habitacional, cujas opções políticas do PS desincentivaram, levou a subidas de 30% de rendas nos novos contratos, proprietários para o alojamento local, para contratos de curta duração, que podem ser mais facilmente mudados, ou à venda dos imóveis. Assim importa, retomar políticas que invertam este caminho. Neste contexto a AD defende:

- Avaliação das contra-reformas introduzidas em 8 anos de governação socialista ao nível do arrendamento e obras, em particular as relativas à duração e renovações (especialmente as de 2019) – avaliação e revisão legislativa subsequente em conformidade com os resultados;

- Revisão e aceleração dos mecanismos de rápida resolução de litígios em caso de incumprimento dos contratos de arrendamento (designadamente através do reforço e qualificação do Balcão Nacional de Arrendamento; recurso a meios extrajudiciais e julgados de paz; mecanismos de tutela urgente para situações excecionais e urgentes);
- Avaliação do insucesso prático do mecanismo de seguro de renda previsto na lei desde 2013 e implementado deficientemente só em 2019. Eventual revisão do enquadramento e criação de incentivos à adoção, incluindo dedutibilidade do prémio de seguro ao rendimento tributável do arrendamento. Ponderar a sua articulação por substituição dos mecanismos de fiadores e rendas antecipadas.

Apoios à Procura dos Arrendatários Vulneráveis

A aposta no aumento da oferta de habitação privada e pública demora tempo a impactar decisivamente nos preços de mercado. Enquanto tal não se verifica, a AD sabe que há muitos atuais e prospetivos arrendatários a passar grandes dificuldades e que se justifica uma política pública que os acuda neste período de desequilíbrio do mercado. Contudo, a intervenção pública com vocação de estabilização deve ser através da subsidiação dos arrendatários que precisam, e não do castigo generalizado dos proprietários, que seria paga por todos no longo prazo. Assim a AD propõe:

- a **substituição de limitações administrativas de preços por subsidiação pública aos arrendatários em situações de vulnerabilidade/necessidade efetiva** (medida em função da taxa de esforço e nível de rendimento);
- Manutenção, enquanto o mercado não estabiliza, de **subsídio de renda dinâmico que garante uma participação a todas as famílias com taxas de esforço elevadas**. Ao contrário de limitar o apoio à existência de contratos a março de 2022 tal como no apoio às rendas atual, a AT verificará o universo de contratos frequentemente, e atribuirá uma participação começando pelas famílias com maiores taxas de esforço;
- Reformulação do programa Porta 65 por forma a chegar a mais jovens sem acesso ao mercado de arrendamento, e ser um efetivo apoio. Hoje, o programa exige aos jovens com pouca liquidez que assumam o risco de fazer um contrato de arrendamento para se candidatarem ao Porta 65 e eventualmente receberem o apoio. Este programa deve ter como ponto de partida a garantia pública de atribuição à família do apoio, que depois procurará uma habitação compatível, e verá o apoio expresso na comparticipação de rendas e eventual empréstimo de caução.

Programa de Apoio à Compra da Primeira Casa pelos Jovens

Os jovens são o grupo demográfico mais prejudicado com a crise de acessibilidade à habitação, com impactos nefastos na demografia do país, e na emigração dos mais qualificados. Uma das maiores dificuldades à definição de um projeto de vida é a de compra da casa, numa fase da vida em que os rendimentos são baixos e a situação profissional mais precária. A acrescer às dificuldades económicas resultantes da combinação terrível entre preços das casas crescentemente elevados, com rendimentos persistentemente baixos dos jovens, há decisões públicas que agravam as dificuldades dos jovens.

Hoje, quem queira comprar casa tem de ter poupanças para pagar duas entradas: ao Estado, relativa ao IMT e Imposto de Selo, e ao banco, que não empresta a totalidade do valor da aquisição. Estas barreiras são também problemáticas na medida em que os jovens têm horizontes de vida e de geração de rendimentos que são longos.

Assim, a proposta da AD é basicamente libertar os jovens destas duas entradas, permitindo aceder a compra da casa quem não tem poupanças familiares ou próprias suficientes para as suportar. Isso concretiza-se através de:

- a. Isenção de IMT e Imposto de Selo para jovens;
- b. Garantia Pública para viabilizar o financiamento bancário da totalidade do preço de aquisição por jovens.

Revogação das medidas erradas do programa Mais Habitação, incluindo o arrendamento forçado, congelamentos de rendas (aplicando subsídios aos arrendatários vulneráveis), e as medidas penalizadoras do alojamento local como a Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local, a caducidade das licenças anteriores ao programa Mais Habitação, e outras limitações legais desproporcionais impostas pelo Governo socialista.

5. Cenário Macroeconómico da AD - 2024-2028

Este cenário é marcado por uma forte incerteza em vários domínios: a evolução da economia europeia, americana e chinesa; o sucesso no controlo da inflação e o nível de taxas de juro; as novas regras orçamentais europeias e os seus impactos; a possibilidade de novo conflitos internacionais ou o agravamento de conflitos existentes.

Tabela A: Cenário do Conselho de Finanças Públicas 2023-2027

Taxa de variação anual média exceto onde indicado (%)	2023	2024	2025	2026	2027
PIB e componentes da Despesa (em termos reais)					
PIB	2,2	1,6	1,8	1,9	2,0
Consumo privado	1,5	1,2	1,5	1,8	2,0
Consumo público	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0
Investimento (FBCF)	0,6	3,7	4,7	3,9	2,9
Exportações de Bens e Serviços	5,4	2,5	2,9	2,8	2,7
Importações de Bens e Serviços	2,8	2,9	3,4	3,2	2,8
Contributos para a variação real do PIB (p.p.)					
Procura interna	1,1	1,8	2,0	2,1	2,1
Procura Externa Líquida	1,1	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1
Preços					
Deflator do PIB	7,1	2,7	2,2	2,1	2,0
PIB (variação nominal)	9,4	4,3	4,0	4,0	4,0
IHPC	5,2	2,8	2,2	2,0	2,0
Mercado de Trabalho					
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,4	6,3	6,2	6,1	6,0
Emprego	1,2	0,3	0,1	0,0	0,0
Produtividade aparente do trabalho	1,0	1,3	1,7	1,9	2,0

Desenvolvimentos cíclicos

Produto potencial (variação, %)	2,2	2,1	2,0	1,9	1,9
Hiato do produto (% produto potencial)	1,1	0,7	0,5	0,4	0,5

Em resultado das reformas propostas, e partindo do cenário do Conselho de Finanças Públicas (de políticas invariantes para 2024-2027, estendido para 2028 com os valores das principais variáveis em 2027), apresenta-se abaixo o cenário macroeconómico da AD para o período 2024-2028. Em 2024, os valores são os que constam do Cenário Macroeconómico do Conselho, não se admitindo, assim, qualquer desvio face a esse cenário neste ano, seguindo um princípio de prudência. Para os anos seguintes, os valores apresentados resultam de estimativas do impacto das várias reformas apresentadas, admitindo-se que os riscos acima descritos não se materializam.

Em termos de crescimento económico, as medidas da AD resultam num aumento sustentado do crescimento da produtividade do trabalho, atingindo 2% em 2028 (o que reflete principalmente alterações de nível do produto em resultados das reformas, embora se registre um aumento do crescimento da produtividade potencial). A população ativa cresce cerca de 1% ao longo do horizonte, e a taxa de desemprego cai para 5,0%. O crescimento do PIB passa, assim, de 2,5% em 2025 para 3,4% em 2028. O consumo privado cresce ligeiramente abaixo do crescimento do PIB e o investimento cresce acima, e de forma mais pronunciada em 2025 e 2026. As exportações mantêm o crescimento robusto dos últimos anos (4,4% em 2027 e 2028) e as importações crescem ligeiramente menos. O consumo público cresce de forma mais contida, 2% em 2026, 2,3% em 2027 e 2,5% em 2028, em resultado de alguma contenção da despesa. Não se admitem alterações na parte nominal: os deflatores do PIB e o IPHC são os constantes do Cenário CFP (valores de 2028 iguais aos de 2027).

Tabela B: Cenário Macroeconómica da AD 2023-2028

Taxa de variação anual média exceto onde indicado (%)	2023	2024	2025	2026	2027	2028
PIB e componentes da Despesa (em termos reais)						
PIB	2,2	1,6	2,5	2,7	3,0	3,4
Consumo privado	1,5	1,2	2,0	2,3	2,8	3,2
Consumo público	1,2	1,1	1,7	2,0	2,3	2,5
Investimento (FBCF)	0,6	3,7	5,2	4,5	3,2	3,4

Exportações de Bens e Serviços	5,4	2,5	3,8	4,0	4,4	4,4
Importações de Bens e Serviços	2,8	2,9	3,8	3,9	3,8	3,9
Contributos para a variação real do PIB (p.p.)						
Procura interna	1,1	1,8	2,5	2,6	2,7	3,1
Procura Externa líquida	1,1	-0,2	0,0	0,1	0,2	0,2
Preços						
Deflator do PIB	7,1	2,7	2,2	2,1	2,0	2,0
PIB (variação nominal)	9,4	4,3	4,7	4,8	5,0	5,4
IHPC	5,2	2,8	2,2	2,0	2,0	2,0
Mercado de Trabalho						
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,4	6,3	6,2	5,8	5,4	5,0
Emprego	1,2	0,3	1,1	1,4	1,5	1,4
Produtividade aparente do trabalho	1,0	1,3	1,4	1,2	1,5	2,0
Desenvolvimentos cíclicos						
Produto potencial (variação, %)	2,2	2,1	2,8	2,9	3,1	3,4
Hiato do produto (% produto potencial)	1,1	0,7	0,3	0,1	0,0	0,0

A MUDANÇA
ESTÁ NAS
TUAS MÃOS



ALIANÇA
DEMOCRÁTICA



Lê este QR Code para
descarregar a versão
digital do nosso
Programa Eleitoral.